

Relatório de Prestação de Contas **2025**

ÍNDICE

NOTA DO PRESIDENTE	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO	6
2.1. Economia mundial	6
2.2. Zona Euro	9
2.3. Economia portuguesa	12
3. PRINCIPAIS RESULTADOS	14
4. ATIVIDADES	20
4.1. Cultura e património.....	22
4.2. Economia, pessoas e inovação	24
4.3. Ambiente, energia e qualidade de vida	28
4.4. Urbanismo e habitação.....	32
4.5. Coesão social.....	34
4.6. Mobilidade	36
4.7. Governância da Câmara.....	38
5. RELATO ORÇAMENTAL	40
5.1. Equilíbrio orçamental.....	40
5.2. Alterações orçamentais	42
5.2.1. Alterações orçamentais da receita.....	42
5.2.2. Alterações orçamentais da despesa.....	43
5.3. Análise da receita.....	45
5.3.1. Execução da receita global	45
5.3.2. Receita efetiva.....	48

5.3.3.	Receita não efetiva.....	52
5.4.	Análise da despesa.....	53
5.4.1.	Execução da despesa global	53
5.4.2.	Despesa efetiva	56
5.4.3.	Despesa não efetiva	64
5.4.4.	Grandes opções do plano.....	65
5.4.5.	Plano plurianual de investimentos.....	65
5.4.6.	Plano das atividades mais relevantes.....	71
5.5.	Saldo de gerência.....	73
6.	RELATO FINANCEIRO	75
6.1.	Análise do balanço	75
6.2.	Análise da demonstração de resultados.....	80
6.3.	Proposta de aplicação de resultados.....	82
7.	ENDIVIDAMENTO	83
8.	CONTABILIDADE DE GESTÃO	85
8.1.	Análise de gastos por centro de custo.....	87
8.2.	Análise dos rendimentos gerais e gastos não incorporados	91
8.3.	Gastos ambientais.....	93
8.4.	Resultados económicos	94
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO	95

Índice de figuras

Índice de quadros

NOTA DO PRESIDENTE

O presente Relatório de Prestação de Contas do Município do Porto, relativo ao ano económico de 2025, constitui o cumprimento de uma obrigação democrática fundamental: prestar contas perante os munícipes sobre a gestão dos recursos públicos que lhes pertencem. A publicação deste documento representa, em simultâneo, o encerramento de um ciclo político e a entrega transparente, ao novo Executivo e à Cidade, de um registo fiel e rigoroso do desempenho municipal ao longo deste exercício.

O ano de 2025 ficou marcado por uma conjuntura internacional complexa, caracterizada pela manutenção dos conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente, pela escalada das tensões comerciais decorrentes das tarifas aduaneiras impostas pelos Estados Unidos, e por um crescimento económico mundial moderado. Apesar deste quadro desafiante, a economia portuguesa e, em particular, a dinâmica da cidade do Porto, mantiveram uma trajetória de resiliência.

Os resultados financeiros do exercício são positivos e evidenciam a solidez da gestão municipal. A taxa de execução da receita cobrada atingiu 98,7%, num total de 476,9 milhões de euros, enquanto a despesa paga, de 378,8 milhões de euros, registou uma taxa de execução de 78,4%, ambos valores superiores à média nacional¹, num ano cujo ritmo de execução foi condicionado por um período de gestão limitada dos órgãos municipais, decorrente do calendário eleitoral autárquico, garantindo que o novo Executivo não fosse onerado com compromissos assumidos ainda durante o mandato cessante.

A receita total cresceu 17% face ao ano anterior, impulsionada pelo desempenho das receitas fiscais, que aumentaram 45,2 milhões de euros (+19,4%), reflexo direto da vitalidade económica da cidade e da eficácia da gestão tributária municipal.

Em termos de equilíbrio orçamental, o Município apresentou um resultado positivo de 98,8 milhões de euros, superior em 34,3 milhões de euros ao valor do ano anterior. A poupança corrente atingiu 92,3 milhões de euros, permitindo financiar investimentos estruturantes exclusivamente com recursos próprios, sem recurso a financiamento bancário.

¹ Cf. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2024

No plano da despesa por objetivos estratégicos, destaca-se o peso combinado do “Ambiente, Energia e Qualidade de Vida” e do “Urbanismo e Habitação”, que representam, em conjunto, 28,8% da despesa executada: uma expressão clara das apostas estruturais desta gestão na qualidade do espaço urbano e nas condições de habitabilidade da cidade. A Coesão Social mobilizou 32,3 milhões de euros em programas de apoio às populações mais vulneráveis. A Mobilidade absorveu 30,5 milhões de euros, orientados para a promoção do transporte público e da mobilidade urbana sustentável. O objetivo “Economia, Pessoas e Inovação” representou 30 milhões de euros, dos quais 19,9 milhões foram destinados à Educação. Por sua vez, a Cultura e Património assumiram 16,9 milhões de euros, refletindo a requalificação de múltiplos espaços culturais e a dinamização de um vasto conjunto de iniciativas de promoção cultural.

Do total do investimento realizado, que ascendeu a 82,1 milhões de euros, 35,4 milhões de euros foram direcionados para a regeneração urbana, com destaque para o Programa Rua Direita, para a promoção do arrendamento acessível e para a requalificação e beneficiação de diversos espaços e arruamentos da Cidade. O parque habitacional social beneficiou de um investimento de 14,3 milhões de euros, consolidando o compromisso de longa data com o reforço da coesão social.

As contas de 2025 constituem, assim, a expressão concreta dos princípios que orientaram a gestão dos últimos anos: disciplina orçamental, transparência e responsabilidade financeira. Representam, igualmente, o ponto de partida para um novo Executivo, que assume o compromisso de investir no futuro e na qualidade de vida dos portuenses, pautando a sua atuação pela ambição, pela exigência e por um firme sentido de serviço público.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto,

Pedro Duarte

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Prestação de Contas do Ano 2025 decorre do cumprimento do disposto no referencial contabilístico em vigor desde 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que incorpora os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

Na sua elaboração atendeu-se ao definido nas suas Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente, na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras; na NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental e NCP 27 — Contabilidade de Gestão, tendo por objetivo a promoção da transparência das contas públicas do Município do Porto e a otimização do seu relato orçamental e financeiro.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras e de desempenho orçamental agora apresentados constituem a representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município do Porto no decurso do ano económico de 2025, cabendo à câmara municipal a aprovação dos respetivos documentos de prestação de contas individuais e a sua submissão à apreciação e votação da assembleia municipal, até ao final do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, nos termos conjugados com o disposto no nº 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei. n.º 73/2013, de 3 de setembro, e na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do nº 2 do artº 25º ambos do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

2.1. ECONOMIA MUNDIAL

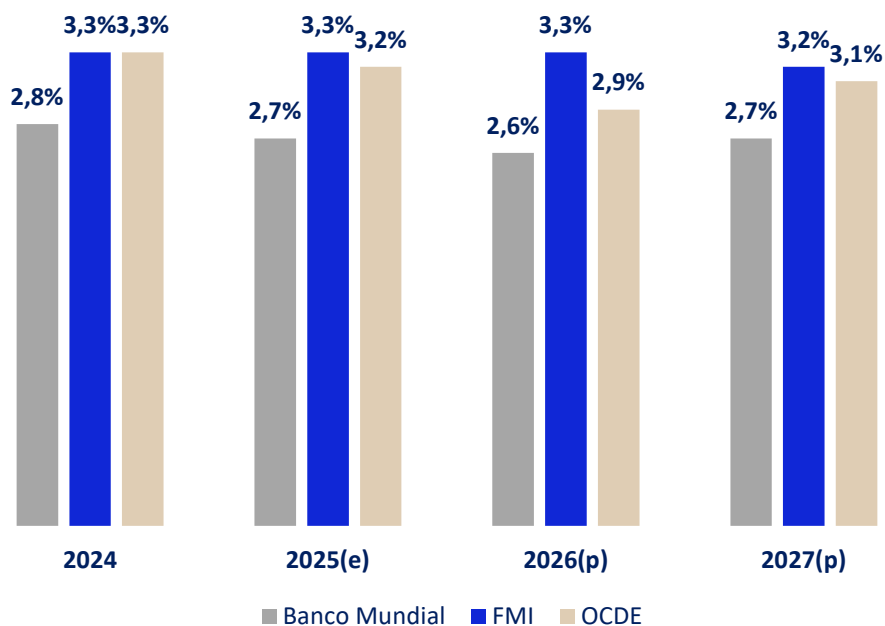
A economia mundial encontra-se inserida num ambiente de elevada incerteza, resultante do aumento das tensões geopolíticas e comerciais, principalmente associadas aos conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia, bem como das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos da América (EUA) aos diversos países. Ainda assim, o ano de 2025 evidenciou a capacidade de resiliência da economia global, com um crescimento moderado, apesar da escalada das tensões geopolíticas, do aumento das tarifas aduaneiras e das crescentes restrições ao comércio internacional. O investimento associado à Inteligência Artificial (IA), o alívio das condições financeiras e a adoção de políticas orçamentais expansionistas contribuíram para impulsionar este crescimento.

O Fundo Monetário Internacional (FMI)² estima que a atividade económica global registe um crescimento de 3,3% em 2025 e 2026, seguindo-se um ligeiro abrandamento para 3,2% em 2027. O Banco Mundial³ é mais conservador nas suas estimativas, perspetivando uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 2,7% em 2025, 2,6% em 2026, e 2,7% em 2027. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁴, publicadas em dezembro de 2025, apontam, por sua vez, para um crescimento económico mundial de 3,2% em 2025, 2,9% em 2026, e 3,1% em 2027 (Figura 1).

² FMI (2026). *World Economic Outlook*. Publicado em janeiro de 2026.

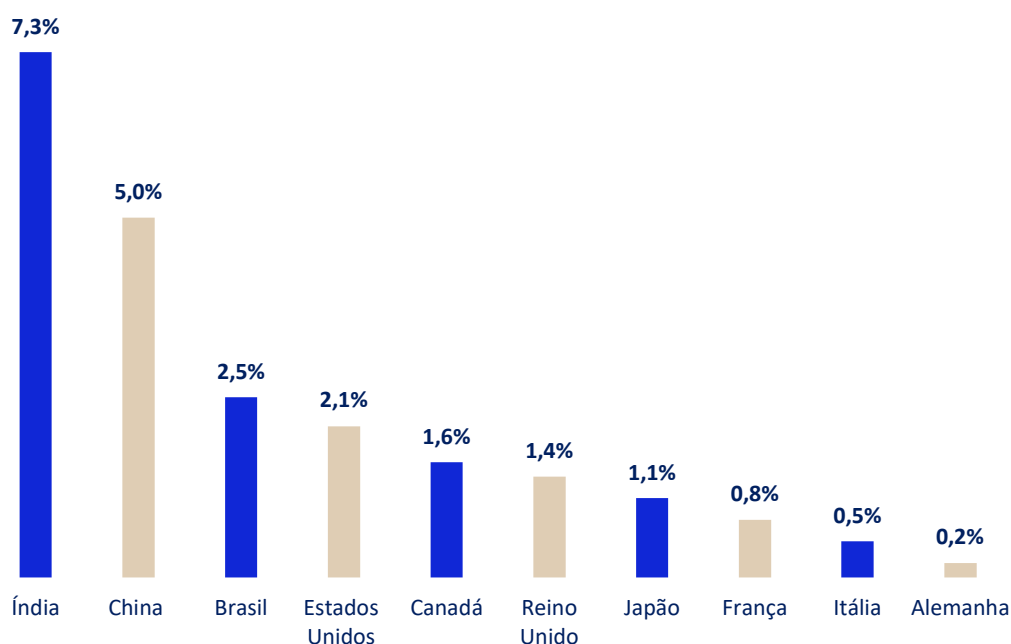
³ Banco Mundial (2026). *Global Economic Prospects*. Publicado em janeiro de 2026.

⁴ OCDE (2025). *OECD Economic Outlook*. Publicado em dezembro de 2025.

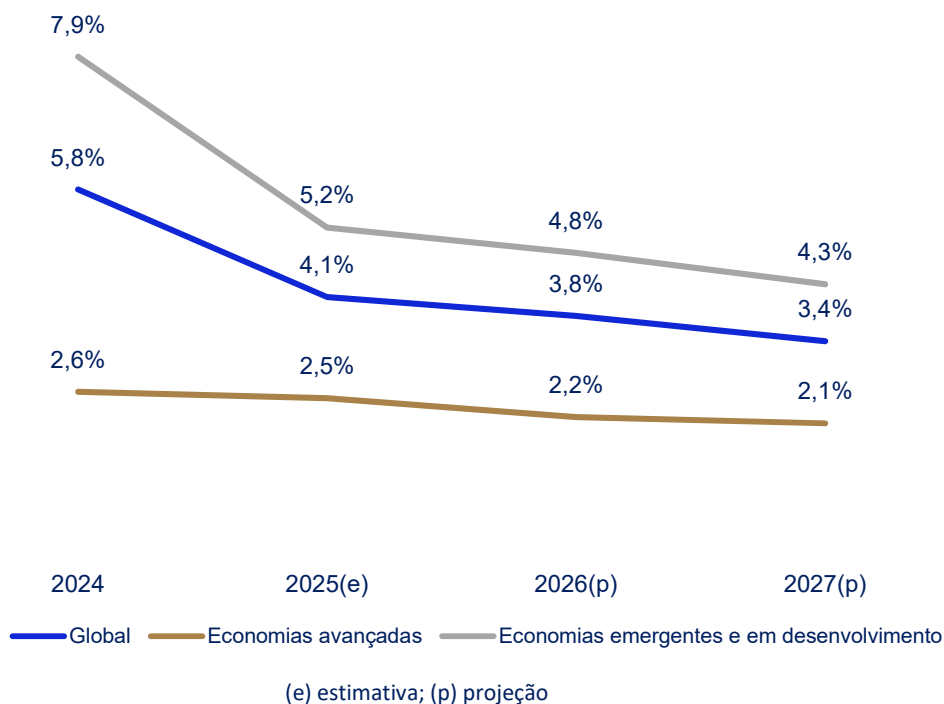
Figura 1 – Projeções do PIB Mundial ^{2,3}

(e) estimativa; (p) projeção

No que concerne à atividade económica das maiores economias mundiais, as estimativas do FMI destacam a Índia como a economia com o maior crescimento do PIB real em 2025, atingindo os 7,3%, seguindo-se a China, com um crescimento de 5,0%, e o Brasil com 2,5%. Num polo oposto, as estimativas apontam para um crescimento de 0,5% na Itália e 0,2% na Alemanha (Figura 2).

Figura 2 - Estimativa do PIB das 10 maiores economias mundiais (2025)²

Relativamente à inflação, as estimativas sugerem uma moderação gradual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ao longo do horizonte temporal considerado (2024-2027), convergindo para os objetivos dos bancos centrais no caso das economias avançadas. De acordo com o FMI, a inflação tem vindo a diminuir na maioria das economias, estimando uma taxa global de 4,1% em 2025, 3,8% em 2026, e 3,4% em 2027. As previsões desta instituição destacam ainda que será de esperar um processo de desinflação nas economias avançadas (2,5% em 2025, 2,2% em 2026, e 2,1% em 2027), bem como nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, onde é esperado que a inflação se situe em 5,2% em 2025, 4,8% em 2026, e 4,3% em 2027 (Figura 3).

Figura 3 - Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes ²

2.2. ZONA EURO

No que diz respeito à Zona Euro⁵, as estimativas mais recentes do Banco Central Europeu (BCE)⁶ sugerem um crescimento do PIB de 1,5% para 2025, seguindo-se, por meio de uma revisão em baixa das suas projeções, um crescimento de 0,9% em 2026. Estas perspetivas advêm do possível impacto negativo do aumento dos preços dos produtos energéticos e da incerteza gerada pela guerra no Médio Oriente no poder de compra, assim como na confiança dos consumidores e das empresas. Contudo, é esperado que o crescimento do PIB se situe em 1,3% em 2027, sustentado pela recuperação do consumo e do investimento (Figura 4).

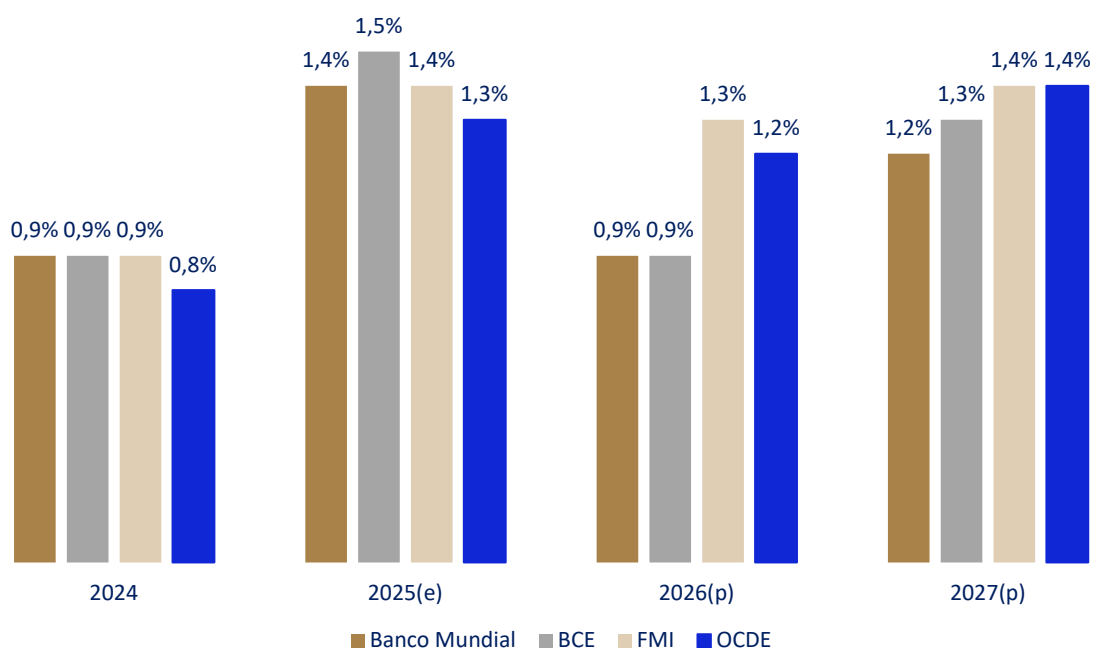
As estimativas do FMI para o crescimento do PIB na Zona Euro apontam para 1,4% em 2025, 1,3% em 2026, e 1,4% em 2027, estando em linha com as projeções da OCDE (1,3% em 2025, 1,2% em 2026, e 1,4% em 2027). O Banco Mundial, por sua vez, estima que o crescimento se situe em 1,4% em 2025, e, numa perspetiva menos otimista, em 0,9% em 2026 e 1,2% em 2027.

⁵ A Zona Euro integra os países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

⁶ BCE (2026). *Macroeconomics Projections*. Publicado em março de 2026.

Estas projeções resultam do impacto negativo da escalada das tarifas aduaneiras americanas aplicadas aos diversos países e do aumento dos preços das matérias-primas energéticas nas exportações da Zona Euro (Figura 4).

Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro ^{2, 3, 4, 6}



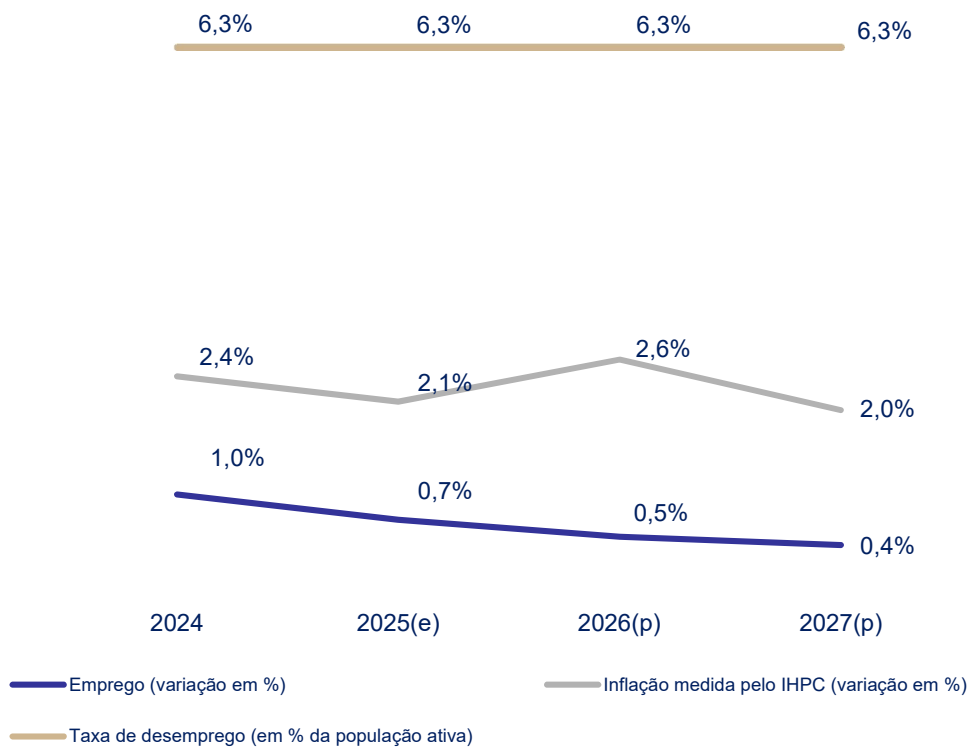
(e) estimativa; (p) projeção

No que concerne à inflação na Zona Euro, as estimativas do BCE sugerem que o IHPC se tenha situado em 2,1% em 2025, prevendo um aumento para 2,6% em 2026, como resultado de uma revisão em alta face às projeções de dezembro de 2025. Esta tendência resulta sobretudo da subida dos preços dos produtos energéticos causada pela guerra no Médio Oriente, que poderá provocar um aumento mais generalizado da inflação através de efeitos indiretos e de segunda ordem. Não obstante, é esperado um regresso da inflação aos 2,0% em 2027 (Figura 5).

Relativamente ao mercado de trabalho, o crescimento do emprego diminuiu para 0,7% em 2025, após anos de forte crescimento. Em 2026 e 2027, é esperado que o mercado de trabalho continue a crescer, embora a um ritmo ainda mais moderado (0,5% e 0,4%, respetivamente), uma vez que se espera que as empresas retenham a mão-de-obra em resposta a uma quebra temporária da atividade económica devido à guerra no Médio Oriente. Por outro lado, as

estimativas sugerem que a taxa de desemprego permaneça estável em níveis moderadamente baixos, nomeadamente em 6,3% da população em idade ativa, ao longo de todo o horizonte analisado (2025 e 2027) (Figura 5).

Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro ⁶

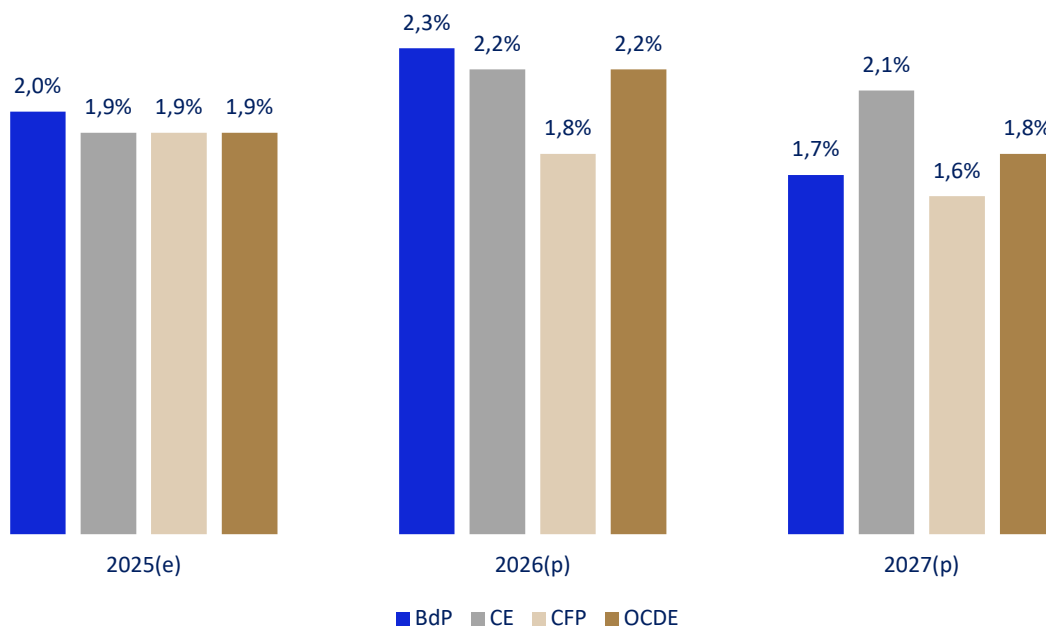


(e) estimativa; (p) projeção

2.3. ECONOMIA PORTUGUESA

Relativamente à economia portuguesa, as estimativas apontam para um crescimento do PIB entre 1,9% e 2,0% em 2025, impulsionado principalmente pelo consumo privado e pelo investimento. Segundo as previsões do Banco de Portugal (BdP)⁷, o PIB deverá situar-se em 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, e 1,7% em 2027. Estas previsões resultam do aumento da procura interna associada a um mercado do trabalho resiliente e do impulso da política orçamental e dos fundos europeus. As previsões da Comissão Europeia (CE)⁸ e da OCDE⁹ são semelhantes, apontando para um crescimento de 1,9% em 2025, 2,2% em 2026 e entre 1,8% (OCDE) e 2,1 % (CE) em 2027. Numa perspetiva menos otimista, o Conselho de Finanças Públicas (CFP)^{Erro! Marcador não definido.} projeta um crescimento para o país de 1,9% em 2025, 1,8% em 2026 e 1,6% em 2027. A execução financeira do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o aumento de salários, a redução de impostos, e o crescente investimento em defesa deverão sustentar estas estimativas (Figura 6).

Figura 6 - Projeções do PIB para Portugal ^{7,8,9,10}



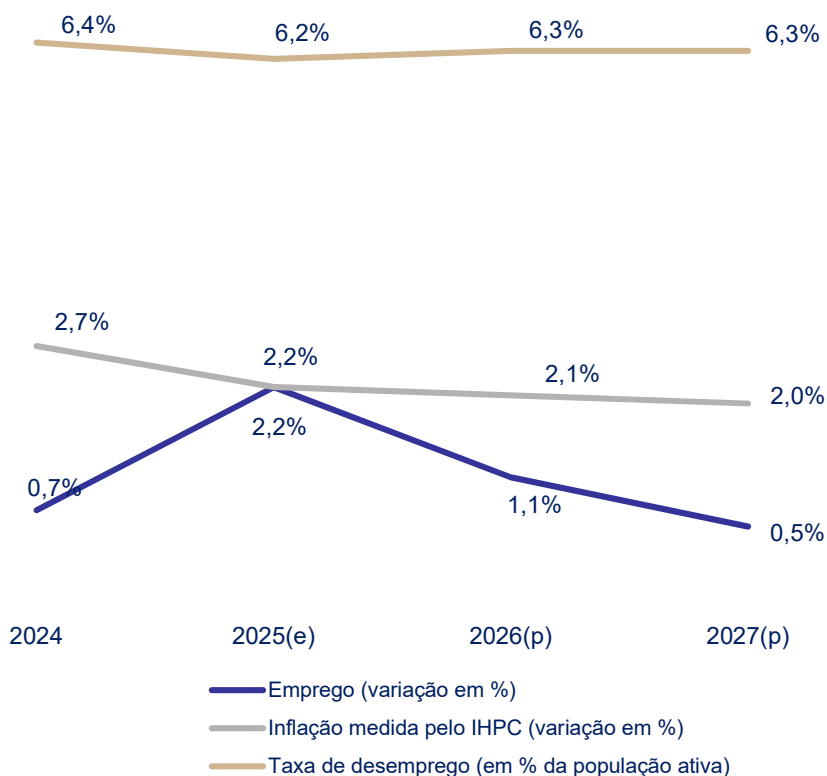
(e) estimativa; (p) projeção

⁷ Banco de Portugal (2025). Boletim Económico. Publicado em dezembro de 2025.

⁸ CE (2025). *Autumn 2025 Economic Forecast*. Publicado em novembro de 2025.

No que diz respeito à inflação, a taxa de variação do IHPC desceu para 2,2% em 2025, sustentada principalmente pelo abrandamento do preço dos serviços. Para os anos seguintes, o Banco de Portugal prevê uma inflação de 2,1% em 2026 e 2,0% em 2027. Todavia, existem riscos externos que poderão comprometer a redução da inflação, nomeadamente a subida dos preços dos bens energéticos e alimentares associada a um agravamento das tensões geopolíticas (Figura 7).

Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal ⁷



Relativamente ao mercado de trabalho, após o aumento esperado de 2,2% para 2025, impulsionado pelo crescimento da população em idade ativa e pela subida da taxa de atividade, é esperado um abrandamento do crescimento do emprego para 1,1% em 2026 e 0,5% em 2027, associado à redução dos fluxos migratórios. No que concerne à taxa de desemprego, é esperado que este indicador se tenha situado em 6,2% da população em idade ativa em 2025, estabilizando em 6,3% em 2026 e 2027 (Figura 7).

Dada a volatilidade da atual conjuntura económica, social e geopolítica, na qual o Porto e Portugal se enquadram, torna-se necessária uma abordagem prudente na análise das estimativas apresentadas.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2025, o Município do Porto apresentou resultados positivos, reforçando a trajetória de consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em síntese destaca-se:

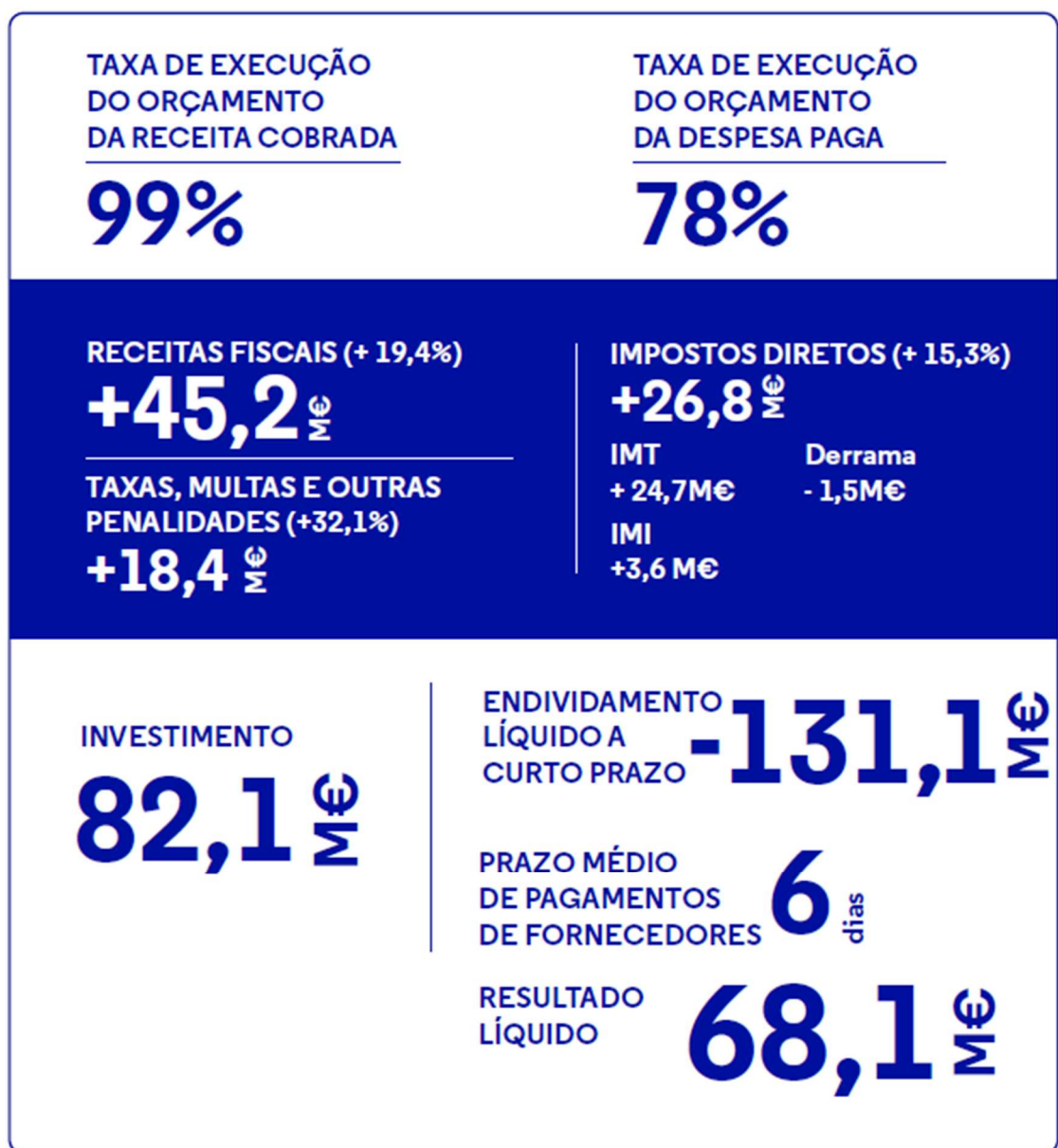
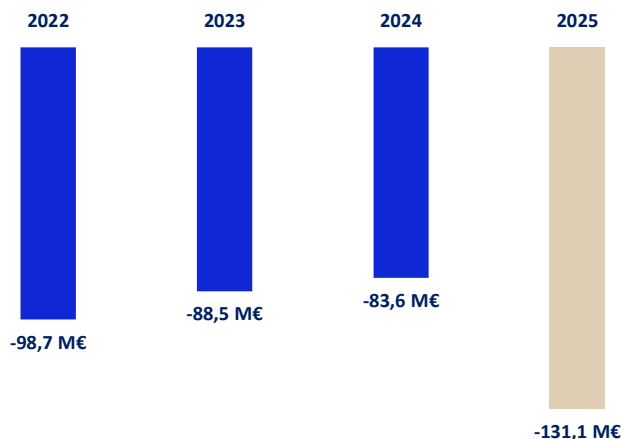


Figura 8. Dívida líquida de curto prazo

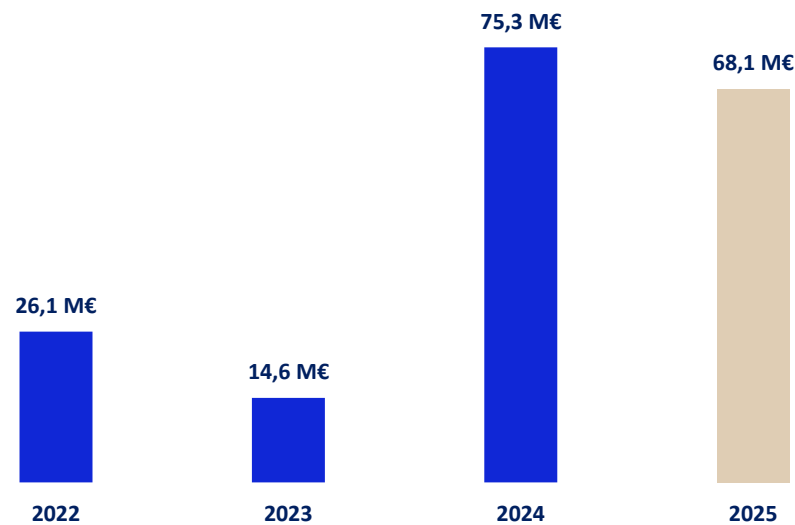


O Município encerrou o exercício de 2025 com disponibilidades de tesouraria de 98,1 milhões de euros, um montante a receber de 34,6 milhões de euros e apenas 1,5 milhões de euros a pagar, o que permitiu apurar uma dívida líquida negativa (-131,1 milhões de euros), evidenciando que os recursos financeiros foram mais do que suficientes para cobrir todas as suas obrigações e ainda obter um excedente.

Em termos orçamentais e de gestão municipal, a dívida líquida negativa registada ao longo dos últimos anos evidencia uma gestão financeira sólida, assente numa forte disciplina orçamental, na capacidade de gerar receitas próprias de forma consistente e num reduzido recurso ao endividamento.

Na ótica económico-financeira, destaca-se o resultado líquido do exercício, que ascendeu a 68,1 milhões de euros.

Figura 9. Resultado líquido do exercício



Decorrente da aplicação pela primeira vez do método de equivalência patrimonial (MEP), o resultado líquido do exercício de 2024 foi reexpressado, passando de 69,3 milhões de euros para 75,3 milhões de euros.

Os rácios orçamentais registaram em 2025, valores que demonstram a manutenção de um controlo efetivo do orçamento, refletindo a continuidade das boas práticas de gestão financeira do Município.

Quadro 1. Indicadores da receita

INDICADOR		RÁCIO	2025	2024
Grau de execução da receita	Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas		98,7%	98,6%
Variação da receita total	Receita cobrada líquida ano (n) / Receita cobrada líquida ano (n-1)		17,0%	7,9%
Grau de execução da receita corrente	Receita corrente cobrada líquida / Previsões receita corrente corrigidas		119,9%	98,3%
Variação das receitas correntes	Receita corrente cobrada líquida ano (n) / Receita corrente cobrada líquida ano (n-1)		17,6%	11,9%
Peso das receitas correntes no total da receita	Receita corrente cobrada líquida / Total receita cobrada		80,5%	80,1%
Peso das receitas fiscais no total da receita corrente	Receita cobrada líquida dos impostos e taxas / Total receita corrente cobrada		72,4%	71,3%
Peso das receitas próprias no total da receita	Receitas Próprias / Total receita cobrada		66,2%	65,4%
Estrutura da receita efetiva	Receita capital efetiva / Total receita cobrada efetiva		11,2%	6,0%
Grau de execução das liquidações	Recebimentos / Liquidações		93,2%	90,9%

O grau de execução da receita mantém-se estável, passando de 98,6% em 2024 para 98,7% em 2025, o que demonstra consistência na previsão e na execução das receitas.

Por sua vez, a receita total registou um acréscimo de 17%, relativamente ao ano de 2024 mais do que duplicando o crescimento registado no ano anterior (7,9%). Este crescimento resulta do aumento significativo da receita efetiva, justificada, entre outros, pela execução da receita fiscal e dos fundos europeus.

A receita corrente cobrada superou em 19,9% o montante orçamentado.

O aumento da receita corrente face a 2024, resultou do crescimento da receita fiscal, que aumentou 19,4%, bem como das transferências correntes em mais 17,8%, por força das transferências provenientes do Orçamento do Estado.

A receita própria manteve um desempenho robusto, registando um crescimento de 18,3% e um aumento de 0,8 p.p. do seu peso no total da receita cobrada, reforçando a autonomia financeira do Município.

A estrutura da receita efetiva evidencia um reforço do peso da receita de capital resultante do aumento das transferências de capital. Destacam-se, em particular, os montantes provenientes de fundos comunitários, nomeadamente do Portugal 2020 (+ 11,2 milhões de euros) e do PRR (+2,9 milhões de euros), bem como as transferências do IRHU, no âmbito do Programa 1.º Direito (+ 2,8 milhões de euros).

Os recebimentos mantiveram um desempenho muito positivo, correspondendo a 93,2% das liquidações efetuadas, indicando a boa capacidade de cobrança do Município.

Quadro 2. Indicadores da despesa

INDICADOR	RÁCIO	2025	2024
Grau de execução da despesa	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	78,4%	87,9%
Variação da despesa total	Despesa paga líquida ano (n) / Despesa paga líquida ano (n-1) -1	4,3%	14,4%
Grau de execução da despesa corrente	Despesa corrente paga líquida / Dotações despesa corrente corrigidas	84,6%	88,7%
Variação das despesas correntes	Despesa corrente paga líquida ano (n) / Despesa corrente paga líquida ano (n-1) -1	8,8%	10,6%
Peso das despesas correntes no total da despesa	Despesa corrente paga líquida / Total despesa paga	77,0%	73,8%
Peso das despesas com o pessoal no total da despesa corrente	Despesas com o pessoal / Total despesa corrente paga	40,7%	41,6%
Peso das despesas de investimento nas despesas totais	Despesas de investimento/Total despesa paga	21,7%	23,0%
Estrutura da despesa efetiva	Despesa capital efetiva / Total despesa paga efetiva	22,7%	26,0%
Grau de execução das obrigações	Pagamentos / Obrigações	99,6%	99,6%

Apesar das despesas totais apresentarem um acréscimo de 4,3% o que corresponde a mais 15,7 milhões de euros, em termos absolutos, o grau de execução orçamental da despesa registou um decréscimo face a 2024.

O peso das despesas correntes no total da despesa aumentou em 3,2 p.p. face a 2024, refletindo um crescimento das despesas correntes de 8,8%.

As despesas com pessoal reduziram o seu peso relativo no conjunto das despesas correntes em 0,9 p.p..

As despesas de investimento registaram uma diminuição de 1,3 p.p. no seu peso face ao total da despesa, situando-se em 21,7% em 2025.

Quadro 3. Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida

INDICADOR	RÁCIO	2025	2024
Peso do saldo corrente no total da receita corrente	Saldo corrente / Total receita cobrada	24,0%	17,9%
Peso do serviço da dívida no total da receita corrente	Serviço da dívida / Total receita corrente cobrada	0,4%	0,5%
Grau de cobertura da despesa	Total receita cobrada / Total despesa paga	125,9%	112,2%
Grau de cobertura da despesa corrente e amortizações médias EEMPL	Total receita corrente cobrada / (despesa corrente paga + amortizações médias EEMPL)	130,6%	120,8%
Grau de cobertura da despesa de capital	Total receita capital cobrada* / Total despesa capital paga*	35,4%	11,7%

* excluídos ativos e passivos financeiros

O peso do saldo corrente registou uma variação positiva face ao ano de 2024, e o peso do serviço da dívida no total da receita corrente registou uma diminuição de 0,1 p.p. face ao período homólogo, refletindo uma evolução favorável destes indicadores.

A despesa paga pelo Município continuou a ser integralmente coberta pela receita cobrada, a qual incluiu o saldo de gerência do ano anterior ficando, ainda, um excedente de 25,9% a transitar para 2026.

A despesa de capital foi financiada em 35,4% pela receita de capital, o que representa um aumento de 23,7 p.p. face ao período homólogo. Este reforço resulta, sobretudo, do acréscimo das transferências de capital.

Quadro 4. Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2025	2024 (1)
Liquidez		
Liquidez Geral		
Ativo corrente/(Passivo corrente-Diferimentos)	7,9	6,2
Liquidez Reduzida		
(Ativo corrente-Inventários)/(Passivo corrente-Diferimentos)	7,9	6,2
Liquidez Imediata		
Disponibilidades/(Passivo corrente-Diferimentos)	3,0	1,4
Rentabilidade		
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios	512,9%	561,7%
Resultados Operacionais/Volume Negócios		
Taxa de Margem Bruta	95,5%	98,0%
Volume Negócios/Margem Bruta		
Rentabilidade do Património Líquido	3,2%	3,7%
Resultados Líquidos/Património Líquido		
Rentabilidade Operacional do Ativo	3,0%	3,4%
Resultados Operacionais/Ativo Total		
Atividade		
Grau de Rotação do Ativo	0,6%	0,6%
Volume Negócios/Ativo Total		
Prazo Médio de Inventários	33	10
Prazo Médio de Recebimentos	90	131
Prazo Médio de Pagamentos (DGAL)	6	7
Grau de Autonomia		
Património Líquido / Ativo	95,3%	95,0%
Grau de cobertura dos gastos financeiros		
Resultados Operacionais / Gastos Financeiros	294,9	186,1
Índice de Solvabilidade		
Património Líquido / Passivo	20,1	19,1
Resultados antes de depreciações e gastos financiamento	126,2 M€	129,0 M€

Nota: (1) valores reexpressos pela aplicação do MEP

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município em 2025, destacando-se o grau de autonomia superior a 95%, que continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

O índice de liquidez, que traduz a regra de equilíbrio financeiro mínimo, confirma a robustez financeira de curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2024, ao passar de 19,1 para 20,1.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2025 é positivo e apresenta um valor de 126,2 milhões de euros.

4. ATIVIDADES

Em 2025, a atividade do Município do Porto reafirmou o compromisso com as premissas e prioridades definidas no orçamento aprovado para o ano, alinhada com o programa autárquico do mandato 2021-2025, orientado por uma visão de cidade assente na responsabilidade financeira, na seletividade da despesa pública e na consolidação de políticas que promovem o desenvolvimento social, económico e cultural.

A gestão rigorosa da dívida global continuou a ser um dos pilares estruturantes da governação municipal, garantindo estabilidade orçamental e capacidade de investimento. Paralelamente, a afetação criteriosa dos recursos públicos permitiu reforçar áreas estratégicas e responder aos desafios emergentes da cidade.

Neste fim de ciclo político, as prioridades municipais continuaram organizadas em sete objetivos estratégicos transversais, que estruturaram a ação pública e orientaram a intervenção do Município. A análise do desempenho económico de 2025 será, por isso, apresentada à luz destes objetivos, evidenciando a forma como cada um contribuiu para a concretização da visão política definida para o Porto.

Quadro 5. Despesa por objetivos

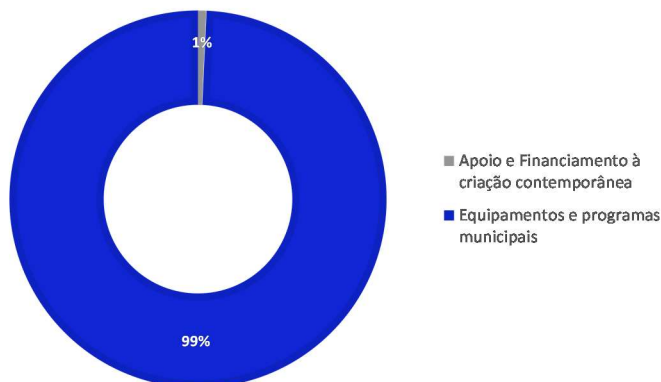
OBJETIVO	ORÇAMENTO (€)	PAGO (€)	TAXA DE EXECUÇÃO
Cultura e Património	19 229 221,00	16 903 067,92	87,9%
Economia, pessoas e inovação	43 204 874,11	29 970 315,18	69,4%
Ambiente, energia e qualidade de vida	85 041 368,43	67 535 147,80	79,4%
Urbanismo e habitação	60 804 774,30	41 704 073,15	68,6%
Coesão social	43 334 950,00	32 327 007,67	74,6%
Mobilidade	40 373 388,06	30 472 907,99	75,5%
Governância da Câmara	191 004 243,16	159 895 406,92	83,7%
TOTAL	482 992 819,06	378 807 926,63	78,4%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporaram estes objetivos que, por sua vez, foram desdobrados em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam todas as despesas orçamentadas, sendo distribuídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Para cada objetivo estratégico, procedeu-se ao elenco das atividades mais relevantes de cada Unidade Orgânica do Município do Porto e das Empresas Municipais, que consta no Anexo “Atividades das Unidades Orgânicas (UO) e Empresas Municipais (EM)”, no qual se identifica a atividade desenvolvida, a sua breve descrição, bem como os correspondentes indicadores.

4.1. CULTURA E PATRIMÓNIO

Figura 10. Cultura e Património



O objetivo estratégico **Cultura e Património** integra os programas Apoio e financiamento à criação contemporânea e Equipamentos e programas municipais onde foram executados 16,9 milhões de euros.

Dentro da atividade de promoção cultural, em 2025 contabilizaram-se mais de 700 mil visitantes a exposições nos espaços culturais municipais, mais de 92 mil participantes nos eventos programados pela cidade e assistiu-se a um aumento do número de inscritos nos cursos breves promovidos pelo Museu e Bibliotecas do Porto.

Destaque para a Feira do Livro do Porto, cuja edição atraiu cerca de 255 mil visitantes aos Jardins do Palácio de Cristal.

Foram concedidos apoios a 25 entidades nas áreas do cinema, teatro, música, arquitetura/design, fotografia e literatura.

O 51.º aniversário da Revolução do 25 de Abril foi celebrado com concertos, fogo-de-artifício e jogos tradicionais, que atraíram cerca de 35 mil pessoas à Avenida dos Aliados.

No Dia da Criança, 7.500 participantes envolveram-se nas atividades musicais e desportivas e nos workshops promovidos.

As tradicionais Festas de São João animaram a cidade com três dezenas de espetáculos no Largo Amor de Perdição, Palácio de Cristal, praça da Casa da Música e dispersos pelas freguesias, além da Arruada de Ranchos, das Rugas e da instalação Flor de Manjerico, na Praça do General Humberto Delgado. À meia-noite de 23 para 24, teve lugar o habitual espetáculo piromusical nas margens do rio.

Cerca de seis mil pessoas participaram nos espetáculos musicais, atividades infantis e desportivas e workshops do programa Vizinhanças e nas sessões do Cinema Fora do Sítio, que percorreram todas as freguesias/uniões de freguesias.

Na época de Natal, foram promovidos quatro grandes concertos na Avenida dos Aliados e três dezenas de espetáculos na Cordoaria, onde foi dinamizado um mercado, um carrossel parisiense e uma pista de gelo.

A Avenida dos Aliados foi, ainda, palco, na Passagem de Ano, para um espetáculo multimédia na fachada dos Paços do Concelho, assim como para o Concerto de Ano Novo.

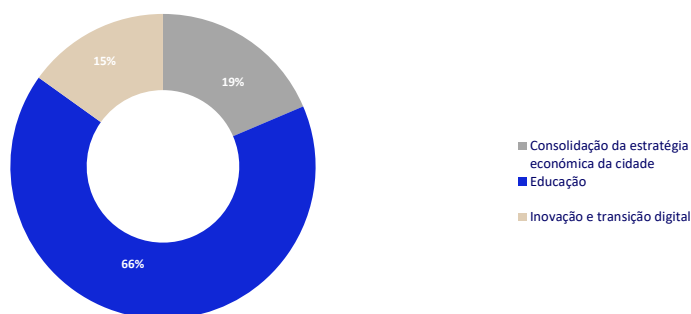
A Avenida Rodrigues de Freitas recebeu mais uma edição do “A Rua é Nossa”, no âmbito da animação das Zonas Pedonais Temporárias.

Em matéria de requalificação dos espaços culturais, foi dado início à empreitada de reabilitação do Balleteatro Escola de Arte e do interior e da envolvente exterior do Teatro Campo Alegre, merecendo, igualmente, destaque o avanço dos trabalhos que vão permitir a requalificação e expansão da Biblioteca Pública Municipal.



4.2. ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

Figura 11. Economia, Pessoas e Inovação



No objetivo **Economia, pessoas e inovação** foram aplicados 30 milhões de euros distribuídos pelos programas Consolidação da estratégia económica da cidade (5,6 milhões de euros), Educação (19,9 milhões de euros) e Inovação e transição digital (4,5 milhões de euros).

Para a consolidação da estratégia económica da cidade contribuíram iniciativas como novas edições do Fórum Comércio e do Comércio Fora do Sítio, assim como as sessões Há Conversas no Comércio.

De assinalar, o aumento do número de participantes tanto no Concurso de Montras como de comerciantes presentes na plataforma Shop in Porto. Em 2025, 98 estabelecimentos estavam abrangidos pelo Porto de Tradição.

No que confere ao apoio à entrada no mercado de trabalho, 55 jovens e 38 empresas participaram no Summer opPORTOnities, o Employer Pitch atraiu 155 pessoas e 434 candidatos apresentaram-se no Speed Recruitment.

Durante o Porto Summer Academy, 92 estudantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto o trabalho de 44 empresas da cidade.

A integração no mercado de trabalho envolveu, também, a capacitação de 24 candidatos no (D) de Eficiência e de 42 migrantes participantes no Porto_4_All.

Em matéria de atração de investimento, foram concretizados uma dezena de projetos de investimento, a que se juntam os 628 projetos apoiados e os 202 que se encontravam em fase de implementação.

Em 2025, dando continuidade à promoção do Porto como destino gastronómico, teve lugar a segunda edição do Global Kitchen, sob o mote “Global Goes Local”.

No âmbito da estratégia para um destino turístico sustentável, foi criado o guia "Porto Acessível", uma ferramenta que identifica as características de acessibilidade de diferentes recursos turísticos e atrações, e implementada a plataforma “Plan Your Journey”, que disponibiliza seis roteiros temáticos pelos quarteirões turísticos.

Foram, ainda, dinamizadas sete ações de formação para qualificação da atividade turística e realizado um estudo sobre o impacto do turismo e o perfil do turista que visita a cidade.

Na área da Educação, mais de 2.800 alunos participaram no Porto de Atividades e quase dois mil beneficiaram do Porto de Apoio à Família. Nas várias edições da Escola Solidária, foram servidas mais de 60.700 refeições aos alunos em período de pausa letiva.

No âmbito do Porto de Conhecimento, foram atribuídas 77 bolsas de estudo para frequência do ensino superior e mais de 5.500 estudantes participaram no Porto de Futuro.

Destaque, ainda, para as intervenções de requalificação das escolas da Ponte e Eugénio de Andrade e de arranjos exteriores da Escola Alexandre Herculano.

Em matéria de Inovação e Transição Digital, a Porto Digital participou em 17 projetos e parcerias internacionais e assumiu a capacitação das equipas municipais na gestão da inovação.

Mais de um milhão de pessoas utilizaram a rede wi-fi, que já se encontra com cobertura de fibra em 670 locais da cidade, e outras 237 mil recorreram à plataforma Explore.Porto.

De assinalar, também, o elevado grau de satisfação dos portuenses na interação com o Portal do Município.

Mais comerciantes no
Shop in Porto

6 workshops

**Há Conversas
no Comércio**

Mais participantes
no Concurso de
Montras"

2.ª edição

do Global Kitchen, sob
o mote "Global Goes
Local"

2.ª edição

do Fórum
Comércio

Prémios

Best of Wine
Tourism

7 ações

"Formação +
Próxima"

10 projetos
de investimento
concretizados

98 entidades

abrangidas pelo Porto de Tradição

Dinamização
do projeto

"Like a Local
Likes"

434 participantes
no Speed
Recruitment

Lançamento da

plataforma
"Plan Your
Journey"

92 estudantes

44 empresas

na
**Porto
Summer
Academy**

628 projetos
de investimento
apoiados

Porto Acessível
com 20 recursos
diagnosticados

42 Capacitação
de migrantes

Porto_4_All

Capacitação de
24 pessoas
pelo

(D) de
Eficiência

38 EMPRESAS

55 JOVENS

no
**Summer
opPORTOnities**

155
participantes
no Employer
Pitch

Estudo sobre
o Impacto do
Turismo e o Perfil
do Turista

10 estabelecimentos
participantes no
**Comércio Fora
do Sítio**

Requalificação da
EB da Ponte e da EB
Eugénio de Andrade

Ampliação da
EB Costa Cabral

1.958 alunos no

Programa Municipal Porto
de Apoio à Família

Arranjos exteriores da

Esc. Sec. Alexandre
Herculano

5.521

participantes
Porto de Futuro

77 bolsas

Porto de
Conhecimento

mais de 60.700 refeições

servidas no âmbito do Programa
Escola Solidária

Mais de
237 mil

utilizadores
Explore.Porto

Participação da

Porto
Digital

em 17 projetos
e parcerias
internacionais de
inovação

Capacitação das
equipas municipais
na gestão da
inovação

Mais de
1 M

utilizadores
rede Wi-Fi

Elevado grau de satisfação

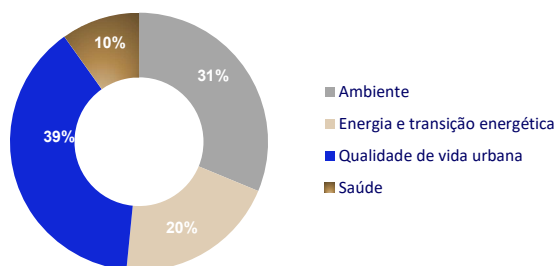
com Portal do
Munícipe

670

locais com cobertura da rede de fibra

4.3. AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

Figura 12. Ambiente, Energia e Qualidade de Vida



No objetivo estratégico **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** foram executados 21,1 milhões de euros no programa Ambiente, 13,7 milhões de euros no programa Energia e transição energética, 26 milhões de euros no programa Qualidade de Vida Urbana e 6,7 milhões de euros no programa Saúde, num total de 67,5 milhões de euros.

Em matéria de Ambiente, destaque para a aprovação do Plano Municipal de Ação Climática, para a certificação EMAS (Eco-Management and Audit Scheme) do Parque da Cidade e para a crescente diminuição do Índice de Água Não Faturada que, em 2025, se fixou nos 11,8%.

Foram requalificados 11 espaços verdes, entre eles o Jardim Teófilo Braga e o Jardim da Cordoaria, intervencionadas mais de 1.200 caldeiras e limpos mais de 8.500 metros de rios e ribeiras.

A transição para a mobilidade elétrica na frota municipal permitiu uma poupança de 1.043 tCO₂eq emitidos para a atmosfera.

Nove praias da cidade obtiveram Bandeira Azul e conseguiu-se um aumento da percentagem de água segura nas torneiras dos municípios.

Quase 42 mil crianças participaram nas atividades promovidas pelos Centros de Educação para a Sustentabilidade e mais de 34 mil nas ações do Pavilhão da Água.

Em 2025, a Porto Ambiente, EM voltou a ser distinguida com o Selo de Qualidade de Serviço de Águas e Resíduos e com o Prémio de Excelência ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

No âmbito da ação da Polícia Municipal, e com a entrada em funcionamento de uma nova tecnologia para as ações de fiscalização de estacionamento irregular, foram emitidas mais de 83 mil autuações.

Com a abertura do novo centro de formação e treino, o Regimento de Sapadores Bombeiros ministrou mais de quatro dezenas de sessões para entidades externas.

Dentro do programa Qualidade de Vida Urbana, a Ágora, EM procedeu à requalificação dos balneários da Piscina da Constituição e à requalificação hidráulica da Piscina de Cartes. Ao longo do ano, contabilizaram-se mais de 500 mil utilizações das várias instalações desportivas municipais.

Foram introduzidas as práticas de Andebol em Cadeira de Rodas, Karaté Suave e Newcom (voleibol para seniores). Cerca de 840 seniores participaram, regularmente, em alguma oferta de prática desportiva.

Registaram-se mais de 4.300 inscrições, para as várias edições da Missão Férias, tendo sido garantidos 96 lugares nos campos de férias, destinados a crianças e jovens de contextos socioeconomicamente desfavorecidos. Em paralelo, o programa Desporto no Bairro expandiu a sua intervenção para 18 zonas da cidade, reforçando a inclusão social através da prática desportiva e da promoção de estilos de vida saudáveis.

Ao nível da formação desportiva, foram apoiados mais de sete mil atletas, destacando-se o crescimento da participação feminina. Dentro do Programa de Patrocínio a Atletas de Alto Rendimento e Elevado Potencial Desportivo, foi assegurado apoio a 92 atletas nos clubes portuenses.

Este foi o ano em que o Museu das Convergências promoveu a sua primeira exposição: “Fluxo: Objetos, Pessoas e Lugares”, que atraiu mais de 700 pessoas. Por sua vez, participaram no Dia Aberto 432 pessoas, que organizou visitas ao futuro Matadouro – Centro Cultural do Porto.

Aprovação do

**Plano
Municipal de
Ação Climática****11** espaços verdes
requalificados**11,8%**Índice de Água Não
Faturada**39,2%**Redução consumo de
energia na iluminação
públicaNovo centro de
**formação e treino
do RSB****1.293**
caldeiras
intervencionadasRequalificação
**balneários Piscina
da Constituição****9** minutos
tempo médio de
resposta a incêndios**8.540** metrosde rios e ribeiras
limposAUMENTO DA
PERCENTAGEM DE
ÁGUA SEGURA

Cerca de

42

mil participantes

**atividades
Centros de
Educação para a
Sustentabilidade**

Prémio de Excelência

ERSAR**Selo****ERSAR de Qualidade
de Serviço de Águas e
Resíduos**

Reabilitação

**Instalações
Sanitárias Passeio
Alegre**

9 bandeiras azuis

Requalificação
rede hidráulica
Piscina de Cartes

Poupança de
1.043

tCO₂eq
com mobilidade
elétrica

37%
Maximização produção
fotovoltaica instalações
municipais

Definição do
regulamento do

**Índice
Ambiental
do Porto**

mais de
83 mil
autuações por
contraordenação
rodoviária

Certificação
EMAS ao
Parque da Cidade

34.852 
participantes atividades
Pavilhão da Água

Mais de
500 mil
utilizações das instalações
desportivas municipais

17 programas
municipais
de desporto e
entretenimento

Ofertas das
modalidades de
**Andebol em
Cadeira de
Rodas, Karaté
Suave e
Newcom**

96
crianças
desfavorecidas
inscristas nos
campos de férias

4.384
participantes
Missão Férias

18 zonas de
intervenção
Desporto no Bairro

7 mil atletas
de formação
apoiados

92 atletas no Programa de Patrocínio
Atletas de Alto Rendimento e Elevado
Potencial Desportivo

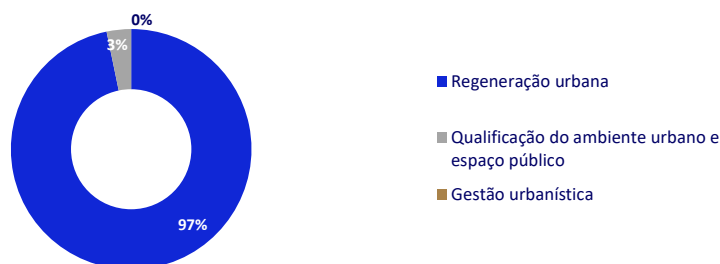
2 mil
atletas femininas de
formação apoiadas

838 seniores
com prática
desportiva
regular

432
visitantes
Dia Aberto 
**Matadouro
Centro
Cultural do
Porto**

4.4. URBANISMO E HABITAÇÃO

Figura 13. Urbanismo e Habitação



No **Urbanismo e Habitação** através dos programas Regeneração urbana (40,3 milhões de euros) e Qualificação do ambiente urbano e espaço público (1,4 milhões de euros) foram executados 41,7 milhões de euros.

Em matéria de regeneração urbana, destaque para os 411 fogos disponibilizados pela Porto Vivo, SRU em arrendamento acessível desde o início do programa “Porto com Sentido”.

Em 2025, foi, também, contratualizado o primeiro projeto em regime *build to rent* de grandes dimensões no país trazendo para o mercado de arrendamento acessível mais 124 fogos localizados em Campanhã.

A Sociedade de Reabilitação Urbana concluiu 59 fogos dentro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)/ 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, tendo no fim do ano de 2025, mais 184 fogos em execução.

Dentro do programa de qualificação do ambiente urbano e espaço público, foram executados quase 20 mil metros quadrados de obra para beneficiação de pavimentos e melhoria das acessibilidades.

Neste contexto, inserem-se, igualmente, mais de 1.700 dissuasores, 68 bancos e 25 bicicletários instalados. Durante o ano, a cidade ganhou, ainda, quatro quiosques com sanitário.

Consolidando um desenvolvimento urbanístico baseado na sustentabilidade urbana, respeito pela identidade local e potenciador da coesão sócio territorial, ganha destaque a intervenção da GO Porto, EM no Programa Rua Direita, na requalificação da Praça Pedro Nunes, das ruas Galeria de Paris, Picaria, do Cativo, da Porta do Sol e de Ricardo Severo, do Largo da Paz e do espaço

público de Lordelo, na reabilitação urbana de Azevedo - Campanhã (fase 2), no prolongamento da Rua Arq.º Lobão Vital, e na beneficiação das ruas de Joaquim Leitão, Justino Teixeira, Monte Estação e Monte Pedral.

411 

fogos disponibilizados em arrendamento acessível desde o início do Porto com Sentido

Concluídos

59 fogos
no âmbito
do PRR/1.º
Direito

Início da segunda fase

da reabilitação
urbana de
Azevedo

20 mil m²

de obra para
beneficiação
de pavimentos
e melhoria de
acessibilidade

Requalificação das ruas

**Galeria de
Paris, Picaria,
Cativo, Porta
do Sol e
Ricardo Severo**

Lançamento do primeiro build to rent de grandes

dimensões com **124** fogos em arrendamento acessível

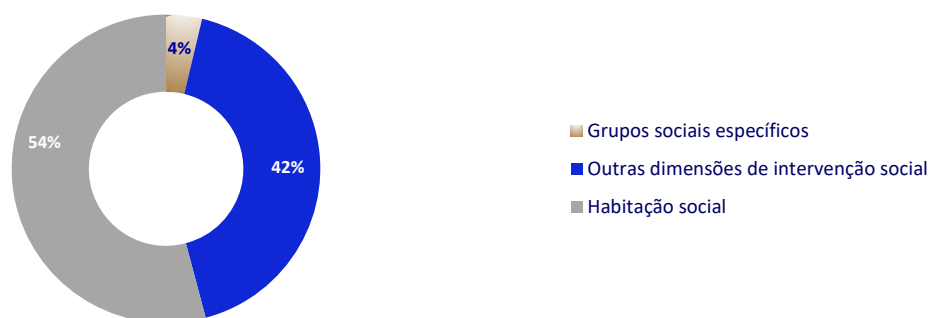
**Programa de
Apoio**

1.º Direito -
Programa de
Apoio ao Acesso à
Habitação: **184 fogos**
em execução

Requalificação do
espaço público de
Lordelo

4.5. COESÃO SOCIAL

Figura 14. Coesão Social



O objetivo estratégico **Coesão Social**, com uma execução de 32,3 milhões de euros, incorpora os programas Grupos sociais específicos (1,2 milhões de euros), Outras dimensões de intervenção social (13,6 milhões de euros) e a Habitação social (17,5 milhões de euros).

Em 2025, os Serviços Mediadores Municipais Interculturais realizaram mais de 600 atendimentos, enquanto o Balcão de Inclusão — dedicado a pessoas com deficiência, atendeu 230 pessoas.

Seis dezenas de pessoas beneficiaram da resposta social garantida pelo Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano, que fez o encaminhamento, para respostas mais adequadas, de mais de 30 pessoas.

Os três restaurantes solidários geridos pelo Município asseguraram, ao longo de todo o ano, a distribuição de quase 200 mil refeições a pessoas em situação de fragilidade económica, reforçando a resposta social de proximidade e o compromisso com o bem-estar da comunidade

O Município passou a dispor de um instrumento orientador — a Estratégia Municipal de Combate à Pobreza — que define as medidas prioritárias nesta área.

Foram formalizados 15 contratos ao programa de alojamento de estudantes universitários em habitações de seniores — Aconchego — e aprovadas 16 candidaturas ao Porto Amigo, para melhoria dos níveis de salubridade em casas de pessoas em situação de pobreza.

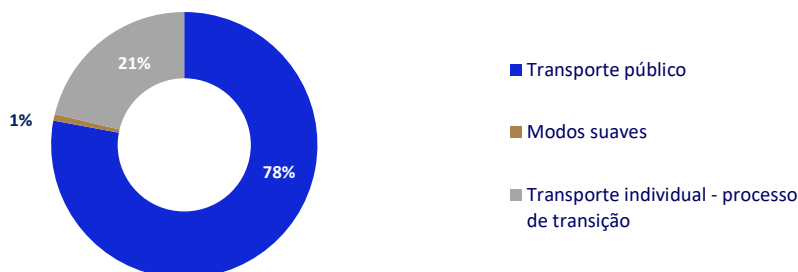
No âmbito do Plano de Ação das Operações Integradas do Território de Intervenção (PAOITI), destaca-se o impacto de várias iniciativas: mais de 200 beneficiários do programa “Estamos Juntos”, que assegura apoio a idosos através de teleassistência; 363 acompanhamentos realizados a pessoas em situação de sem-abrigo; e 55 pessoas capacitadas no âmbito do projeto para inclusão socioprofissional de pessoas com deficiências.

Em 2025, a autarquia aprovou a Carta Municipal de Habitação.



4.6. MOBILIDADE

Figura 15. Mobilidade



No objetivo da **Mobilidade** foram aplicados 30,5 milhões de euros, através dos programas Transporte público (23,7 milhões de euros), Modos suaves (242,7 mil euros) e Transporte individual - processo de transição (6,5 milhões de euros).

Em 2025, a medida das 22 viagens gratuitas em transporte público para os utilizadores do Cartão Porto. refletiu-se em mais de 32 mil ativações.

Foram realizadas quase 75 mil viagens pelos mais de 8.400 utilizadores do Táxi Saúde +65 para deslocações a hospitais e centros de saúde.

Confirmou-se uma maior fluidez do trânsito nas imediações do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC) com a implementação do sistema de “kiss & ride”, que reduziu os comportamentos irregulares.

Também no TIC, e para melhoria da acessibilidade e da fluidez pedonal, a passagem inferior, que liga a infraestrutura aos principais meios de transporte, foi equipada com três tapetes rolantes, ao longo de 127 metros.

Em 2025, o Intermodal de Campanhã tornou-se o primeiro edifício público do país a obter o grau Gold na certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design). Esta medida permitiu uma redução de custos operacionais, como resultado de uma maior eficiência energética e hídrica.

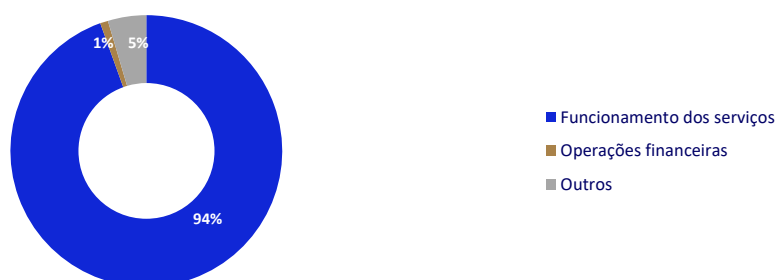
Visando potenciar a mobilidade pedonal, foram lançados concursos públicos para a ligação mecanizada que vai permitir a ligação entre a Rua da Restauração e os Jardins do Palácio de Cristal e para a futura ciclovía entre a Asprela e Campanhã.

Dentro do processo de transição do transporte individual, no final do ano foram instaladas câmaras de videovigilância para garante, pela PSP, da segurança rodoviária.

+ de 74 mil viagens Táxi Saúde +65	Introdução de tapetes rolantes no TIC
+ de 32 mil mil viagens gratuitas utilizadores 	TIC 1.º edifício público com grau Gold na certificação LEED
Cartão Porto. 	Lançamento concurso ciclovía Asprela - Campanhã
Lançamento concurso ligação mecanizada Rua da Restauração - Jardins do Palácio de Cristal	

4.7. GOVERNÂNCIA DA CÂMARA

Figura 16. Governância da Câmara



A **Governância da Câmara** engloba os programas de Funcionamento dos Serviços (151 milhões de euros), Operações financeiras (1,5 milhões de euros) e, Outros (7,3 milhões de euros), totalizando 159,9 milhões de euros.

Ao longo do ano, foram realizados mais de três centenas de eventos de origem protocolar, com destaque para as receções aos Presidentes de França e de Moçambique, a atribuição das Chaves da Cidade ao presidente da Junta da Galiza e a entrega do Grande Prémio Ilídio Pinho a Ramalho Eanes.

Em matéria de divulgação do universo municipal, o portal de notícias Porto. ultrapassou os 2,3 milhões de utilizadores.

Na área da saúde dos trabalhadores, foram realizadas mais de 4.700 consultas de medicina no trabalho e mais de mil consultas psicológicas, reforçando a promoção do bem-estar e da prevenção em contexto laboral.

Para o funcionamento dos serviços, contribuíram, também, no campo informático, a aquisição de um sistema de gestão de filas de espera para o Gabinete do Munícipe e de um novo sistema de recrutamento e seleção.

Em 2025, foram realizadas mais de 13.500 ações de fiscalização de ocupação do espaço público, mais de três centenas de vistorias a edificações para aferir condições de segurança e salubridade e foram iniciados mais de 900 processos de vistorias para efeitos de registo de alojamento local.

O Município determinou, ainda, uma centena de execuções coercivas para reposição da legalidade urbanística.

4.722

consultas medicina no trabalho

+ de **2,3M**

utilizadores portal Porto.

13.587

ações de fiscalização espaço público

334

vistorias a edificações

para aferir condições de segurança e salubridade

Novo sistema de

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Receção Presidentes

França e Moçambique

Atribuição

Chaves da Cidade presidente Junta da Galiza

Prémio

**ILÍDIO PINHO
GENERAL
RAMALHO EANES**

Sistema de gestão

de filas de espera Gabinete do Município

5. RELATO ORÇAMENTAL

5.1. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelece que, cumulativamente:

1. o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas;
2. a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

A execução do orçamento do Município do Porto no ano 2025 cumpriu esta regra orçamental, apresentando um equilíbrio orçamental positivo de 98,8 milhões de euros, superior em 34,3 milhões de euros ao valor do ano anterior.

Quadro 6. Saldos orçamentais

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	2024 (€)	Δ 25-24
Receita corrente cobrada	383 983 737,48	326 583 278,95	17,6%
Despesa corrente paga	291 697 543,03	267 986 578,62	8,8%
SALDO CORRENTE	92 286 194,45	58 596 700,33	57,5%
Receita capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	30 435 586,93	11 034 532,34	175,8%
Despesa capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	85 873 307,18	93 929 194,02	-8,6%
SALDO DE CAPITAL	-55 437 720,25	-82 894 661,68	33,1%
Receita efetiva	432 496 215,35	347 261 577,45	24,5%
Despesa efetiva	377 570 850,21	361 915 772,64	4,3%
SALDO GLOBAL	54 925 365,14	-14 654 195,19	474,8%
Receita efetiva	432 496 215,35	347 261 577,45	24,5%
Despesa primária	377 296 535,41	361 442 716,93	4,4%
SALDO PRIMÁRIO	55 199 679,94	-14 181 139,48	489,2%
Receita total cobrada	432 496 215,35	347 261 577,45	24,5%
Despesa total paga	378 807 926,63	363 152 848,96	4,3%
Saldo da gerência anterior	44 433 014,06	60 324 285,57	-26,3%
SALDO ORÇAMENTAL	98 121 302,78	44 433 014,06	120,8%
Receita corrente bruta	392 852 242,67	334 861 731,40	17,3%
Despesa corrente	291 697 543,03	267 986 578,62	8,8%
Amortizações médias de empréstimos MLP	2 310 710,00	2 310 710,00	0,0%
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	98 843 989,64	64 564 442,78	53,1%

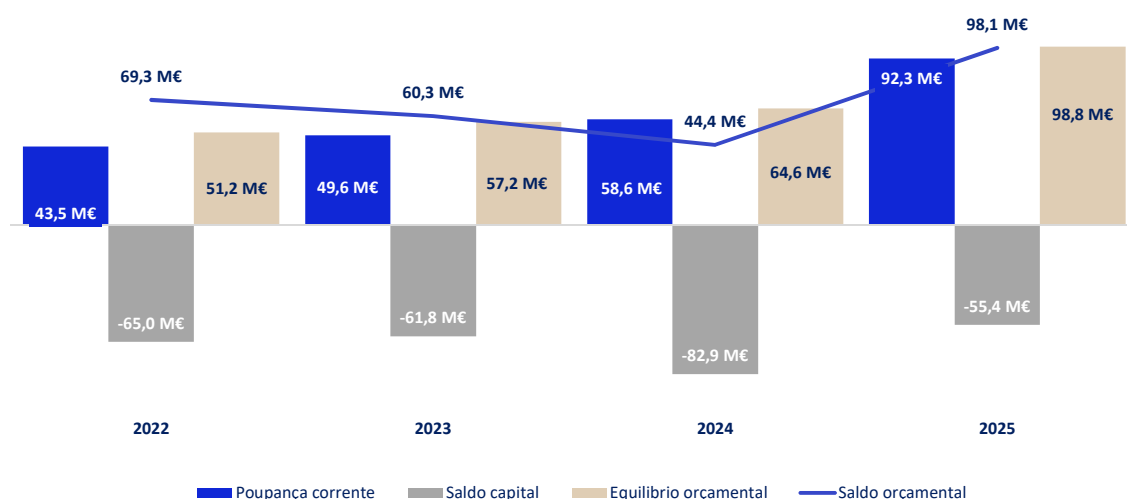
O bom desempenho financeiro é evidenciado pela poupança corrente cujo saldo atingiu 92,3 milhões de euros, valor significativamente superior aos 17,2 milhões de euros previstos no orçamento inicial. Esta poupança corrente permitiu assegurar o financiamento das despesas de capital com recurso a meios próprios, reduzindo a necessidade de financiamento bancário e reforçando a sustentabilidade financeira do investimento municipal.

O saldo de capital registou um aumento face a 2024 impulsionado pelo acréscimo das receitas de capital (+19,4 milhões de euros).

Tanto o saldo global como o saldo primário registaram uma melhoria significativa face ao ano anterior, revertendo a situação de saldos negativos e passando a registar saldos positivos. Esta evolução é justificada pelo aumento da receita efetiva ser superior em mais de 20 p.p. ao aumento da despesa.

O saldo orçamental atingiu 98,1 milhões de euros, superando em 53,7 milhões de euros o montante registado no período homólogo. A receita apresentou um crescimento muito expressivo, com uma variação superior em 85,2 milhões de euros face a 2024, enquanto a despesa registou um aumento mais moderado, situando-se em cerca de 15,7 milhões de euros.

Figura 17. Regras orçamentais de equilíbrio



5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

As alterações orçamentais de acordo com o definido na NCP 26, constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2025, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 33 milhões de euros.

Ao longo do ano foram aprovadas quatro alterações orçamentais modificativas, nomeadamente para integração do saldo de gerência transitado do ano anterior. Procedeu-se, ainda, à reprogramação de investimentos atendendo ao ritmo de execução verificado, tendo sido reduzidas determinadas dotações de despesa assim como a estimativa de receita referente aos passivos financeiros, em resultado da atualização das necessidades de financiamento do respetivo investimento.

5.2.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

A dotação final da receita teve, em termos globais, um aumento de 33 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

Quadro 7. Alteração e origem da variação da dotação

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL (€)	REFORÇO (€)	DEDUÇÃO (€)	ORÇAMENTO FINAL (€)
Receitas correntes	320 287 190,00	6 043 525,00	6 000 020,00	320 330 695,00
Impostos diretos	165 270 675,00	6 000 000,00	6 000 000,00	165 270 675,00
Taxas, multas e outras penalidades	57 565 870,00	0,00	0,00	57 565 870,00
Rendimentos de Propriedade	16 085 766,00	0,00	0,00	16 085 766,00
Transferências Correntes	68 546 345,00	43 525,00	20,00	68 589 850,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 593 157,00	0,00	0,00	12 593 157,00
Outras Receitas Correntes	225 377,00	0,00	0,00	225 377,00
Receitas de capital	23 212 780,00	3 022 320,00	3 022 320,00	23 212 780,00
Venda de Bens de Investimento	3 764 525,00	0,00	0,00	3 764 525,00
Transferências de Capital	19 448 235,00	3 022 320,00	3 022 320,00	19 448 235,00
Outras Receitas de Capital	20,00	0,00	0,00	20,00
Total das receitas s/ reposições	343 499 970,00	9 065 845,00	9 022 340,00	343 543 475,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00	0,00	10,00
Total das receitas efetivas	343 499 980,00	9 065 845,00	9 022 340,00	343 543 485,00
Ativos financeiros	20,00	0,00	0,00	20,00
Passivos Financeiros	106 500 000,00	0,00	11 483 700,00	95 016 300,00
Total das receitas não efetivas	106 500 020,00	0,00	11 483 700,00	95 016 320,00
Saldo da gerência anterior	0,00	44 433 014,06	0,00	44 433 014,06
TOTAL	450 000 000,00	53 498 859,06	20 506 040,00	482 992 819,06

Esta variação resultou da redução das dotações dos passivos financeiros, do aumento da dotações das transferências correntes e da incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior.

5.2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Quadro 8. Alterações ao orçamento segundo a natureza

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (€)	%	DOTAÇÃO FINAL (€)	%	Δ (€)	Δ (%)
Despesas correntes	303 061 142,00	67,3%	344 854 005,95	71,4%	41 792 863,95	13,8%
Despesas com pessoal	128 686 333,00	28,6%	123 508 627,00	25,6%	-5 177 706,00	-4,0%
Aquisição de bens e serviços	92 987 641,00	20,7%	122 478 167,23	25,4%	29 490 526,23	31,7%
Juros e outros encargos	3 014 168,00	0,7%	274 963,00	0,1%	-2 739 205,00	-90,9%
Transferências correntes	17 141 060,00	3,8%	22 031 963,71	4,6%	4 890 903,71	28,5%
Subsídios	57 601 218,00	12,8%	70 871 277,33	14,7%	13 270 059,33	23,0%
Outras despesas correntes	3 630 722,00	0,8%	5 689 007,68	1,2%	2 058 285,68	56,7%
Despesas de capital	133 120 453,00	29,6%	127 646 892,41	26,4%	-5 473 560,59	-4,1%
Aquisição de bens de capital	128 535 918,00	28,6%	121 661 493,71	25,2%	-6 874 424,29	-5,3%
Transferências de capital	4 279 934,00	1,0%	5 261 245,84	1,1%	981 311,84	22,9%
Outras despesas de capital	304 601,00	0,1%	724 152,86	0,1%	419 551,86	137,7%
Total das despesas efetivas	436 181 595,00	96,9%	472 500 898,36	97,8%	36 319 303,36	8,3%
Ativos financeiros	663 746,00	0,1%	663 746,00	0,1%	0,00	0,0%
Passivos financeiros	13 154 659,00	2,9%	9 828 174,70	2,0%	-3 326 484,30	-25,3%
Total das despesas não efetivas	13 818 405,00	3,1%	10 491 920,70	2,2%	-3 326 484,30	-24,1%
TOTAL	450 000 000,00	100,0%	482 992 819,06	100,0%	32 992 819,06	7,3%

Embora a elaboração do orçamento assente numa identificação rigorosa das despesas, durante a execução podem surgir situações em que as dotações previstas se revelem excessivas, insuficientes ou até inexistentes. Tal resulta, por um lado, do intervalo de tempo entre a preparação do orçamento e o início do ano económico a que se destina e, por outro, das circunstâncias e dinâmicas com impacto orçamental que vão emergindo ao longo do ano.

As alterações ao orçamento da despesa, não tendo modificado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes no orçamento final face ao inicial, em 4,1 p.p., verificando-se a redução do peso das despesas de capital em 3,2 p.p.

Nas despesas correntes, foram reforçados os agrupamentos relativos a aquisições de bens e serviços, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes, tendo-se reduzido os agrupamentos de despesas com pessoal e juros e outros encargos.

No âmbito da aquisição de bens e serviços, foram reforçadas as dotações relativas às rubricas de alimentação — refeições confeccionadas —, vestuário e artigos pessoais, outros bens, encargos com instalações, limpeza e higiene, comunicações, vigilância e segurança, outros trabalhos especializados e encargos associados à cobrança de receitas.

Os juros e outros encargos foram reduzidos considerando a descida da taxa Euribor associada ao contrato de empréstimo contratualizado com o BPI, e à não utilização dos empréstimos contratualizados de 50M€ e 56,5M€.

Nas transferências correntes os reforços ocorreram, sobretudo, para a comparticipação do Município do Porto no âmbito do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (INCENTIVA + TP), para ações de interesse cultural, de ação social, e para a comparticipação do Município em diversas instituições.

Nos subsídios, os reforços destinaram-se às transferências para a Ágora, EM, Águas e Energia do Porto, EM, para a STCP, E.I.M., S.A. no âmbito do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros e contrato programa do museu do carro elétrico, para a STCP Serviços, no âmbito do contrato — programa celebrado para assegurar as atividades desenvolvidas por essa entidade e para a LIPOR para a cobertura de prejuízos.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas, essencialmente, para pagamento do IVA ao Estado.

Nas despesas de capital, as aquisições de bens de capital registaram um decréscimo por força, nomeadamente, da reprogramação dos investimentos realizados pela GO Porto, EM e as transferências de capital foram reforçadas, essencialmente, para os Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrados com a Associação de Futebol do Porto e o Sporting Clube Vasco da Gama.

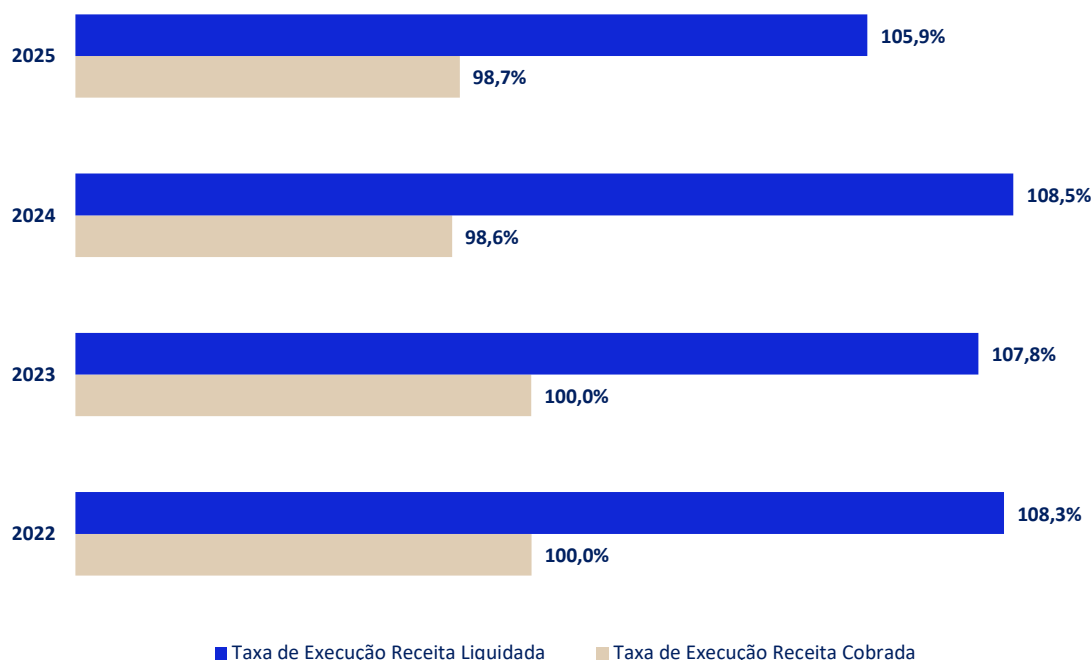
Nos passivos financeiros, no que respeita às amortizações previstas, por força da não utilização dos empréstimos de 50M€ e 56,5M€, as respetivas dotações foram reduzidas.

5.3. ANÁLISE DA RECEITA

5.3.1. EXECUÇÃO DA RECEITA GLOBAL

Nos últimos quatro anos, a análise da execução da receita liquidada evidencia taxas superiores a 100%, refletindo uma capacidade de cobrança acima do montante inicialmente previsto. Relativamente à receita cobrada, verificou-se uma taxa de execução de 100% nos anos de 2022 e 2023, enquanto em 2025 fixou-se em 98,7%, um valor ligeiramente superior ao registado no ano de 2024.

Figura 18. Taxa de execução da receita



Quadro 9. Receita por classificação económica

DESIGNAÇÃO	ORÇADA (€) 1	LIQUIDADAA** (€) 2	COBRADA (€) 3	DESVIO 4 = 3 - 1	TAXA DE EXECUÇÃO 5 = 3 / 1
Receitas correntes	320 330 695,00	414 367 823,80	383 983 737,48	63 653 042,48	119,9%
Impostos diretos	165 270 675,00	202 228 391,43	202 228 391,43	36 957 716,43	122,4%
Taxas, multas e outras penalidades	57 565 870,00	96 374 985,26	75 743 995,85	18 178 125,85	131,6%
Rendimentos de propriedade	16 085 766,00	20 752 470,15	18 515 245,67	2 429 479,67	115,1%
Transferências correntes	68 589 850,00	73 816 912,04	73 378 154,08	4 788 304,08	107,0%
Venda de bens e serviços correntes	12 593 157,00	18 991 270,76	12 624 149,09	30 992,09	100,2%
Outras receitas correntes	225 377,00	2 203 794,16	1 493 801,36	1 268 424,36	662,8%
Receitas de capital	23 212 780,00	33 428 428,88	30 435 586,93	7 222 806,93	131,1%
Venda de bens de investimento*	3 764 525,00	6 354 465,95	4 994 208,32	1 229 683,32	132,7%
Transferências de capital	19 448 235,00	27 073 962,93	25 441 378,61	5 993 143,61	130,8%
Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	-20,00	0,0%
Total das receitas s/ reposições	343 543 475,00	447 796 252,68	414 419 324,41	70 875 849,41	120,6%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10,00	19 263 379,21	18 076 890,94	18 076 880,94	180768909,4%
Total das receitas efetivas	343 543 485,00	467 059 631,89	432 496 215,35	88 952 730,35	125,9%
Ativos financeiros	20,00	0,00	0,00	-20,00	0,0%
Passivos financeiros	95 016 300,00	0,00	0,00	-95 016 300,00	0,0%
Total das receitas não efetivas	95 016 320,00	0,00	0,00	-95 016 320,00	0,0%
Saldo da gerência anterior	44 433 014,06	44 433 014,06	44 433 014,06	0,00	100,0%
TOTAL	482 992 819,06	511 492 645,95	476 929 229,41	-6 063 589,65	98,7%

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

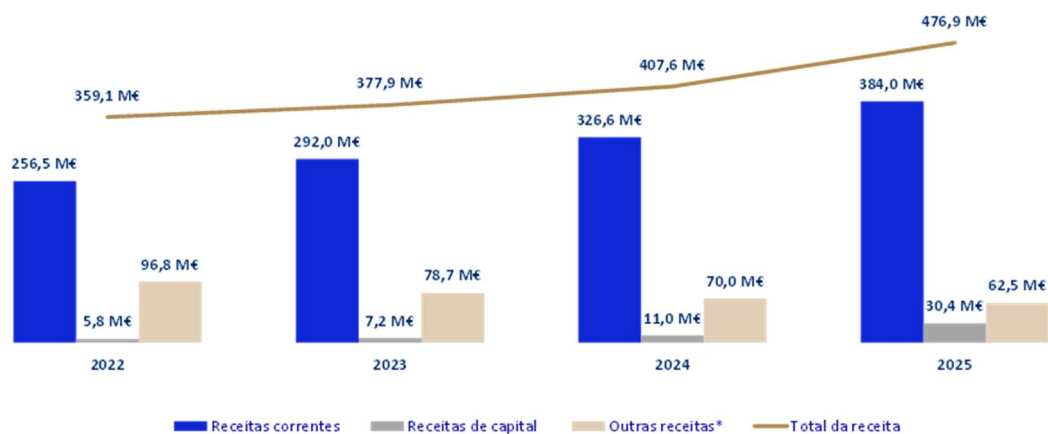
** Receita liquidada = (receita por cobrar período anterior + receita liquidada do ano - liquidações anuladas)

As receitas cobradas em 2025 registaram uma taxa de execução de 98,7% do orçamento global.

Relativamente ao orçamento final de 2025, o valor liquidado atingiu 105,9%, superando as previsões corrigidas em 28,5 milhões de euros. As receitas cobradas representaram 93,2% do total liquidado, evidenciando um nível de cobrança elevado.

O comportamento da receita cobrada nos últimos quatro anos revela uma evolução positiva, evidenciada no gráfico que se apresenta.

Figura 19. Evolução da receita cobrada



Em 2025, a receita cobrada aumentou 69,3 milhões de euros face ao ano de 2024. Este acréscimo resultou do desempenho favorável das receitas correntes, em particular da receita fiscal e das transferências correntes e das receitas de capital.

Quadro 10. Evolução da receita global cobrada

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	%	2024 (€)	%	Δ 25-24
Receitas correntes	383 983 737,48	80,5%	326 583 278,95	80,1%	17,6%
Impostos diretos	202 228 391,43	42,4%	175 409 544,06	43,0%	15,3%
Taxas, multas e outras penalidades	75 743 995,85	15,9%	57 337 853,07	14,1%	32,1%
Rendimentos de propriedade	18 515 245,67	3,9%	17 322 120,10	4,2%	6,9%
Transferências correntes	73 378 154,08	15,4%	62 296 721,29	15,3%	17,8%
Venda de bens e serviços correntes	12 624 149,09	2,6%	11 873 192,16	2,9%	6,3%
Outras receitas correntes	1 493 801,36	0,3%	2 343 848,27	0,6%	-36,3%
Receitas de capital	30 435 586,93	6,4%	11 034 532,34	2,7%	175,8%
Venda de bens de investimento	4 994 208,32	1,0%	2 433 058,65	0,6%	105,3%
Transferências de capital	25 441 378,61	5,3%	8 601 473,69	2,1%	195,8%
Outras receitas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Total das receitas s/ reposições	414 419 324,41	86,9%	337 617 811,29	82,8%	22,7%
Reposições não abatidas nos pagamentos	18 076 890,94	3,8%	9 643 766,16	2,4%	87,4%
Total das receitas efetivas	432 496 215,35	90,7%	347 261 577,45	85,2%	24,5%
Ativos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Total das receitas não efetivas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Saldo da gerência anterior incorporado	44 433 014,06	9,3%	60 324 285,57	14,8%	-26,3%
TOTAL	476 929 229,41	100,0%	407 585 863,02	100,0%	17,0%

A receita total cobrada atingiu 476,9 milhões de euros, registando um aumento de 17% face ao período homólogo. As receitas correntes aumentaram 57,4 milhões de euros e as receitas de capital registaram um acréscimo de 19,4 milhões de euros, face ao ano de 2024, refletindo uma evolução globalmente positiva das principais rubricas de receita.

5.3.2. RECEITA EFETIVA

5.3.2.1. RECEITA CORRENTE

5.3.2.1.1. RECEITA FISCAL

As receitas fiscais, que integram os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades, mantiveram-se como as receitas municipais próprias com maior expressão, representando 58,3% da receita total e 72,4% da receita corrente no final de 2025. Estas receitas registaram um crescimento expressivo face ao período homólogo, com um acréscimo de 45,2 milhões de euros, correspondente a 19,4%, reforçando a sua relevância no desempenho financeiro do município.

Quadro 11. Evolução da estrutura da receita fiscal

DESIGNAÇÃO	2025		2024	Δ 25-24
	ORÇADA (€)	COBRADA (€)	COBRADA (€)	
Imp.mun.sobre imóveis (IMI)	43 284 980,00	47 605 139,04	44 052 881,34	8,1%
Imposto único de circulação (IUC)	7 488 064,00	7 612 415,40	7 527 584,97	1,1%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)	83 588 075,00	116 898 210,20	92 181 149,34	26,8%
IMT	77 588 075,00	111 478 448,78	92 181 149,34	20,9%
IMT- Jovem	6 000 000,00	5 419 761,42	0,00	0,0%
Derrama	30 909 546,00	30 112 626,79	31 647 928,41	-4,9%
Impostos diretos diversos	10,00	0,00	0,00	
Impostos diretos	165 270 675,00	202 228 391,43	175 409 544,06	15,3%
Loteamentos e obras	15 372 698,00	27 400 778,18	22 052 189,25	24,3%
Ocupação da via pública	3 715 115,00	4 838 939,12	4 474 848,09	8,1%
Taxa Turística	28 086 048,00	30 035 289,12	19 947 080,91	50,6%
Publicidade	338 906,00	334 784,30	311 052,84	7,6%
Outras	4 411 825,00	5 039 359,41	4 987 498,21	1,0%
Multas e outras penalidades	5 641 278,00	8 094 845,72	5 565 183,77	45,5%
Taxas, multas e outras penalidades	57 565 870,00	75 743 995,85	57 337 853,07	32,1%
TOTAL	222 836 545,00	277 972 387,28	232 747 397,13	19,4%

Entre as receitas fiscais, que totalizaram 278 milhões de euros em 2025, destacaram-se os impostos diretos, que se mantiveram como a principal fonte de receita do Município. Estes atingiram um valor arrecadado de 202,2 milhões de euros, enquanto as taxas, multas e outras penalidades representaram 75,7 milhões de euros.

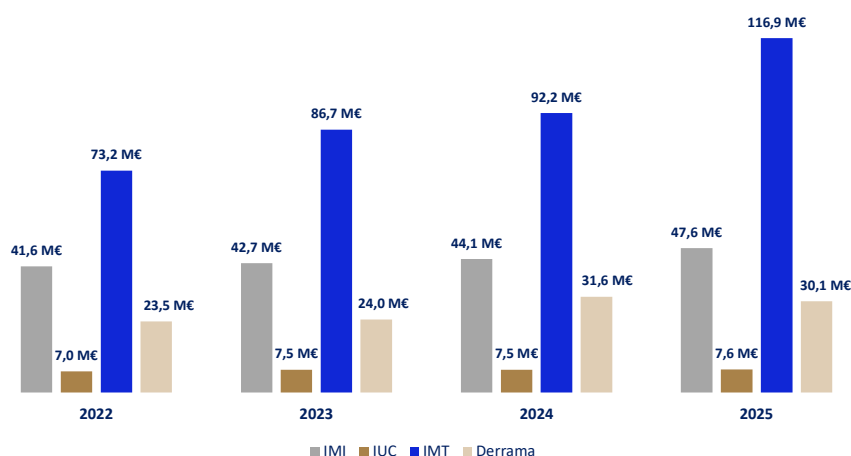
O crescimento dos impostos diretos, no montante de 26,8 milhões de euros (+15,3%) foi impulsionado pelo aumento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT). Também contribuíram para este acréscimo o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o Imposto único de circulação (IUC). No que respeita à derrama, registou-se em 2025 um decréscimo face a 2024.

A receita proveniente do IMT cresceu 26,8%, correspondente a mais 24,7 milhões de euros, atingindo 116,9 milhões de euros, evolução associada à dinâmica do mercado imobiliário. Neste montante, inclui-se o valor de 5,4 milhões de euros (IMT Jovem) referentes à compensação atribuída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, cujo artigo 4.º prevê transferências mensais para ressarcir os municípios das receitas cessantes.

O IMI apresentou igualmente um desempenho positivo, com um acréscimo de 3,6 milhões de euros, enquanto o IUC aumentou cerca de 84,8 mil euros. A derrama, por sua vez, registou uma redução de 1,5 milhões de euros face ao período homólogo.

As taxas, multas e outras penalidades registaram um crescimento de 18,4 milhões de euros (+32,1%), influenciado sobretudo pelo comportamento da receita associada aos loteamentos e obras e taxa turística, que aumentaram 5,3 milhões de euros e 10,1 milhões de euros, respetivamente, face ao período homólogo. Em conjunto estas duas rubricas explicam mais de 83,9% do acréscimo global observado neste capítulo.

Figura 20. Evolução dos impostos diretos

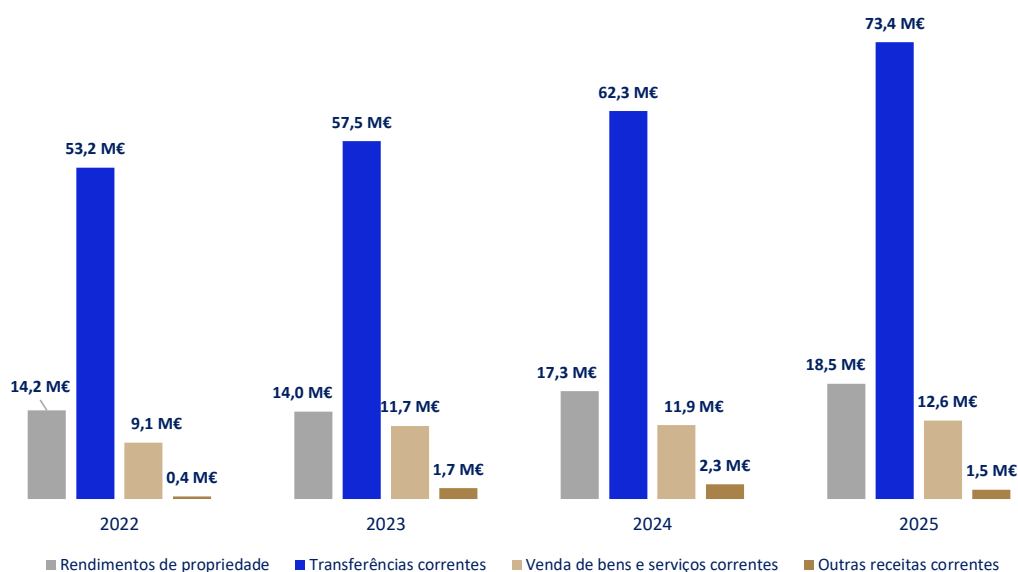


O IMT e o IMI foram os impostos com maior peso nos impostos diretos, seguindo-se a derrama.

5.3.2.1.2. RECEITA NÃO FISCAL

Nos últimos 4 anos, a receita corrente não fiscal manteve a trajetória de crescimento, verificando-se em 2025 o aumento em todas as rubricas, com exceção das outras receitas correntes.

Figura 21. Evolução das receitas correntes não fiscais



Os rendimentos de propriedade registaram um acréscimo de 1,2 milhões de euros relativamente ao ano de 2024, resultante, nomeadamente, da manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano (+813,4 mil euros), das zonas de estacionamento de duração limitada (+808,9 mil euros) e da receita proveniente da renda do contrato com a E-Redes (+167,6 mil euros), conjugado com a redução dos juros provenientes dos depósitos bancários (-641,9 mil euros).

As transferências correntes evidenciaram um aumento de 11,1 milhões de euros, face ao ano anterior, as quais incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as comparticipações comunitárias relativas a projetos cofinanciados.

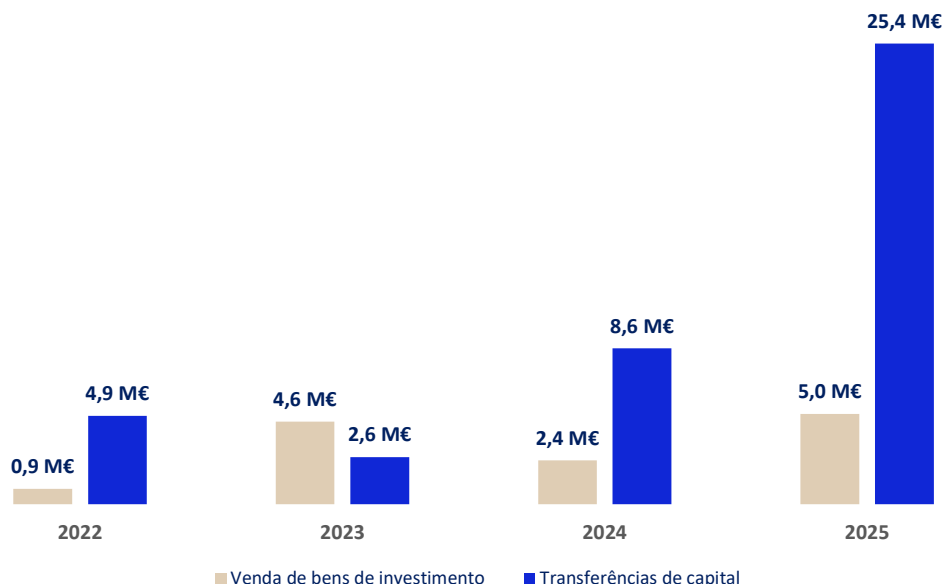
Para a venda de bens e serviços correntes concorreram, entre outras, as receitas provenientes do fornecimento de alimentação às escolas, os serviços prestados pela Autarquia,

nomeadamente no âmbito dos parques de estacionamento, e as rendas de edifícios. Registaram um aumento de 6,3%, correspondente a cerca de 751 mil euros.

5.3.2.2. RECEITA DE CAPITAL

A evolução da receita de capital, nos últimos 4 anos evidencia um aumento expressivo em 2025 face ao ano de 2024, explicado pela contribuição da rubrica de transferências de capital.

Figura 22. Evolução das receitas de capital



As receitas de capital registaram um crescimento de 175,8% relativamente a 2024, o que corresponde a um aumento de 19,4 milhões de euros. Este acréscimo resulta do aumento das transferências de capital em 16,8 milhões de euros, nomeadamente, das transferências provenientes dos fundos comunitários do Portugal 2020, com mais 11,2 milhões de euros, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 2,9 milhões de euros e do Programa 1.º Direito, com 2,8 milhões de euros.

Nas transferências de capital para além das receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários, e outras transferências, foram contabilizadas as transferências do Estado.

A receita proveniente da venda de bens de investimento regista um acréscimo de cerca de 2,6 milhões de euros, justificado pela venda e permuta de terrenos, nomeadamente, a venda do terreno sito à 1ª. Rua Particular do Castelo do Queijo e a permuta de parcelas de terreno realizada com a Civilria Imobiliária SIC (Capital Fechado), S.A.

5.3.2.3. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS

As reposições não abatidas aos pagamentos registaram um aumento face ao ano de 2024. Estas reposições englobam, essencialmente, a devolução do subsídio à exploração efetuada pelas empresas participadas, sendo de 8,1 milhões de euros da STCP, E.I.M., S.A.; 2,5 milhões de euros da STCP Serviços; 1,8 milhões de euros da Ágora, EM; 967 mil euros da PortoAmbiente; 658,5 mil euros das Águas e Energia do Porto, EM; 233,1 mil euros da Go Porto, EM; 137,7 mil euros da Porto Vivo, SRU e de 10 mil euros da Domus Social, EM.

Ocorreu ainda a devolução de 2,5 milhões de euros, correspondente ao depósito efetuado em 2018 no âmbito da ação judicial relativa ao exercício do direito de preferência sobre os prédios da Rua Nova da Alfândega.

5.3.3. RECEITA NÃO EFETIVA

Nos últimos 4 anos, o Município do Porto não arrecadou receita no âmbito dos ativos financeiros, tendo-se registado uma tendência decrescente nos passivos financeiros, sem qualquer valor cobrado nos últimos 3 anos.

Após a amortização integral da dívida bancária em 2019, a evolução dos passivos financeiros traduziu-se numa utilização moderada do financiamento bancário no ano de 2022 (no montante de 3,8 milhões de euros), não tendo sido efetuada qualquer utilização nos três exercícios subsequentes.

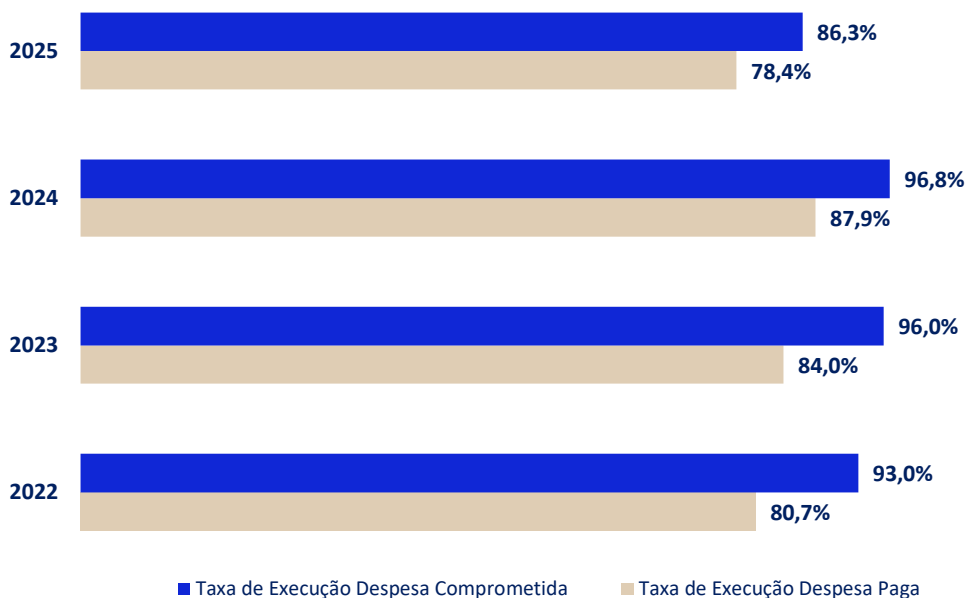
O comportamento favorável das receitas próprias permitiu ao Município do Porto manter uma posição de autonomia face ao endividamento, pelo que, em 2025, não se procedeu à utilização dos dois empréstimos contratualizados nos montantes de 50 e 56,5 milhões de euros, preservando desta forma, a sua margem de endividamento e reforçando uma gestão prudente da dívida.

5.4. ANÁLISE DA DESPESA

5.4.1. EXECUÇÃO DA DESPESA GLOBAL

De 2022 a 2024 verificou-se uma evolução crescente da taxa de execução da despesa paga, mais evidente em 2024 ao atingir 87,9%, mais 3,9 p.p. relativamente a 2023, decrescendo para 78,4% em 2025.

Figura 23. Taxa de execução da despesa



No que respeita à despesa comprometida, a taxa de execução em 2025 fixou-se em 86,3%, o que representa uma diminuição de 10,5 p.p. face ao valor registado em 2024.

Quadro 12. Despesa por classificação económica

DESIGNAÇÃO	DESPEZA ORÇADA (€) 1	DESPEZA COMPROMETIDA (€) 2	DESPEZA FATURADA (€) 3	DESPEZA PAGA (€) 4	DESVIO (€) 5=4-1	TAXA DE EXECUÇÃO 6=4/1 7=2/1		DÍVIDA (€) 8=3-4
Despesas correntes	344 854 005,95	321 926 702,52	293 224 686,16	291 697 543,03	-53 156 462,92	84,6%	93,4%	1 527 143,13
Despesas com pessoal	123 508 627,00	120 832 781,76	120 288 784,97	118 844 024,18	-4 664 602,82	96,2%	97,8%	1 444 760,79
Aquisição de bens e serviços	122 478 167,23	106 868 182,38	79 714 097,54	79 632 062,66	-42 846 104,57	65,0%	87,3%	82 034,88
Juros e outros encargos	274 963,00	274 314,80	274 314,80	274 314,80	-648,20	99,8%	99,8%	0,00
Transferências correntes	22 031 963,71	20 122 722,26	19 161 680,27	19 161 332,81	-2 870 630,90	87,0%	91,3%	347,46
Subsídios	70 871 277,33	68 272 824,06	68 272 823,05	68 272 823,05	-2 598 454,28	96,3%	96,3%	0,00
Outras despesas correntes	5 689 007,68	5 555 877,26	5 512 985,53	5 512 985,53	-176 022,15	96,9%	97,7%	0,00
Despesas de capital	127 646 892,41	93 760 447,95	85 887 455,37	85 873 307,18	-41 773 585,23	67,3%	73,5%	14 148,19
Aquisição de bens de capital	121 661 493,71	89 236 788,42	82 078 904,97	82 064 756,78	-39 596 736,93	67,5%	73,3%	14 148,19
Transferências de capital	5 261 245,84	4 193 521,14	3 478 412,01	3 478 412,01	-1 782 833,83	66,1%	79,7%	0,00
Outras despesas de capital	724 152,86	330 138,39	330 138,39	330 138,39	-394 014,47	45,6%	45,6%	0,00
Total das Despesas Efetivas	472 500 898,36	415 687 150,47	379 112 141,53	377 570 850,21	-94 930 048,15	79,9%	88,0%	1 541 291,32
Ativos financeiros	663 746,00	101,00	0,00	0,00	-663 746,00	0,0%	0,0%	0,00
Passivos financeiros	9 828 174,70	1 237 076,42	1 237 076,42	1 237 076,42	-8 591 098,28	12,6%	12,6%	0,00
Total das Despesas não Efetivas	10 491 920,70	1 237 177,42	1 237 076,42	1 237 076,42	-9 254 844,28	11,8%	11,8%	0,00
TOTAL	482 992 819,06	416 924 327,89	380 349 217,95	378 807 926,63	-104 184 892,43	78,4%	86,3%	1 541 291,32

Face ao orçado de 2025, os compromissos assumidos representaram 86,3% do total previsto, enquanto a despesa faturada atingiu 78,7%.

As despesas correntes comprometidas ascenderam a 93,4% do respetivo orçamento e a despesa corrente faturada situou-se em 85%. Em termos absolutos, e no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto, o desvio total nas despesas correntes (-22,9 milhões de euros), foi influenciado sobretudo pelas aquisições de bens e serviços (-15,6 milhões de euros), refletindo o esforço de contenção das despesas ao longo do ano.

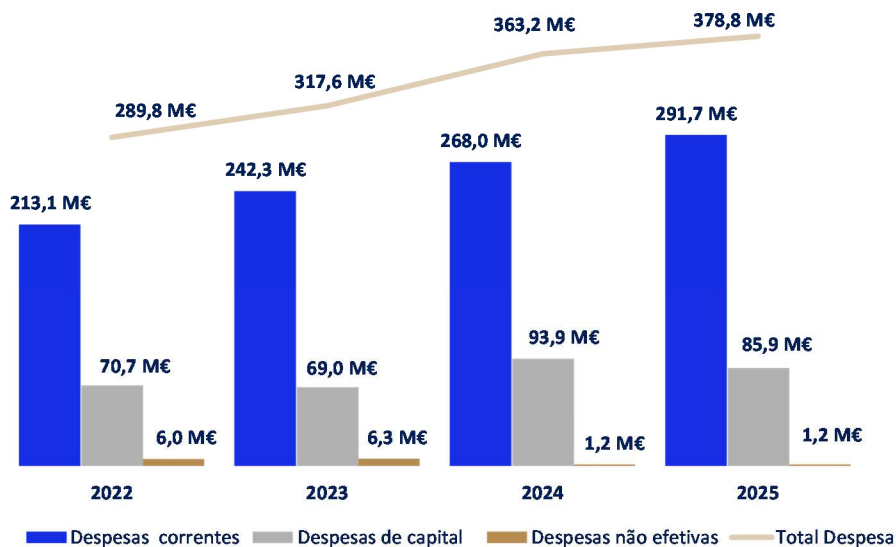
As despesas de capital comprometidas corresponderam a 73,5% do respetivo orçamento enquanto a despesa de capital faturada se fixou em 67,3%.

No que respeita à execução, os desvios mais significativos ocorreram nos agrupamentos aquisição de bens e serviços (-42,8 milhões de euros) e aquisição de bens de capital (-39,6 milhões de euros).

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2025 resultou uma dívida total a transitar para o ano de 2026 no montante de 1,5 milhões de euros, valor semelhante ao registado em 2024.

A dívida a fornecedores manteve-se em níveis reduzidos, permitindo que o prazo médio de pagamento a fornecedores, calculado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, adaptado através do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, se fixasse em 6 dias no final de 2025, , alinhado com o verificado no fim do ano de 2024.

Figura 24. Evolução da despesa paga



Nos últimos quatro anos observa-se uma tendência crescente da despesa paga, registando-se em 2025 um acréscimo de 15,7 milhões de euros face a 2024, o que corresponde a um aumento de 4,3%.

Quadro 13. Despesa paga

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	%	2024 (€)	%	Δ 25-24
Despesas correntes	291 697 543,03	77,0%	267 986 578,62	73,8%	8,8%
Despesas com pessoal	118 844 024,18	31,4%	111 361 879,39	30,7%	6,7%
Aquisição de bens e serviços	79 632 062,66	21,0%	73 265 871,02	20,2%	8,7%
Juros e outros encargos	274 314,80	0,1%	473 055,71	0,1%	-42,0%
Transferências correntes	19 161 332,81	5,1%	22 074 003,71	6,1%	-13,2%
Subsídios	68 272 823,05	18,0%	55 752 132,60	15,4%	22,5%
Outras despesas correntes	5 512 985,53	1,5%	5 059 636,19	1,4%	9,0%
Despesas de capital	85 873 307,18	22,7%	93 929 194,02	25,9%	-8,6%
Aquisição de bens de capital	82 064 756,78	21,7%	83 625 360,50	23,0%	-1,9%
Transferências de capital	3 478 412,01	0,9%	2 891 706,75	0,8%	20,3%
Outras despesas de capital	330 138,39	0,1%	7 412 126,77	2,0%	-95,5%
Total das Despesas Efetivas	377 570 850,21	99,7%	361 915 772,64	99,7%	4,3%
Ativos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	1 237 076,42	0,3%	1 237 076,32	0,3%	0,0%
Total das Despesas não Efetivas	1 237 076,42	0,3%	1 237 076,32	0,3%	0,0%
TOTAL	378 807 926,63	100,0%	363 152 848,96	100,0%	4,3%

As despesas correntes pagas representaram 77% do total executado, enquanto as despesas de capital corresponderam a 22,7%.

Em 2025, as despesas correntes executadas atingiram 291,7 milhões de euros, mais 23,7 milhões de euros do que em 2024, o que traduz um acréscimo de 8,8%.

No conjunto das despesas correntes, 40,7% foram destinadas a despesas com pessoal, 27,3% às aquisições de bens e serviços e 23,4% aos subsídios.

A análise das despesas correntes evidencia a relevância das despesas com pessoal, com um crescimento de 6,7% comparativamente a 2024 e as aquisições de bens e serviços, com um crescimento de 8,7%. Em conjunto, estes dois agrupamentos representaram 68% da despesa corrente paga.

As despesas de capital executadas em 2025 totalizaram 85,9 milhões de euros, menos 8,1 milhões de euros do que em 2024, o que corresponde a um decréscimo de 8,6%.

Do total das despesas de capital, 95,6% foram destinadas à aquisição de bens de capital cuja informação detalhada consta no Quadro 21, 4,1% às transferências de capital e 0,4% a outras despesas de capital.

A análise da estrutura das despesas de capital evidencia a predominância das aquisições de bens de capital, que representaram 21,7% do total da despesa paga. Este agrupamento registou uma redução de 1,9% face a 2024 e uma diminuição do seu peso, face à despesa total, em 1,3 p.p. Em conjunto com as transferências de capital, estes dois agrupamentos representaram 99,6% da despesa de capital paga.

5.4.2. DESPESA EFETIVA

5.4.2.1. DESPESA CORRENTE

As **despesas com pessoal** registaram, em 2025, um aumento de 7,5 milhões de euros face ao ano anterior.

Quadro 14. Evolução das despesas com pessoal

DESPESAS COM PESSOAL	2025 (€)	%	2024 (€)	%	Δ 25-24 (€)	%
Remunerações certas e permanentes	89 211 271,74	75,1%	82 897 274,91	74,4%	6 313 996,83	7,6%
Abonos variáveis ou eventuais	6 323 767,30	5,3%	5 705 870,60	5,1%	617 896,70	10,8%
Segurança social	23 308 985,14	19,6%	22 758 733,88	20,4%	550 251,26	2,4%
TOTAL	118 844 024,18	100,0%	111 361 879,39	100,0%	7 482 144,79	6,7%

O número de postos de trabalho ocupados, de acordo com os dados do balanço social, diminuiu de 4.457 no final de 2024 para 4.441 em 31 de dezembro de 2025.

Verificou-se, no mesmo período, um aumento da despesa no agrupamento “Remunerações certas e permanentes”, sobretudo nas despesas com pessoal. Este acréscimo resulta da aplicação das medidas de valorização remuneratória dos trabalhadores em funções públicas, designadamente das atualizações salariais anuais, da revisão das tabelas remuneratórias e da progressão obrigatória decorrente de avaliações de desempenho, designadamente as aplicadas pelo Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, do qual resultou a atualização da remuneração base para todos os trabalhadores em 56,58 euros e de 2,15% para os que auferiam uma remuneração igual ou superior a 2 631,63 euros, e a atualização do valor da base remuneratória da administração pública, passando de 821,83 euros para 878,41 euros em 2025.

Destaca-se, ainda, a aplicação do Decreto Lei n.º 51/2025, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local que estabelece uma nova tabela remuneratória para os bombeiros sapadores. Foi ainda aplicado o regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, em que foram abrangidos 461 trabalhadores, a aplicação do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, abrangendo 327 trabalhadores, cujo ajustamento remuneratório reflete-se em função de antiguidade na categoria de Assistente Operacional, entre 23 e 31 anos, e por fim, a aplicação do Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, permitindo a valorização remuneratória, através do sistema de avaliação de desempenho, de 370 trabalhadores.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorreu, da atualização em 2,15% dos suplementos remuneratórios indexados às valorizações remuneratórias ocorridas em 2025, da atualização em 5% do valor das ajudas de custo, em resultado do disposto no Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, e a atualização do valor da

gratificação aos Agentes da Polícia Municipal que varia conforme o Indexante de Apoios Sociais (IAS). Neste agrupamento, importa destacar a aplicação do novo suplemento de condição de Bombeiro Sapador, nos termos do Decreto-Lei n.º 51/2025, de 27 de março, bem como a atualização do suplemento por serviço e risco nas Forças de Segurança, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 50-A/2024, de 23 de agosto, tendo sido alvo de nova atualização pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro.

Na Segurança Social, a variação ocorrida é justificada pelo aumento do encargo com remunerações em face das valorizações remuneratórias aplicadas aos trabalhadores do Município do Porto.

As **aquisições de bens e serviços** registam um acréscimo global de 6,4 milhões de euros face a 2024, mantendo a sua relevância no conjunto das despesas correntes, onde representam 27,3%. A evolução evidencia comportamentos distintos entre subagrupamentos: as aquisições de bens apresentam uma redução de 47 mil euros, enquanto as aquisições de serviços registam um aumento de 6,4 milhões de euros.

No domínio das aquisições de bens, destaca-se o aumento na despesa com alimentação – refeições confeccionadas (+688,3 mil euros). Em sentido contrário, verificam-se reduções em vestuário e artigos pessoais (–306,5 mil euros), outros bens (–195,4 mil euros), combustíveis e lubrificantes (–84,2 mil euros), prémios, condecorações e ofertas (–78,3 mil euros) e material de escritório (–56,2 mil euros).

No que respeita às aquisições de serviços, os aumentos mais significativos ocorreram nas rubricas de vigilância e segurança (+ 2,4 milhões de euros), limpeza e higiene (+2,3 milhões de euros), comunicações (1,1 milhões de euros), encargos de cobrança de receitas (+1,5 milhões de euros), e outros trabalhos especializados (+1,3 milhões de euros). Em contrapartida, registam-se reduções relevantes em outros serviços (–1,9 milhões de euros) e em estudos, pareceres, projetos e consultadoria (–770,6 mil euros).

No conjunto, a variação das despesas evidencia um reforço das necessidades operacionais e de serviços essenciais, acompanhado por uma racionalização de consumos e de serviços de carácter mais técnico ou consultivo.

Relativamente aos **juros e outros encargos**, verificou-se, em 2025 um decréscimo de 198,7 mil euros, decorrente essencialmente da diminuição da taxa Euribor a 6 meses, índice de referência aplicado ao cálculo dos juros associados ao empréstimo atualmente em vigor.

As **transferências correntes**, excluindo as efetuadas às Juntas de Freguesia, totalizaram 12 milhões de euros em 2025, o que representa uma redução de 13% face ao ano de 2024.

Quadro 15. Evolução das transferências correntes

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	%	2024 (€)	Δ 25-24 (€)	%
Agrupamento escolar	1 717 561,97	14,3%	2 676 120,82	-958 558,85	-35,8%
Ações de interesse cultural	744 305,23	6,2%	870 589,67	-126 284,44	-14,5%
Ações de interesse turístico	186 216,68	1,5%	206 783,33	-20 566,65	-9,9%
Ação social	3 377 437,27	28,1%	3 084 768,55	292 668,72	9,5%
Proteção civil e luta contra incêndios	120 851,00	1,0%	106 093,00	14 758,00	13,9%
Apoio na área ambiental	4 715,00	0,0%	67 215,00	-62 500,00	-93,0%
Outros	5 885 295,62	48,9%	6 817 484,15	-932 188,53	-13,7%
TOTAL	12 036 382,77	100,0%	13 829 054,52	-1 792 671,75	-13,0%

Não inclui as transferências para as Juntas de Freguesia

Verificou-se uma redução para os agrupamentos escolares no âmbito da descentralização de competências na área da educação, em cerca de 958,6 mil euros, justificado pela redução do número do valor imputado aos transportes escolares no âmbito da educação inclusiva, bem como à exclusão dos custos com eletricidade e gás natural dos contratos interadministrativos, a partir do final do ano civil de 2024.

Nos apoios a ações de interesse cultural verificou-se uma diminuição em cerca de 126,3 mil euros. No que respeita aos apoios no âmbito social registou-se um aumento em 292,7 mil euros. Em outras transferências, observou-se uma redução face a 2024, em cerca de 932,2 mil euros.

No domínio das ações de interesse cultural manteve-se o apoio a diversas entidades, nomeadamente à Esad Idea – Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte e ao Teatro do Bolhão – Centro de Formação e Produção CRL. Destacam-se ainda os apoios concedidos à Associação Cultural Ephemera, à Associação Ideias Obscuras – Assédio, ao FITEI - Festival Internacional de Teatro de expressão Ibérica CRL e ao Teatro da Palmilha Dentada. Estes apoios visam reforçar a dinamização cultural e a consolidação de projetos com impacto comprovado na qualificação da oferta cultural e criativa da cidade.

As transferências no âmbito das ações de interesse turístico contemplaram, essencialmente, o pagamento da quota anual à Associação de Turismo do Porto, assim como apoios à Associação Fórum Turismo 21, e no âmbito do Concurso “A banca vizinha não é melhor do que a minha”.

Na área social, para além do apoio concedido ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), destacaram-se as transferências destinadas a entidades com intervenção estruturante no domínio da ação social. Entre estas, incluem-se a Santa Casa da Misericórdia do Porto, A Benéfica e Previdente – Associação Mutualista, a Qualificar Para Incluir – Associação de Solidariedade Social, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, a Obra Diocesana de Promoção Social e a Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família, entre outras. Estes apoios visam reforçar a capacidade de resposta social do território, promover a inclusão e assegurar a continuidade de projetos orientados para o bem-estar, a proteção social e o desenvolvimento comunitário.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios, mantiveram-se as transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses e a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto. Estes apoios visam assegurar a capacidade de intervenção, reforçar os meios disponíveis e garantir a continuidade das funções de socorro, prevenção e resposta a emergências no território.

Na área do ambiente registou-se a transferência para a Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto no âmbito do Acordo de Parceria do Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto.

Em outras transferências incluíram-se apoios destinados, entre outros, à Associação 101010 Portugal, à Cruz Vermelha Portuguesa, à ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, bem como o pagamento de quotas a diversas instituições da União Europeia e a outras organizações internacionais. Foram ainda efetuadas transferências para a Área Metropolitana do Porto, nomeadamente, no âmbito do programa Incentiva+TP (2,1 milhões de euros).

O decréscimo registado face a 2024 explica-se, essencialmente, pela redução da transferência efetuada para a Associação de Comerciantes do Porto, que em 2025 ascendeu a 700 mil euros, enquanto no ano anterior foi de 1,3 milhões de euros, devido ao pagamento das “Iluminações de Natal de 2023” realizado apenas em 2024. Verifica-se ainda uma diminuição no montante destinado ao pagamento de indemnizações, contribuindo igualmente para a redução global da despesa nesta rubrica.

Quadro 16. Juntas de Freguesia

FREGUESIAS	2025 (€)	2024 (€)	Δ 25-24 (€)
Contratos interadministrativos de delegação de competências / Acordo de execução			
Aditamentos aos contratos interadministrativos celebrados em 2015	4 597 959,00	4 464 038,02	133 920,98
Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	829 677,50	1 148 629,50	-318 952,00
Gestão de Equipamentos Polidesportivos de Exterior		934 193,53	-934 193,53
Espaços do Cidadão e Mercados do Levante	12 457,29	36 208,92	-23 751,63
Orçamento colaborativo	1 085 000,00	1 085 000,00	0,00
Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense	1 000 000,00	870 000,00	130 000,00
Outros	79 300,00	97 090,00	-17 790,00
TOTAL	7 604 393,79	8 635 159,97	-1 030 766,18

As transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia no montante de 7,6 milhões de euros, decorreram dos contratos interadministrativos de delegação de competências, no âmbito do orçamento colaborativo e para o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense (FAAP).

Para o ano de 2025, e na medida em que o exercício das competências delegadas pressupõe um conjunto de encargos para as Juntas Freguesias e de modo a acompanhar a subida da taxa de inflação, o Município acordou com as Freguesias e Uniões de Freguesia da cidade, um reforço da verba a transferir em 3% para esse ano.

Não se verificou qualquer transferência, em 2025, relativa aos contratos interadministrativos celebrados para a gestão de equipamentos polidesportivos de exterior, no que respeita à manutenção dos equipamentos e às reparações que se afigurassem necessárias, uma vez que, nesse ano, não foram apresentados os respectivos comprovativos de despesa.

No âmbito do orçamento colaborativo foram alocados 1,1 milhões de euros e, para o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, 1 milhão de euros, decorrentes da delegação nas Juntas de Freguesia da gestão da concessão dos apoios aos projetos por elas selecionadas.

Os Outros estão relacionados com contratos pontuais, nomeadamente de arrendamento.

Quadro 17. Subsídios

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	2024 (€)	Δ 25-24 (€)	%
Empresas Municipais:	47 227 391,54	41 570 691,85	5 656 699,69	13,6%
Gestão e Obras do Porto, E.M.	4 340 000,00	3 965 243,00	374 757,00	9,5%
CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manut. do Município do Porto, E.M.	3 068 812,80	2 703 728,67	365 084,13	13,5%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.	12 153 466,15	11 070 745,50	1 082 720,65	9,8%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana do Porto, E.M., S.A.	2 488 976,49	2 715 247,00	-226 270,51	-8,3%
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.	19 323 137,60	18 577 152,00	745 985,60	4,0%
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	5 852 998,50	2 538 575,68	3 314 422,82	130,6%
Outras entidades:	21 045 431,51	14 181 440,75	6 863 990,76	48,4%
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A	17 394 124,40	11 460 274,22	5 933 850,18	51,8%
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	1 957 527,78	1 541 467,86	416 059,92	27,0%
LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto	1 343 779,33	829 698,67	514 080,66	62,0%
Fundação Casa da Música	350 000,00	350 000,00	0,00	0,0%
TOTAL	68 272 823,05	55 752 132,60	12 520 690,45	22,5%

Em 2025, registou-se um aumento de 12,5 milhões de euros nos **subsídios** face ao ano de 2024.

O Município transferiu para as empresas municipais fluxos financeiros não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, registando-se um aumento de 5,7 milhões de euros relativamente ao ano de 2024.

Observaram-se aumentos nos montantes transferidos para as seguintes empresas municipais: Águas e Energia do Porto, EM, com um acréscimo de 3,3 milhões de euros; Porto Ambiente, EM, com mais 1,1 milhões de euros; Ágora, EM, com um aumento de 746 mil euros; GO Porto, EM, com mais 374,8 mil euros e Domus Social, EM, que registou um reforço de 365,1 mil euros. Em sentido contrário, verificou-se uma redução das transferências para a Porto Vivo, SRU, no montante de 226,3 mil euros.

Para além das Empresas Municipais, foram concedidos subsídios a outras entidades, nomeadamente para a STCP, E.I.M., S.A., no montante de 17,4 milhões de euros, para cumprimento das obrigações de serviço público no âmbito do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros e contrato programa do museu do carro elétrico, correspondendo a um acréscimo de 5,9 milhões de euros face a 2024 e para a STCP Serviços, no montante de 2 milhões de euros, no âmbito do contrato – programa celebrado para assegurar as atividades desenvolvidas por essa entidade, registando um aumento de 416,1 mil euros.

Em 2025 verificou-se, também, a transferência de 1,3 milhões de euros para a LIPOR, destinada à cobertura de prejuízos relativos ao ano económico de 2024. Esta transferência decorre do n.º 3 do art.º 28º dos Estatutos da LIPOR, cumprindo a obrigação estatutária a que o Município do Porto se encontra vinculado enquanto município associado.

Foram ainda transferidos 350 mil euros para a Fundação Casa da Música, ao abrigo do contrato-programa 2024-2027 celebrado com o Município do Porto, para apoio à promoção, fomento, difusão e prossecução de atividades culturais e formativas no domínio da música e ao desenvolvimento da sua atividade de utilidade pública.

As **outras despesas correntes** aumentaram 453,3 mil euros face a 2024, o que representa um acréscimo de 9%. Este crescimento resulta, sobretudo, do aumento do IVA a pagar ao Estado.

5.4.2.2. DESPESA DE CAPITAL

O montante executado em 2025 para a **aquisição de bens de capital** ascendeu a 82,1 milhões de euros, registando uma redução de 1,6 milhões de euros face ao verificado em 2024.

As rubricas que registaram as maiores reduções face a 2024 foram a aquisição de imóveis (-4,9 milhões de euros), as instalações de serviços (-1,4 milhões de euros) e os mercados e instalações de fiscalização sanitária (-2,7 milhões de euros). Por sua vez, verificaram-se aumentos significativos nas rubricas de construção (+3,9 milhões de euros), de terrenos (+1,7 milhões de euros) e de reparação e beneficiação (+2,4 milhões de euros).

Quadro 18. Evolução das transferências de capital

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	%	2024 (€)	Δ 25-24 (€)	%
LIPOR	2 519 716,12	81,9%	2 192 607,22	327 108,90	14,9%
Transferências diversas	558 552,14	18,1%	405 978,75	152 573,39	37,6%
TOTAL	3 078 268,26	100,0%	2 598 585,97	479 682,29	18,5%

As **transferências de capital** — excluindo as destinadas às Juntas de Freguesia — aumentaram 479,7 mil euros face a 2024. O montante transferido para a LIPOR registou um acréscimo de 14,9% relativamente ao ano anterior, enquanto as restantes transferências cresceram 37,6%.

Estas transferências incluíram apoios para obras e outros investimentos, nomeadamente para o campo de futebol da Associação de Futebol do Porto, para a Associação Rainha Dona Beatriz e para o Centro Social do Exército de Salvação – Centro Comunitário do Porto, entre outras entidades.

A rubrica **outras despesas de capital**, registou um decréscimo de cerca de 7,1 milhões de euros, explicado pelo pagamento efetuado em 2024 relativo à indemnização do processo judicial referente a "Alameda da Praça das Flores/VCI/Praça da Corujeira", no montante de 7,4 milhões de euros.

5.4.3. DESPESA NÃO EFETIVA

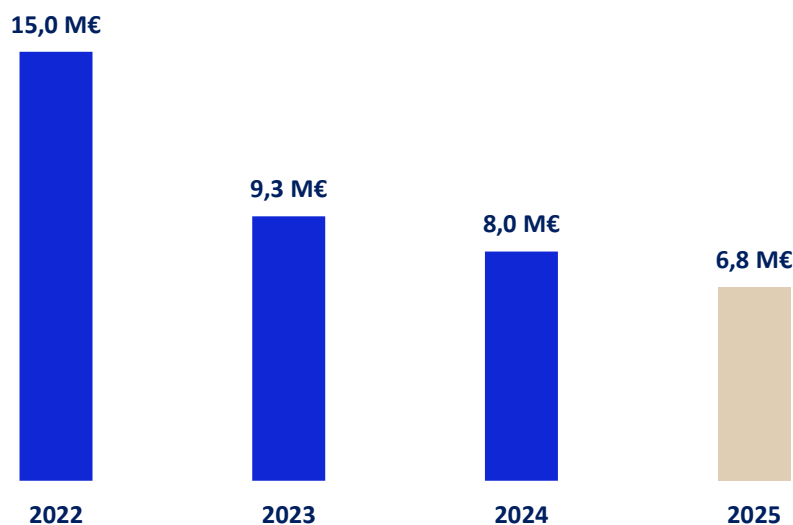
Em 2025, manteve-se inalterado o montante da despesa associada aos passivos financeiros. Tal resulta do facto de, neste exercício, o Município ter efetuado exclusivamente as amortizações semestrais previstas no contrato de empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o BPI em 2018, totalizando 1,2 milhões de euros.

Quadro 19. Dívida bancária

DÍVIDA BANCÁRIA	CAPITAL EM DÍVIDA 31/12/2025	CAPITAL EM DÍVIDA 31/12/2024	Δ 25-24 (€)	%
Médio Longo Prazo	6 803 920,31	8 040 996,73	-1 237 076,42	-15,4%

A trajetória do endividamento evidencia, nos últimos anos, uma redução progressiva da dívida bancária, refletindo a aplicação consistente de princípios de rigor, disciplina financeira e controlo na gestão do endividamento de médio e longo prazo.

Figura 25. Evolução da dívida bancária



5.4.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor global da despesa, na ótica das Grandes Opções do Plano, atingiu uma execução de 378,8 milhões de euros, dos quais 82,1 milhões de euros corresponderam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 296,7 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Quadro 20. Execução das Grandes Opções do Plano

OBJETIVOS	PPI	PAR	TOTAL (€)	%
Cultura e Património	1 442 586,41	15 460 481,51	16 903 067,92	4,5%
Apoio e Financiamento à criação contemporânea	0,00	123 000,00	123 000,00	0,0%
Equipamentos e programas municipais	1 442 586,41	15 337 481,51	16 780 067,92	4,4%
Economia, pessoas e inovação	8 502 272,63	21 468 042,55	29 970 315,18	7,9%
Consolidação da estratégia económica da cidade	1 034 105,95	4 530 406,79	5 564 512,74	1,5%
Educação	5 507 461,57	14 361 803,57	19 869 265,14	5,2%
Inovação e transição digital	1 960 705,11	2 575 832,19	4 536 537,30	1,2%
Ambiente, energia e qualidade de vida	11 284 894,64	56 250 253,16	67 535 147,80	17,8%
Ambiente	2 481 812,99	18 620 958,54	21 102 771,53	5,6%
Energia e transição energética	2 810 285,32	10 922 538,67	13 732 823,99	3,6%
Qualidade de vida urbana	5 233 506,39	20 815 411,84	26 048 918,23	6,9%
Saúde	759 289,94	5 891 344,11	6 650 634,05	1,8%
Urbanismo e habitação	36 427 243,68	5 276 829,47	41 704 073,15	11,0%
Regeneração urbana	35 368 899,11	4 974 275,69	40 343 174,80	10,7%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	1 058 344,57	302 553,78	1 360 898,35	0,4%
Gestão urbanística	0,00	0,00	0,00	0,0%
Coesão social	14 720 632,84	17 606 374,83	32 327 007,67	8,5%
Grupos sociais específicos	0,00	1 211 671,69	1 211 671,69	0,3%
Outras dimensões de intervenção social	400 807,11	13 214 999,11	13 615 806,22	3,6%
Habitação social	14 319 825,73	3 179 704,03	17 499 529,76	4,6%
Mobilidade	2 966 824,95	27 506 083,04	30 472 907,99	8,0%
Transporte público	25 093,77	23 719 238,28	23 744 332,05	6,3%
Modos suaves	242 732,92	0,00	242 732,92	0,1%
Transporte individual - processo de transição	2 698 998,26	3 786 844,76	6 485 843,02	1,7%
Governância da Câmara	6 720 301,63	153 175 105,29	159 895 406,92	42,2%
Funcionamento dos serviços	6 720 301,63	144 327 425,75	151 047 727,38	39,9%
Operações financeiras	0,00	1 511 391,22	1 511 391,22	0,4%
Outros	0,00	7 336 288,32	7 336 288,32	1,9%
TOTAL	82 064 756,78	296 743 169,85	378 807 926,63	100,0%

5.4.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agregou o investimento em aquisição de bens de capital executado pelos serviços do Município do Porto, pela Associação Porto Digital e pelas empresas municipais, Domus Social, EM, GO Porto, EM, Porto Vivo, SRU, e Águas e Energia do Porto, EM.

Importa referir que todo o investimento realizado pelas empresas municipais em bens imóveis — seja em obras de recuperação ou em construção — integra o património (ativos) do Município.

Quadro 21. Evolução das despesas de investimento

Rubricas	2025						2024		Δ 25-24	
	CMP	DomusSocial	GO Porto	Porto Vivo,SRU	Águas e Energia do Porto	Associação Porto Digital	Total (€)	Total (€)	(€)	%
Terrenos	2 733 454,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 733 454,19	1 062 359,00	1 671 095,19	157,3%
Habitação	536 200,00	18 228 241,09	0,00	6 457 476,18	0,00	0,00	25 221 917,27	23 853 811,85	1 368 105,42	5,7%
Construção	0,00	3 908 415,36	0,00	0,00	0,00	0,00	3 908 415,36	54 567,04	3 853 848,32	7062,6%
Aquisição	536 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536 200,00	5 452 476,00	-4 916 276,00	-90,2%
Reparação e beneficiação	0,00	14 319 825,73	0,00	6 457 476,18	0,00	0,00	20 777 301,91	18 346 768,81	2 430 533,10	13,2%
Edifícios	4 575 728,92	5 852 679,06	8 710 159,53	0,00	1 887 558,35	0,00	21 026 125,86	27 014 648,15	-5 988 522,29	-22,2%
Instalação de serviços	274 728,92	2 194 112,91	732 381,19	0,00	1 887 558,35	0,00	5 088 781,37	6 506 243,03	-1 417 461,66	-21,8%
Instalações desp. e recreativas	0,00	25 198,18	4 519 329,47	0,00	0,00	0,00	4 544 527,65	4 987 833,31	-443 305,66	-8,9%
Mercados e inst. fiscalização sanitária	0,00	0,00	883 836,20	0,00	0,00	0,00	883 836,20	3 608 935,83	-2 725 099,63	-75,5%
Escolas	0,00	2 790 651,19	2 133 857,15	0,00	0,00	0,00	4 924 508,34	4 340 410,77	584 097,57	13,5%
Outros	4 301 000,00	842 716,78	440 755,52	0,00	0,00	0,00	5 584 472,30	7 571 225,21	-1 986 752,91	-26,2%
Construções diversas	2 527 889,19	0,00	18 849 431,15	0,00	784 745,47	1 945 576,41	24 107 642,22	24 295 343,93	-187 701,71	-0,8%
Viadutos/arruamentos	1 793 104,99	0,00	17 700 180,07	0,00	0,00	0,00	19 493 285,06	18 904 095,91	589 189,15	3,1%
Parques e jardins	734 784,20	0,00	1 149 251,08	0,00	0,00	0,00	1 884 035,28	3 484 728,88	-1 600 693,60	-45,9%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	784 745,47	1 945 576,41	2 730 321,88	1 906 519,14	823 802,74	43,2%
Material de transporte	221 445,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221 445,33	1 048 619,92	-827 174,59	-78,9%
Equipamento Informático	1 094 189,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 094 189,05	771 664,39	322 524,66	41,8%
Software Informático	1 493 323,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 493 323,07	1 317 317,37	176 005,70	13,4%
Equipamento administrativo	296 673,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296 673,69	276 183,91	20 489,78	7,4%
Equipamento básico	3 644 528,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 644 528,34	2 947 028,18	697 500,16	23,7%
Outros investimentos	1 065 367,35	0,00	1 160 090,41	0,00	0,00	0,00	2 225 457,76	1 038 383,80	1 187 073,96	114,3%
TOTAL	18 188 799,13	24 080 920,15	28 719 681,09	6 457 476,18	2 672 303,82	1 945 576,41	82 064 756,78	83 625 360,50	-1 560 603,72	-1,9%

Em termos de investimento global, o montante executado ascendeu a 82,1 milhões de euros.

Na **Domus Social, EM**, o investimento concentrou-se sobretudo na reparação e beneficiação da habitação municipal de renda apoiada social (14,3 milhões de euros), bem como na conservação e manutenção das escolas (2,8 milhões de euros). Com menor expressão, foram ainda realizadas intervenções nas instalações de serviços municipais. No que respeita à construção, o investimento incidiu nas despesas associadas ao projeto de Lordelo do Ouro (3,9 milhões de euros)

Na **GO Porto, EM**, os investimentos mais significativos foram efetuados em arruamentos e obras complementares totalizando 17,7 milhões de euros, e 4,5 milhões de euros em instalações desportivas e recreativas, destacando-se o Programa Rua Direita e o Parque Desportivo de Ramalde – Fase II, respetivamente.

Através **da Porto Vivo, SRU** foram realizados investimentos no valor de 6,5 milhões de euros na reabilitação de imóveis, com o objetivo de os colocar no mercado de arrendamento acessível.

Por sua vez, os investimentos da **Águas e Energia do Porto, EM** incidiram, designadamente, na construção, operação e manutenção de infraestruturas de produção de energia elétrica renovável orientadas para o autoconsumo, na implementação de projetos de eficiência energética e na gestão da iluminação pública arquitetónica (1,9 milhões de euros). Abrangeram ainda as intervenções necessárias para o aumento da resiliência hídrica das bacias hidrográficas do município face aos períodos de precipitação intensa e anómala assim como a execução de medidas de apoio em consequência dos danos causados por cheias e inundações (784,7 mil euros).

Na **Associação Porto Digital** os investimentos, no montante de 1,9 milhões de euros, dizem respeito a infraestruturas de comunicações, rede WIFI e infraestruturas de suporte.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, refletidas no orçamento do Município, encontram-se melhor identificadas nos anexos ao presente relatório.

No âmbito dos investimentos efetuados diretamente pelo Município, que totalizaram a 18,2 milhões de euros, destacaram-se os investimentos em imóveis, nomeadamente a aquisição do Edifício sede da ANJE, no valor de 4,3 milhões de euros e a aquisição dos lotes 4, 5 e 6 das Eirinhas no valor de 1,5 milhões de euros. Relevaram-se ainda os investimentos destinados à manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade, às intervenções efetuadas nos parques e jardins e às aquisições de software informático, entre outros investimentos.

Quadro 22. Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos

OBJETIVOS	ORÇADO (€)	COMPROMISSO (€)	PAGO (€)	TAXA DE EXECUÇÃO (%)	
	1	2	3	4=3/1	5=2/1
Cultura e Património	1 669 100,00	1 520 941,41	1 442 586,41	86,4%	91,1%
Equipamentos e programas municipais	1 669 100,00	1 520 941,41	1 442 586,41	86,4%	91,1%
Economia, pessoas e inovação	9 773 087,44	8 571 707,20	8 502 272,63	87,0%	87,7%
Consolidação da estratégia económica da cidade	1 117 534,00	1 036 119,21	1 034 105,95	92,5%	92,7%
Educação	6 480 958,44	5 570 313,18	5 507 461,57	85,0%	85,9%
Inovação e transição digital	2 174 595,00	1 965 274,81	1 960 705,11	90,2%	90,4%
Ambiente, energia e qualidade de vida	19 783 362,53	12 213 198,91	11 284 894,64	57,0%	61,7%
Ambiente	4 198 208,41	2 872 718,56	2 481 812,99	59,1%	68,4%
Energia e transição energética	8 824 498,52	3 321 938,77	2 810 285,32	31,8%	37,6%
Qualidade de vida urbana	5 986 715,60	5 259 251,64	5 233 506,39	87,4%	87,8%
Saúde	773 940,00	759 289,94	759 289,94	98,1%	98,1%
Urbanismo e habitação	53 906 310,52	39 388 685,62	36 427 243,68	67,6%	73,1%
Regeneração urbana	51 895 284,14	37 541 230,81	35 368 899,11	68,2%	72,3%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	2 011 026,38	1 847 454,81	1 058 344,57	52,6%	91,9%
Coesão social	19 900 947,00	14 730 236,62	14 720 632,84	74,0%	74,0%
Grupos sociais específicos	33 450,00	9 072,11	0,00	0,0%	27,1%
Outras dimensões de intervenção social	966 984,00	401 338,78	400 807,11	41,4%	41,5%
Habitação social	18 900 513,00	14 319 825,73	14 319 825,73	75,8%	75,8%
Mobilidade	5 276 223,53	5 023 595,82	2 966 824,95	56,2%	95,2%
Transporte público	49 678,54	31 872,31	25 093,77	50,5%	64,2%
Modos suaves	263 500,00	242 732,92	242 732,92	92,1%	92,1%
Transporte individual - processo de transição	4 963 044,99	4 748 990,59	2 698 998,26	54,4%	95,7%
Governância da Câmara	11 352 462,69	7 788 422,84	6 720 301,63	59,2%	68,6%
Funcionamento dos serviços	11 352 462,69	7 788 422,84	6 720 301,63	59,2%	68,6%
TOTAL	121 661 493,71	89 236 788,42	82 064 756,78	67,5%	73,3%

Face ao valor orçado do Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução da despesa paga foi de 67,5% e da despesa comprometida de 73,3%.

No objetivo estratégico **Cultura e Património**, que representa 1,8% do investimento total, foram aplicados 1,4 milhões de euros. Deste montante, 1,2 milhões de euros foram executados através da empresa municipal GO Porto, EM, nomeadamente na reabilitação do Balleateatro Escola de Artes e do Teatro Municipal do Campo Alegre.

O objetivo estratégico **Economia, Pessoas e Inovação** representa 10,4% do investimento total, correspondendo a 8,5 milhões de euros. Destaca-se que através da empresa municipal Domus Social, EM foram executados 2,8 milhões de euros para a educação. Pela GO Porto, EM foram aplicados 2,1 milhões de euros para a educação, nomeadamente nos arranjos exteriores na Escola Secundária Alexandre Herculano e na requalificação da EB Agra do Amial e, no âmbito da consolidação da estratégia económica da cidade, no Feiródromo de Campanhã - Recinto de Feiras, entre outras intervenções. No domínio da inovação e transição digital foram executados 1,9 milhões de euros pela Associação Porto Digital.

No **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** que corresponde a 13,8% do investimento total, foram aplicados 2,5 milhões de euros no programa Ambiente. Destacam-se as intervenções

efetuadas pela empresa municipal GO Porto, EM, no valor de 1,1 milhões de euros, nomeadamente no Jardim Senhora do Porto, para além do investimento direto do Município, designadamente na conservação e requalificação dos espaços verdes. No âmbito da Energia e transição energética aplicaram-se 2,8 milhões de euros, onde se destaca a execução 2,7 milhões de euros pela empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM. Os investimentos destinados a promover a Qualidade de vida urbana ascenderam a 5,2 milhões de euros, destacando-se as intervenções efetuadas pela GO Porto, EM, de 4,5 milhões de euros em instalações desportivas e recreativas. No que respeita à Saúde, foram aplicados 759,3 mil euros, onde se incluem os investimentos em centros de saúde como, a reabilitação do CS Porto d'Ouro e do CS do Carvalhido, entre outros.

Para o **Urbanismo e Habitação** que representa 44,4% do investimento total, foram aplicados 36,4 milhões de euros. Deste montante, 35,4 milhões de euros destinaram-se ao programa de regeneração urbana, dos quais 17,4 milhões de euros efetuados pela empresa municipal GO Porto, EM, com destaque para o Programa Rua Direita, para a Praça da República I Jardim e Envolvente e, beneficiação e requalificação de diversas ruas da cidade. A empresa municipal Porto Vivo, SRU realizou investimentos de 6,5 milhões de euros direcionados para a conservação e reabilitação de imóveis com vista ao arrendamento acessível. Regista-se ainda o investimento municipal de cerca de 7,6 milhões de euros para a aquisição / expropriação / permutas de terrenos e/ou edifícios. O investimento na qualificação do ambiente urbano e espaço público totalizou 1,1 milhões de euros.

O objetivo estratégico **Coesão Social** corresponde a 17,9% do investimento total, sendo quase integralmente direcionado para o parque habitacional social com uma execução de 14,3 milhões de euros e afetos ao programa Outras dimensões de intervenção social cerca de 400,8 mil euros. Através da empresa municipal Domus Social, EM, foram concretizados os investimentos que contribuíram para a execução das políticas públicas de habitação do Município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforço da coesão social.

O objetivo estratégico **Mobilidade** representa 3,6% do investimento total, correspondendo a um montante de 3 milhões de euros. No programa Transporte Individual – Processo de Transição, foram investidos 2,7 milhões de euros, através de investimento direto do Município, nomeadamente na colocação e manutenção de sinalização e equipamentos de segurança rodoviária, na manutenção e expansão do Sistema de Gestão de Mobilidade (SGM) e na intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável. Para o programa Modos suaves

foram destinados 242,7 mil euros para intervenções em Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas; Asprela Campanhã I Ciclovia Ligação e Palácio de Cristal I Ligações Mecanizadas I Percursos Pedonais executadas pela Go Porto, EM.

Na **Governância** da Câmara que representa 8,2% do investimento total, foram aplicados 6,7 milhões de euros no programa funcionamento dos serviços. Deste montante, 2,2 milhões de euros correspondem a intervenções efetuadas pela Domus Social, EM e 732,4 mil euros pela GO Porto, EM, no património municipal. Foram ainda investidos 1,5 milhões de euros em software informático, 1,1 milhões de euros em equipamento informático, 440,1 mil euros em equipamento básico, 278,7 mil euros em equipamento administrativo e 238 mil euros em artigos e objetos de valor.

Quadro 23. Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

DESIGNAÇÃO	2025 (€)	%	2024 (€)	%
Empréstimos bancários	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Transferências de capital	25 441 378,61	31,0%	8 601 473,69	10,3%
- Projetos co-financiados	21 205 329,04	25,8%	6 713 135,50	8,0%
- Administração Central	4 236 049,57	5,2%	1 888 338,19	2,3%
Receitas próprias	56 623 378,17	69,0%	75 023 886,81	89,7%
TOTAL	82 064 756,78	100,0%	83 625 360,50	100,0%

Das fontes de financiamento ao investimento, os fundos comunitários representam 25,8% do financiamento total enquanto as transferências provenientes de contratos/acordos com a administração central correspondem a 5,2%. Em 2025 não ocorreram utilizações em sede de financiamento bancário.

As transferências de capital asseguram 31% da cobertura do investimento, registando um aumento de 20,7 p.p. face ao ano anterior. Em sentido inverso, as receitas próprias, que representam 69% da cobertura do investimento, viram o seu peso reduzir-se exatamente no mesmo montante.

5.4.6. PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

No Plano das Atividades mais Relevantes (PAR) encontram-se agregadas as despesas correntes e de capital (excluídos os investimentos) e que refletem as atividades desenvolvidas pelas direções municipais e equiparadas, espelhadas nos sete objetivos estratégicos transversais ao Município.

Quadro 24. Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos

OBJETIVOS	ORÇADO (€)	COMPROMISSO (€)	PAGO (€)	TAXA DE EXECUÇÃO (%)	
	1	2	3	4=3/1	5=2/1
Cultura e Património	17 560 121,00	16 260 338,52	15 460 481,51	88,0%	92,6%
Apoio e Financiamento à criação contemporânea	198 000,00	123 004,36	123 000,00	62,1%	62,1%
Equipamentos e programas municipais	17 362 121,00	16 137 334,16	15 337 481,51	88,3%	92,9%
Economia, pessoas e inovação	33 431 786,67	28 806 955,13	21 468 042,55	64,2%	86,2%
Consolidação da estratégia económica da cidade	6 384 341,90	5 365 551,28	4 530 406,79	71,0%	84,0%
Educação	23 530 412,03	20 354 031,32	14 361 803,57	61,0%	86,5%
Inovação e transição digital	3 517 032,74	3 087 372,53	2 575 832,19	73,2%	87,8%
Ambiente, energia e qualidade de vida	65 258 005,90	62 649 292,52	56 250 253,16	86,2%	96,0%
Ambiente	21 185 844,81	20 476 893,90	18 620 958,54	87,9%	96,7%
Energia e transição energética	12 973 587,65	12 703 419,44	10 922 538,67	84,2%	97,9%
Qualidade de vida urbana	23 443 464,84	22 023 922,92	20 815 411,84	88,8%	93,9%
Saúde	7 655 108,60	7 445 056,26	5 891 344,11	77,0%	97,3%
Urbanismo e habitação	6 898 463,78	6 113 469,60	5 276 829,47	76,5%	88,6%
Regeneração urbana	6 220 693,10	5 561 801,62	4 974 275,69	80,0%	89,4%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	677 770,68	551 667,98	302 553,78	44,6%	81,4%
Gestão urbanística	0,00	0,00	0,00		
Coesão social	23 434 003,00	19 639 896,31	17 606 374,83	75,1%	83,8%
Grupos sociais específicos	2 337 400,00	1 684 877,02	1 211 671,69	51,8%	72,1%
Outras dimensões de intervenção social	15 719 623,00	14 775 315,26	13 214 999,11	84,1%	94,0%
Habitação social	5 376 980,00	3 179 704,03	3 179 704,03	59,1%	59,1%
Mobilidade	35 097 164,53	32 137 190,88	27 506 083,04	78,4%	91,6%
Transporte público	28 326 653,09	26 530 456,73	23 719 238,28	83,7%	93,7%
Transporte individual - processo de transição	6 770 511,44	5 606 734,15	3 786 844,76	55,9%	82,8%
Governância da Câmara	179 651 780,47	162 080 396,51	153 175 105,29	85,3%	90,2%
Funcionamento dos serviços	159 830 550,80	152 710 418,40	144 327 425,75	90,3%	95,5%
Operações financeiras	10 766 883,70	1 511 492,22	1 511 391,22	14,0%	14,0%
Outros	9 054 345,97	7 858 485,89	7 336 288,32	81,0%	86,8%
TOTAL	361 331 325,35	327 687 539,47	296 743 169,85	82,1%	90,7%

O objetivo estratégico **Cultura e Património** representa 5,2% das atividades mais relevantes, correspondendo a 15,5 milhões de euros. No âmbito dos Equipamentos e programas municipais foram aplicados 15,3 milhões de euros, dos quais 12,5 milhões de euros destinados à empresa municipal Ágora, EM e 2,8 milhões de euros afetos à promoção cultural da cidade. Para o Apoio e financiamento à criação contemporânea foram executados 123 mil euros, no âmbito do protocolo de depósito e promoção cultural de obras de arte classificadas, celebrado com a Fundação de Serralves.

Através do objetivo **Economia, Pessoas e Inovação** que corresponde a 7,2% das atividades mais relevantes foram pagos 21,5 milhões de euros. No âmbito da Consolidação da estratégia económica da cidade destacam-se as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Talento e Empregabilidade, da Dinamização Económica e Atração de Investimento, da Promoção Económica da Cidade, da Internacionalização da Marca Porto., do Acolhimento e Comercialização e da Promoção do Turismo no Porto. O programa Educação integra as despesas decorrentes da descentralização de competências na área da educação, bem como aquelas associadas à educação pré-escolar e ensino básico. No programa Inovação e Transição Digital incluem-se a execução dos contratos celebrados com a Associação Porto Digital, e os projetos Linha Porto., Cartão Porto., Protocolo, Cooperação Descentralizada, Agenda Regional e U.E. e Lusofonia, entre outros.

No âmbito do objetivo estratégico **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** que representa 19% das atividades mais relevantes foram aplicados 56,3 milhões de euros. Destaca-se o programa Qualidade de Vida Urbana com 20,8 milhões de euros, essencialmente por força da execução dos contratos celebrados com a empresa municipal Ágora, EM (14,4 milhões de euros), e das despesas relacionadas com a vigilância e segurança. No programa Ambiente releva o subsídio atribuído à Porto Ambiente, EM (12,2 milhões de euros) e as transferências para a LIPOR (3,9 milhões de euros). No domínio da Energia e transição energética destaca-se o subsídio para a empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM (5,9 milhões de euros), o projeto de Promoção da eficiência e diversificação energética (2,2 milhões de euros) e projeto de gestão da frota dos veículos do Município (2,9 milhões de euros). No programa Saúde assumem particular relevância as despesas decorrentes da descentralização de competências nesta área.

Na área do **Urbanismo e Habitação** que corresponde a 1,8% das atividades mais relevantes foram pagos 5,3 milhões de euros. Deste montante, 5 milhões de euros corresponde ao programa Regeneração urbana, dos quais 4,4 milhões de euros foram destinados às transferências para a empresa municipal Porto Vivo, SRU. Destaca-se ainda o projeto desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território com um investimento de 354,1 mil euros. No âmbito da Qualificação do ambiente urbano e espaço público destacam-se as despesas com a requalificação e manutenção do espaço público.

No objetivo estratégico **Coesão Social** que representa 5,9% das atividades mais relevantes, foram executados 17,6 milhões de euros. Em Outras dimensões de intervenção social foram aplicados 13,2 milhões de euros, nomeadamente em despesas decorrentes da descentralização

de competências na área da ação social, bem como em transferências para Freguesias no âmbito da delegação de competências, do orçamento colaborativo e para o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense. No âmbito do programa Grupos Sociais Específicos, destacam-se as despesas com o Gabinete de Gestão – Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano (CATJU), que absorveu 1,1 milhões de euros, bem como os investimentos associados a projetos de intervenção e desenvolvimento social. No domínio da Habitação Social, foram aplicados 2,2 milhões de euros no apoio a famílias carenciadas através do programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, e 979,7 mil euros em despesas de conservação das partes comuns dos edifícios do parque habitacional.

As despesas no âmbito do objetivo estratégico **Mobilidade** correspondem a 9,3% das atividades mais relevantes totalizando 27,5 milhões de euros. Deste montante, 23,7 milhões de euros foram destinados ao programa Transporte Público, que inclui os contratos com a STCP, E.I.M., S.A., e com a STCP Serviços. No programa Transporte individual – processo de transição destacam-se, entre outras, as despesas com a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

O objetivo **Governância da Câmara** corresponde a 51,6% das atividades mais relevantes, sendo o objetivo com maior peso em termos de execução orçamental com um total de 153,2 milhões de euros. Destaca-se o programa Funcionamento dos Serviços que representa 94,2% neste objetivo, tendo sido afetados 118,8 milhões de euros a despesas com o pessoal. No âmbito das operações financeiras, foram pagos 1,5 milhões de euros relativos ao serviço da dívida do empréstimo contratualizado com o BPI. No programa Outros incluem-se pagamentos de quotas a entidades associadas e subsídios às empresas municipais GO Porto, EM (4,3 milhões de euros) e Domus Social, EM (com 868,8 mil euros).

5.5. SALDO DE GERÊNCIA

O montante correspondente a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer relativos à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos respetivos saldos transitados da gerência anterior, permite apurar o saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 25. Resumo da conta de gerência

DESIGNAÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (€)	OPERAÇÕES DE TESOURARIA (€)	TOTAL (€)
Saldo transitado de 2024	44 433 014,06	5 525 696,82	49 958 710,88
Receitas arrecadadas	432 496 215,35	2 281 040,45	434 777 255,80
Despesas pagas	378 807 926,63	2 384 578,16	381 192 504,79
SALDO A TRANSITAR PARA 2026	98 121 302,78	5 422 159,11	103 543 461,89

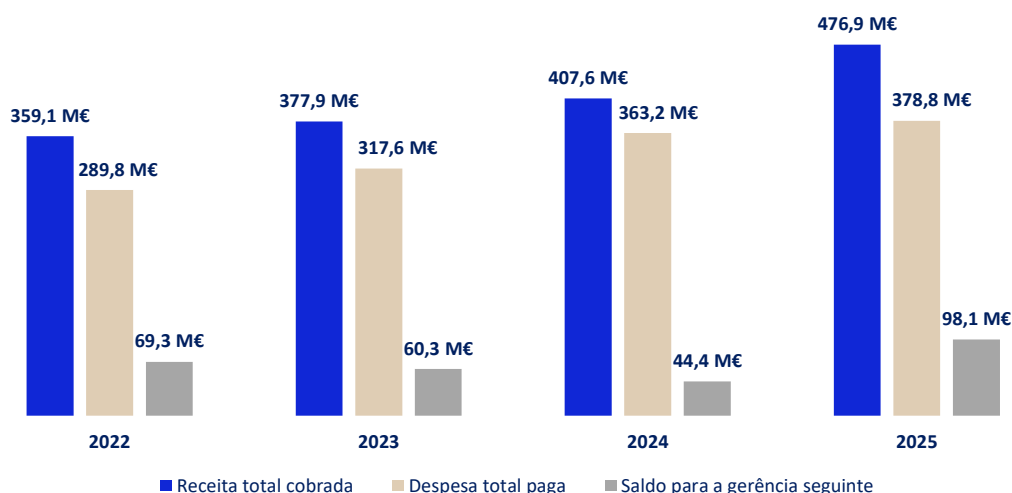
O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 103,5 milhões de euros, dos quais 98,1 milhões de euros correspondem ao saldo de operações orçamentais e 5,4 milhões de euros ao saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental e o mapa Operações de tesouraria, que integram a Prestação de Contas.

O primeiro mapa evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos realizados no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

O segundo evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os montantes que entraram em cofre mas que se destinam a outras entidades.

Figura 26. Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos nos últimos quatro anos evidencia uma tendência crescente de ambos ao longo do quadriênio. O saldo de gerência previsto para 2026 apresenta um acréscimo significativo, invertendo a trajetória decrescente que se vinha registrando nos anos anteriores.

6. RELATO FINANCEIRO

6.1. ANÁLISE DO BALANÇO

O Município preparou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Contudo, a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) foi efetuada pela primeira vez desde a implementação do SNC-AP, o que implicou a reexpressão dos valores relativos ao exercício de 2024.

Assim, os montantes apresentados para 2024 correspondem aos valores reexpressos e encontram-se influenciados pelos ajustamentos decorrentes da adoção inicial do MEP, refletindo a atualização dos investimentos financeiros de acordo com este método.

A análise das demonstrações financeiras apresentadas de seguida considera os movimentos registados durante o ano de 2025, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Quadro 26. Ativo

Un.: euros

Descrição	2025		2024 (1)		Variação 25-24	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Ativos Fixos Tangíveis	1 591 670 968,18	81,3%	1 562 899 363,78	82,0%	28 771 604,40	1,8%
Ativos Intangíveis	4 371 988,12	0,2%	4 249 061,61	0,2%	122 926,51	2,9%
Propriedades de investimento	44 180 354,69	2,3%	39 624 196,08	2,1%	4 556 158,61	11,5%
Participações financeiras	315 561 347,32	16,1%	295 522 619,38	15,5%	20 038 727,94	6,8%
Outras contas a receber	1 200 000,00	0,1%	3 700 000,00	0,2%	-2 500 000,00	-67,6%
Ativo não corrente	1 956 984 658,31	100,0%	1 905 995 240,85	100,0%	50 989 417,46	2,7%
Inventários	1 186 425,89	0,4%	372 695,30	0,2%	813 730,59	218,3%
Ativos Biológicos	100 701,99	0,0%	323 852,23	0,1%	-223 150,24	-68,9%
Devedores transf.e Subsídios não reembolsáveis	2 071 342,28	0,8%	5 795 246,94	2,6%	-3 723 904,66	-64,3%
Clientes, contribuintes e utentes	19 166 452,05	7,0%	26 546 291,31	11,8%	-7 379 839,26	-27,8%
Estado e outros entes públicos	461,93	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras contas a receber	147 823 462,84	53,8%	141 877 638,37	62,8%	5 945 824,47	4,2%
Diferimentos	787 467,81	0,3%	943 896,67	0,4%	-156 428,86	-16,6%
Caixa e depósitos	103 543 461,89	37,7%	49 958 710,88	22,1%	53 584 751,01	107,3%
Ativo Corrente	274 679 776,68	100,0%	225 818 331,70	100,0%	48 860 983,05	21,6%
TOTAL	2 231 664 434,99		2 131 813 572,55		99 850 400,51	4,7%

Nota: (1) valores reexpressos pela aplicação do MEP

O acréscimo de 4,7% do ativo resulta do reforço do ativo não corrente, que registou um acréscimo de 51 milhões de euros, e do ativo corrente, que evidenciou um incremento de 48,9 milhões de euros.

O crescimento do ativo não corrente resulta, em grande medida, da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) às participações financeiras. A adoção deste método implica que o valor contabilístico dos investimentos financeiros seja ajustado para refletir a proporção detida pelo Município nos resultados e no capital próprio das entidades participadas, produzindo assim um impacto significativo no montante global do ativo não corrente.

Para além deste efeito, registaram-se ainda aumentos nos ativos fixos tangíveis, no montante de 28,8 milhões de euros, decorrentes essencialmente dos investimentos realizados pelas Empresas Municipais, que se traduziram na incorporação de novos ativos.

As propriedades de investimento crescem 4,6 milhões de euros. Este aumento resulta da aquisição do imóvel da antiga sede da ANJE, localizado na Rua Paulo da Gama, pelo valor de 4,3 M€, bem como do respetivo arrendamento à mesma entidade. Atendendo a que a finalidade principal deste ativo é a obtenção de rendimentos, o imóvel foi reconhecido como propriedade de investimento.

Em sentido inverso, as outras contas a receber apresentam um decréscimo de 2,5 milhões de euros, decorrente da devolução do depósito efetuado em 2018 no âmbito da ação judicial relativa ao exercício do direito de preferência sobre os prédios da Rua Nova da Alfândega.

O aumento do ativo corrente resulta do efeito agregado de variações com natureza distinta. Verificou-se um acréscimo de 53,6 milhões de euros em caixa e depósitos, refletindo maior disponibilidade financeira imediata. Paralelamente, registou-se um decréscimo de 7,4 milhões de euros nos saldos de clientes, contribuintes e utentes, decorrente do reconhecimento de perdas por imparidade associadas ao risco de incobrabilidade, bem como uma redução de 3,7 milhões de euros nos montantes a receber relativos a transferências e subsídios não reembolsáveis, entre outras variações de curto prazo.

Ainda no que respeita aos ativos fixos tangíveis, concorre para o acréscimo registado, entre outros fatores já descritos, o reconhecimento definitivo das três escolas ainda não averbadas no âmbito da transferência de competências no domínio da educação. Embora estes equipamentos tivessem sido mensurados desde 2023, três dos dezoito imóveis transferidos continuavam por registar na matriz predial, situação que foi regularizada em 2025. Assim, foram averbadas as seguintes escolas:

- Escola Básica e Secundária 2/3 Maria Lamas
- Escola Básica e Secundária 2/3 de Miragaia
- Escola Básica 2/3 CRBE do Viso

O ajustamento contabilístico associado à incorporação destes equipamentos ascendeu ao montante líquido de 3,4 milhões de euros.

A componente de Outras Contas a Receber (ativo corrente) incluem os devedores por acréscimos (periodização económica) que integram, a estimativa relativa aos impostos e às transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação no IRS e do IVA, que apenas serão recebidos durante o ano 2026, num montante de 121,9 milhões de euros que compara com 122,9 milhões de euros do ano anterior.

Quadro 27. Passivo

Un.: euros

Descrição	2025	Peso %	2024 (1)	Peso %	Variação 25-24	
	Valor		Valor			%
Provisões	11 338 476,74	17,2%	10 356 658,78	16,2%	981 817,96	9,5%
Financiamentos obtidos	5 566 843,91	8,5%	6 803 920,33	10,6%	-1 237 076,42	-18,2%
Diferimentos	39 646 507,31	60,3%	37 668 618,73	58,8%	1 977 888,58	5,3%
Outras contas a pagar	9 180 228,39	14,0%	9 180 228,39	14,3%	0,00	0,0%
Passivo não corrente	65 732 056,35	100,0%	64 009 426,23	100,0%	1 722 630,12	2,7%
Fornecedores	7 776,55	0,0%	213 144,57	0,5%	-205 368,02	-96,4%
Adiantamentos de clientes, contribuintes, utentes	533 780,35	1,3%	1 959 283,91	4,6%	-1 425 503,56	-72,8%
Estado e outros entes públicos	2 391 423,94	6,0%	2 401 223,28	5,7%	-9 799,34	-0,4%
Financiamentos obtidos	1 237 076,40	3,1%	1 237 076,40	2,9%	0,00	0,0%
Fornecedores de investimento	1 000,00	0,0%	34 154,83	0,1%	-33 154,83	-97,1%
Outras contas a pagar	30 563 239,77	76,4%	30 710 257,71	72,8%	-147 017,94	-0,5%
Diferimentos	5 281 903,94	13,2%	5 603 676,31	13,3%	-321 772,37	-5,7%
Passivo Corrente	40 016 200,95	100,0%	42 158 817,01	100,0%	-2 142 616,06	-5,1%
TOTAL	105 748 257,30		106 168 243,24		-419 985,94	-0,4%

Nota: (1) valores reexpressos pela aplicação do MEP

No passivo, a diminuição de 420 mil euros resulta do aumento do passivo não corrente 1,7 milhões de euros e da diminuição do passivo corrente em 2,1 milhões de euros. No passivo não corrente, a variação é explicada essencialmente pelo aumento dos diferimentos de 2 milhões de euros conjugada com a redução dos financiamentos obtidos de 1,2 milhões de euros.

As outras contas a pagar registadas no passivo não corrente correspondem, maioritariamente, a adiantamentos por conta de vendas com maturidade superior a um ano, associados às operações desenvolvidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb, no âmbito do contrato celebrado.

O aumento de 2 milhões de euros registado na conta de diferimentos, está influenciado pela atualização do valor líquido associada ao ativo de concessão E-Redes.

Esta variação está em linha com o princípio da especialização dos exercícios, assegurando que os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que respeitam.

Por sua vez, no passivo corrente, a diminuição resulta, entre outros fatores, da regularização dos adiantamentos de clientes e contribuintes, no montante de 1,4 milhões de euros, refletindo a liquidação de responsabilidades de curto prazo anteriormente reconhecidas.

Para a componente de outras contas a pagar concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações

dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar, em 2026, no montante 15,4 milhões de euros.

Quadro 28. Património

Un.: euros

Descrição	2025		2024 (1)		Variação 25-24	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Património/Capital	1 114 466 897,57	52,4%	1 114 466 897,57	55,0%	0,00	0,0%
Reservas	20 629 198,92	1,0%	17 161 954,82	0,8%	3 467 244,10	20,2%
Resultados Transitados	529 457 016,16	24,9%	447 856 755,77	22,1%	81 600 260,39	18,2%
Ajustamentos em ativos financeiros	9 831 868,28	0,5%	9 808 973,85	0,5%	22 894,43	0,2%
Outras variações no património líquido	383 466 021,60	18,0%	361 092 216,66	17,8%	22 373 804,94	6,2%
Resultado Líquido do Período	68 065 175,16	3,2%	75 258 530,65	3,7%	-7 193 355,49	-9,6%
Total do Património Líquido	2 125 916 177,69	100,0%	2 025 645 329,31	100,0%	100 270 848,38	5,0%

Nota: (1) valores reexpressos pela aplicação do MEP

O património líquido apresenta uma variação positiva de 5% (100,3 milhões de euros), apresentando todas as rubricas variações positivas à exceção do resultado líquido do período.

As reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior e da aplicação do MEP.

Em conformidade com o disposto na NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros, a presente alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, tendo sido reexpressas as demonstrações financeiras do período comparativo apresentado. A aplicação do método da equivalência patrimonial implicou:

1. O ajustamento da quantia escriturada das participações financeiras, refletindo a quota-parte do Município relativa à entidade participada, aumentando desse modo o valor do ativo;
2. O reconhecimento, nos resultados do período, da quota-parte do Município no resultado da entidade participada;
3. O reconhecimento de outras variações na participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em ativos financeiros, aumentando desse modo o Património líquido;
4. Ajustamento em resultados transitados referente aos anos anteriores em que não foi reconhecido o MEP.

Como já referido em conformidade com o SNC-AP, procedeu-se igualmente à reexpressão do período comparativo de 2024, de forma a incorporar retroativamente os efeitos da mensuração pelo MEP, assegurando a consistência e comparabilidade da informação financeira apresentada.

No âmbito do SNC-AP, o **Método da Equivalência Patrimonial (MEP)** exige que as participações financeiras em entidades sobre as quais existe influência significativa sejam mensuradas pelo valor correspondente à quota-parte do património líquido dessas entidades.

A conjugação dos rendimentos gerados com os gastos incorridos, originou um Resultado Líquido do período de 68,1 milhões de euros, que compara com o resultado líquido ajustado de 75,3 milhões de euros, menos 7,2 milhões de euros. O resultado líquido de 2024 sem reexpressão foi de 69,3 milhões de euros.

6.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quadro 29. Gastos

Un.: euros

Descrição	2025		2024		Variação 25-24	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	25-24	%
Transferências e subsídios concedidos	74 631 157,86	21,8%	68 486 784,84	21,2%	6 144 373,02	9,0%
CMVMC	587 386,29	0,2%	263 518,99	0,1%	323 867,30	122,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	74 807 470,03	21,9%	71 256 676,54	22,0%	3 550 793,49	5,0%
Gastos com Pessoal	120 372 225,00	35,2%	112 104 279,69	34,6%	8 267 945,31	7,4%
Gastos de depreciação e amortização	59 408 816,54	17,4%	55 741 935,41	17,2%	3 666 881,13	6,6%
Imparidade/perdas	0,00	0,0%	52 524,18	0,0%	-52 524,18	-100,0%
Provisões	981 817,96	0,3%	0,00	0,0%	981 817,96	0,0%
Imparidade de dívidas a receber	2 013 757,98	0,6%	0,00	0,0%	2 013 757,98	0,0%
Outros gastos e perdas	9 269 669,74	2,7%	15 423 041,70	4,8%	-6 153 371,96	-39,9%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	226 565,83	0,1%	393 615,55	0,1%	-167 049,72	-42,4%
TOTAL	342 298 867,23	100,0%	323 722 376,90	100,0%	18 576 490,33	5,7%

Os gastos totais ascenderam a 342,3 milhões de euros em 2025, o que representa um aumento de 5,7% face ao ano anterior. Este crescimento resulta sobretudo do reforço dos gastos com transferências e subsídios concedidos, que aumentaram 9,0%, refletindo as transferências para as Freguesias e Empresas Municipais, para famílias e outros apoios diversos, nomeadamente os apoios para ação social, no âmbito da intervenção social e promoção da saúde e ainda, no domínio das ações de interesse cultural e turístico.

Observa-se igualmente um acréscimo nos gastos com pessoal, que aumentam 7,4% e alteram o seu peso relativo para 35,2%. Esta evolução decorre não apenas de atualizações remuneratórias

e eventuais reforços de valorizações, mas também da especialização económica do exercício, que exige o reconhecimento do mês de férias e do respetivo subsídio, ainda que o pagamento ocorra apenas no exercício seguinte.

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento moderado de 5,0%, evidenciando estabilidade na contratação de serviços essenciais à atividade.

As depreciações e amortizações cresceram 6,6%, refletindo a incorporação de novos ativos que entraram em funcionamento derivado da transferência de ativos em curso, para ativos fixos ao longo do ano 2025.

Regista-se ainda uma redução expressiva de 39,9% nos outros gastos e perdas, contribuindo para mitigar o crescimento global dos gastos, bem como uma diminuição de 42,4% nos encargos financeiros, indicador de menor pressão do serviço da dívida.

Quadro 30. Rendimentos

Un.: euros

Descrição	2025		2024 (1)		Variação 25-24	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Impostos, contribuições e taxas	270 064 489,20	65,8%	245 947 211,12	61,6%	24 117 278,08	9,8%
Vendas	79 933,38	0,0%	38 016,47	0,0%	41 916,91	110,3%
Prestações de serviços e concessões	12 949 270,37	3,2%	13 004 554,86	3,3%	-55 284,49	-0,4%
Rendimentos imputados de entid. controladas, associadas	11 211 434,61	2,7%	7 422 536,61	1,9%	3 788 898,00	51,0%
Variação de inventários da produção	436 388,81	0,1%	0,00	0,0%	436 388,81	0,0%
Transferências e subsídios obtidos	64 203 954,02	15,6%	67 694 050,74	17,0%	-3 490 096,72	-5,2%
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,0%	3 667 772,05	0,9%	-3 667 772,05	-100,0%
Provisões	0,00	0,0%	14 247 019,81	3,6%	-14 247 019,81	-100,0%
Aumentos de justo valor	35 377,23	0,0%	65 637,32	0,0%	-30 260,09	-46,1%
Imparidade/perdas	475 469,99	0,1%	0,00	0,0%	475 469,99	0,0%
Outros rendimentos	49 438 952,19	12,0%	44 496 761,77	11,2%	4 942 190,42	11,1%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 468 772,59	0,4%	2 397 346,80	0,6%	-928 574,21	-38,7%
TOTAL	410 364 042,39	100,0%	398 980 907,55	100,0%	11 383 134,84	2,9%

Nota: (1) valores reexpressos pela aplicação do MEP

A análise dos rendimentos evidencia um crescimento global de 2,9% entre 2024 e 2025, passando de 399 milhões de euros para 410,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 11,4 milhões de euros.

Este aumento é sobretudo impulsionado pela evolução positiva das ganhos relacionados com os impostos, contribuições e taxas que registam um crescimento de 9,8%, totalizando 270,1 milhões de euros em 2025, reforçando o seu peso relativo para 65,8% do total dos rendimentos.

Os rendimentos também estão influenciados pela aplicação do MEP nomeadamente no tocante aos rendimentos imputados entidades controladas, associadas, que passou de 1,5 milhões de euros de 2024, para 7,4 milhões de euros relativamente ao ano 2024 reexpresso. Estes

rendimentos revelam um aumento muito expressivo, superior a 50%, representando um acréscimo de 3,8 milhões de euros e atingindo um valor de 11,2 milhões de euros. Esta variação é significativamente influenciada pelos ajustamentos decorrentes da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), que geram efeitos positivos associados ao reconhecimento dos resultados das entidades participadas. Assim, parte relevante do aumento desta rubrica não resulta de operações correntes, mas de ajustamentos MEP que impactam diretamente nos rendimentos do período.

Por outro lado, verificam-se diminuições em algumas rubricas específicas. As transferências e subsídios obtidos diminuíram 5,2%, traduzindo-se numa redução de 3,5 milhões de euros.

Já os outros rendimentos registam um acréscimo de 11,1%, atingindo 49,4 milhões de euros e contribuindo positivamente para o aumento global dos rendimentos. Em sentido inverso, os juros, dividendos e outros rendimentos similares diminuem 38,7%.

Os outros rendimentos incluem, entre outros, nos termos da NCP 4, os rendimentos associados aos contratos de concessão (parques de estacionamento e a concessão à E-Redes) no montante de 14,9 milhões de euros, imputação do subsídio ao investimento de 7,8 milhões de euros, outras correções de rendimentos do ano anterior de 13,9 milhões de euros relacionado com estimativas de impostos e ainda pelas alienações de ativos fixos tangíveis de 7,1 milhões de euros.

6.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar da revogação do diploma que aprovou o POCAL, Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Município entendeu manter a boa prática pela aplicação do ponto 2.7.3 do POCAL, pelo que propõe que o resultado líquido positivo de sessenta e oito milhões sessenta e cinco mil cento e setenta e cinco euros e dezasseis cêntimos (68.065.175,16 €) tenha a seguinte aplicação:

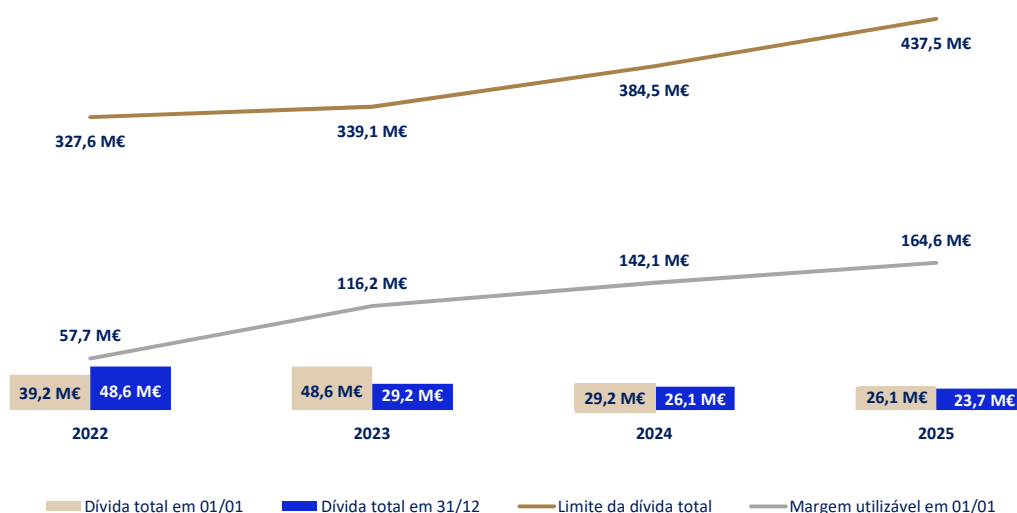
- Três milhões quatrocentos e três mil duzentos e cinquenta e oito euros e setenta e seis cêntimos (3.403.258,76 €), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;
- Sessenta e quatro milhões seiscentos e sessenta e um mil novecentos e dezasseis euros e quarenta cêntimos (64.661.916,40 €) para Resultados Transitados.

7. ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, obriga a incluir no limite da dívida total dos municípios a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Figura 27. Evolução do endividamento



De acordo com o seu artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do Município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

O limite da dívida total para 2025 ascendeu a 437,5 milhões de euros.

Quadro 31. Margem efetivamente disponível para endividamento

DESIGNAÇÃO	VALOR (€)
(1) Margem Utilizável 01-01-2025	164 596 824,55
(2) Dívida Total 01-01-2025*	26 056 154,75
<i>Dívida Bancária (CMP)</i>	8 040 996,73
<i>Dívida a terceiros (CMP) + Dívida de entidades relevantes</i>	18 015 158,02
(3) Dívida Total 31-12-2025*	23 680 967,30
<i>Dívida Bancária (CMP)</i>	6 803 920,31
<i>Dívida a terceiros (CMP) + Dívida de entidades relevantes</i>	16 877 046,99
(4) = (1)-[(3)-(2)] Margem Disponível	166 972 012,01
(5) Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	106 500 000,00
(4)-(5) Margem efetivamente disponível para endividamento	60 472 012,01

* exclui não orçamentais e FAM

A margem utilizável em 1 de janeiro de 2025 era de 164,6 milhões de euros, decorrente do n.º 1 do art.º 144º da LOE 2025, que altera o disposto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, aumentando a margem de 20% para 40%.

A dívida total no final do ano de 2025 foi inferior em 2,4 milhões de euros face ao valor registado no início do ano.

A margem efetivamente disponível no fim do ano, para endividamento, situou-se em 60,5 milhões de euros.

A política financeira do Município continuou a evidenciar um forte controlo do seu endividamento, registando em 2025 uma redução de 1,2 milhões de euros da dívida bancária, resultante do cumprimento integral do plano de amortizações previsto, conjugado com a ausência de recurso aos financiamentos previamente contratualizados.

8. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão tem como finalidade produzir informação analítica e relevante sobre custos e, sempre que aplicável, sobre rendimentos e resultados, de forma a apoiar as necessidades informativas dos gestores e dirigentes municipais no processo de tomada de decisão. Neste contexto, o tratamento contabilístico do custo traduz-se na reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outras dimensões consideradas pertinentes para o Município e para os utilizadores externos.

O SNC-AP estabelece as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão na Administração Pública, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, orientando a sua estruturação e implementação e fixando requisitos mínimos quanto ao seu conteúdo e divulgação. Este enquadramento normativo visa assegurar a comparabilidade, a consistência e a utilidade da informação produzida, reforçando a capacidade de planeamento, monitorização e avaliação do desempenho municipal.

Reconhecendo a relevância da contabilidade de gestão como instrumento essencial para produzir informação útil à tomada de decisão e para promover uma maior eficiência na afetação dos recursos públicos, o Município tem desenvolvido esforços para ultrapassar algumas fragilidades ainda existentes. O objetivo é aperfeiçoar o apuramento de custos associados ao produto e ao serviço, determinação de preços, tarifas e taxas e reforçar a fiabilidade da informação produzida nesta área.

Neste âmbito, têm sido adotadas medidas específicas para dar cumprimento aos requisitos previstos no parágrafo 37 da NCP 27, que estabelece um conjunto de divulgações obrigatórias para as autarquias locais, conforme transcrito no normativo. Estas exigências constituem um referencial importante para assegurar maior transparência, comparabilidade e rigor na apresentação da informação financeira e de gestão:

“No caso de autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir) por cada:

- a) Bem produzido ou serviço prestado;*
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;*
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”*

A implementação da contabilidade de gestão no Município é ainda relativamente recente e, por isso, tem sido desenvolvida numa base simplificada, atendendo à elevada complexidade organizacional, à sua dimensão e à diversidade das atividades que desempenha. Apesar destas condicionantes, foi já possível proceder à distinção entre custos diretos e indiretos por atividade, representando um avanço significativo na estruturação da informação interna, não existindo ainda condições de apresentar os custos diretos e indiretos e o respetivo rendimento associado por cada bem produzido ou serviço prestado.

Com a base já criada, o Município dispõe agora de margem de evolução substancial para, nos próximos anos, aprofundar a utilização da contabilidade de gestão. A sua consolidação permitirá reforçar a eficiência dos processos internos (vertente interna) e, simultaneamente, contribuir para os objetivos de responsabilização e transparência na prestação de contas (vertente externa), alinhando-se com as melhores práticas de gestão pública.

A Contabilidade de Gestão do Município foi implementada assegurando o cumprimento dos requisitos relativos à sua apresentação, conteúdo e divulgação. Para esse efeito, foram estruturados sistemas de informação e um plano de contas adequados à produção e divulgação, interna e externa, dos custos, rendimentos e resultados.

O Município adotou como base metodológica o sistema ABC (*Activity-Based Costing*), que exige a identificação e definição das atividades desenvolvidas por cada unidade orgânica.

De acordo com o parágrafo 37 da NCP 27, as autarquias locais devem obter e divulgar informação relativa aos custos diretos, custos indiretos e respetivos rendimentos, quer ao nível das atividades, quer ao nível das unidades orgânicas e/ou funções. Neste contexto, as unidades orgânicas foram definidas com base na macroestrutura organizacional do Município, sendo cada uma responsável pelas atividades que lhe estão atribuídas. As funções, por sua vez, foram determinadas de acordo com o classificador funcional previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, garantindo a harmonização com a classificação funcional da despesa pública.

A) Classificação dos gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são classificados do seguinte modo:

- Diretos e indiretos: consoante seja possível imputar diretamente ou indiretamente (através de uma chave de repartição) às respetivas atividades,

- Incorporados (diretos e indiretos) e não incorporados: consoante seja ou não possível imputar às respetivas atividades.

B) Critérios de afetação e imputação dos gastos e rendimentos indiretos

Na contabilidade de gestão, a imputação dos gastos indiretos assume um papel determinante na mensuração do custo integral dos serviços. Os gastos indiretos correspondem a consumos que, pela sua natureza, não são diretamente imputáveis a uma atividade específica, exigindo, por isso, a sua afetação através de critérios de repartição. Neste contexto, o Município do Porto procede à distribuição dos gastos indiretos mediante a aplicação de uma chave de repartição, definida com base no peso das dotações orçamentais associadas à despesa das unidades orgânicas que desenvolvem atividades principais.

Por outro lado, os gastos não incorporados são todos aqueles que por decisão, não imputamos diretamente às suas atividades apurando diretamente a resultados. Nesta base estão incluídos os gastos de exercícios de anos anteriores, as imparidades e as provisões.

8.1. ANÁLISE DE GASTOS POR CENTRO DE CUSTO

A análise dos gastos imputados às diversas Unidades Orgânicas compreende, designadamente, os gastos com recursos humanos, as matérias consumidas, as aquisições de serviços, bem como os acréscimos de gastos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios. Inclui, igualmente, as depreciações dos ativos afetos a cada centro de custo, indispensáveis ao desenvolvimento das respetivas atividades.

Quadro 32. Gastos por centro de custo

Designação	Un.: euros		
	2025 Gastos	2024 Gastos	Varição 25-24
Assembleia Municipal	152 687,10	162 636,60	-9 949,50
Executivo Municipal	42 411 002,83	39 784 390,20	2 626 612,63
D. M. da Presidência	3 890 539,43	3 828 312,05	62 227,38
D. M. Recursos Financeiros	56 790 053,60	53 844 785,27	2 945 268,33
D. M. G. Pessoas e Organização	4 725 522,83	4 677 039,66	48 483,17
D. M. Cultura e Património	24 677 885,25	23 340 437,77	1 337 447,48
Dep. M. Mobilidade	42 877 440,77	48 755 027,09	-5 877 586,32
D. M. Desenvolvimento Urbano	11 305 730,10	12 903 351,46	-1 597 621,36
D. M. Sistemas de Informação	7 446 830,86	6 888 344,81	558 486,05
Polícia Municipal	20 005 948,69	16 217 756,33	3 788 192,36
Regimento Sapadores Bombeiros	13 312 211,69	11 233 094,20	2 079 117,49
D. M. Serviços Jurídicos	6 202 111,36	3 813 846,35	2 388 265,01
D. M. Educação	43 804 893,85	38 389 600,73	5 415 293,12
Dep. M. Atividades Económicas	2 072 408,64	1 921 422,18	150 986,46
Dep. M. Fiscalização	3 718 731,15	2 605 743,92	1 112 987,23
Dep. M. Coesão Social	7 639 888,49	7 850 647,62	-210 759,13
D. M. de Serviços ao Município	4 309 436,27	3 811 588,51	497 847,76
Dep. M. P. Saúde e Qualidade de Vida e Juventude	8 015 669,40	3 922 433,02	4 093 236,38
Serviço M. de Proteção Civil	1 511 961,18	1 371 484,46	140 476,72
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	5 077 340,67	5 264 871,99	-187 531,32
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	27 376 873,15	25 031 786,18	2 345 086,97
Dep. M. de Economia	2 534 744,02	2 723 543,50	-188 799,48
Dep. M. de Proteção de Dados	226 926,90	212 414,42	14 512,48
Dep. M. de Espaço Público	5 266 981,25	4 352 057,10	914 924,15
Dep. M. de Turismo e Internacionalização	3 397 450,05	3 790 367,32	-392 917,27
Operações Financeiras	226 542,55	393 480,64	-166 938,09
Total por centros de custos	348 330 475,85	327 090 463,38	21 240 012,47

O Município em 2025 apurou um total de gastos 348,3 milhões de euros, associados às atividades das respetivas unidades orgânicas, das quais se destacam a Direção Municipal de Recursos Financeiros, Departamento Municipal de Mobilidade, Executivo Municipal e Direção Municipal da Educação e Departamento Municipal Espaços Verdes e Gestão das Infraestruturas e Departamento Municipal Promoção Saúde e Qualidade de Vida e Juventude.

Para a Direção Municipal de Recursos Financeiros concorreram, para além dos gastos gerais de funcionamento, onde se incluem as depreciações dos ativos afetos, os gastos com o pessoal e especificamente os gastos com os subsídios concedidos às empresas municipais assim como os movimentos inerentes à especialização do exercício.

No Departamento Municipal de Mobilidade, destacam-se os gastos gerais de funcionamento, influenciados pelos custos com o pessoal e pelas depreciações.

Verificou-se, contudo, uma ligeira diminuição dos gastos face ao ano de 2024, particularmente ao nível das depreciações. Importa ainda referir que, nesse ano, foram registados ajustamentos relativos a períodos anteriores, os quais condicionaram a variação observada.

No que respeita ao Executivo Municipal, para além dos gastos gerais de funcionamento que, incluem as depreciações dos ativos afetos, que se relacionam com cada uma das atribuições dos

pelouros, concorrem igualmente outros encargos, designadamente os apoios concedidos a diversas entidades da cidade do Porto, no âmbito dos contratos de delegação de competências.

As depreciações de ativos fixos tangíveis, com especial incidência na área da habitação, evidenciam um ligeiro aumento face ao ano de 2024, decorrente da conclusão de obras e da consequente reclassificação da rubrica de obras em curso para ativos fixos tangíveis.

A Direção Municipal da Educação apresenta gastos influenciados pelos recursos humanos, incluindo o pessoal afeto às escolas, bem como pelas depreciações dos ativos transferidos no âmbito da descentralização de competências no domínio da educação.

No exercício de 2025, verificou-se um ligeiro aumento da despesa, decorrente da regularização da situação matricial. Esta regularização implicou a revisão da respetiva mensuração, com base no Valor Patrimonial Tributário (VPT) entretanto apurado, relativamente aos seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Básica e Secundária 2/3 Maria Lamas, Escola Básica e Secundária 2/3 de Miragaia e Escola Básica 2/3 do CRBE do Viso.

Registou-se igualmente um acréscimo na aquisição de serviços para o fornecimento contínuo de refeições destinadas às cantinas escolares dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Município do Porto.

No Departamento de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas, os gastos são influenciados pelos recursos humanos, pelos gastos gerais de funcionamento e pelas depreciações. Verificou-se um ligeiro aumento da despesa face ao ano de 2024, sobretudo ao nível das depreciações. Este acréscimo resulta do encerramento de obras em diversos espaços de jardins, que transitaram da rubrica de obras em curso para ativos fixos tangíveis.

No que respeita à unidade orgânica Departamento Municipal de Promoção da Saúde, Qualidade de Vida e Juventude, observa-se, no exercício em análise, um aumento global dos gastos, refletindo as atividades desenvolvidas e o reforço das respostas municipais no domínio da saúde pública e da intervenção social.

O acréscimo mais significativo verifica-se na rubrica de fornecimentos e serviços externos, com especial incidência na aquisição de serviços de limpeza destinados às Unidades de Cuidados de Saúde Primários da cidade do Porto.

Quadro 33. Gastos por funções

Un.: euros

Função	2025 Gastos	2024 Gastos	Varição 25-24	2025 Rendimentos	2024 Rendimentos	Varição 25-24
Administração geral	98 268 952,60	94 297 815,21	3 971 137,39	16 947 107,45	16 245 514,55	701 592,90
Proteção civil e luta contra incêndios	14 582 419,11	11 973 901,34	2 608 517,77	94 839,36	233 348,44	-138 509,08
Polícia municipal	19 512 397,70	15 627 427,97	3 884 969,73	1 187 578,78	1 219 778,58	-32 199,80
Ensino não superior	48 571 530,86	43 632 722,13	4 938 808,73	2 649 280,70	2 298 925,48	350 355,22
Ação social	16 683 362,81	11 901 035,38	4 782 327,43	301 763,46	240 669,91	61 093,55
Habitação	17 606 860,55	16 734 347,70	872 512,85	1 256 780,27	997 626,94	259 153,33
Ordenamento do território	14 257 011,41	13 730 245,40	526 766,01	29 815 929,26	33 550 588,76	-3 734 659,50
Resíduos sólidos	1 618 417,06	813 598,53	804 818,53	6 322,52	46 231,74	-39 909,22
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	30 591 238,24	26 361 836,85	4 229 401,39	3 372 478,78	3 076 789,81	295 688,97
Cultura	24 436 947,02	21 966 159,29	2 470 787,73	604 605,50	691 161,98	-86 556,48
Transportes rodoviários	38 357 181,00	46 985 687,69	-8 628 506,69	13 714 626,46	12 113 556,46	1 601 070,00
Comércio e turismo	1 293 457,42	0,00	1 293 457,42	9 038,83	0,00	9 038,83
Mercados e feiras	497 373,49	307 080,62	190 292,87	26 043,30	24 565,30	1 478,00
Turismo	4 331 306,71	4 009 735,20	321 571,51	31 734 556,36	20 667 427,20	11 067 129,16
Total dos gastos e rendimentos incorporados	330 608 455,98	308 341 593,31	22 266 862,67	101 720 951,03	91 406 185,15	10 314 765,88
Gastos e rendimentos não incorporados	17 722 019,87	18 748 870,07	-1 026 850,20	314 674 699,98	305 033 160,24	9 641 539,74
Total dos gastos e rendimentos por funções	348 330 475,85	327 090 463,38	21 240 012,47	416 395 651,01	396 439 345,39	19 956 305,62

A análise dos gastos por funções evidencia uma forte concentração de despesa em áreas estruturantes da atividade municipal. A Administração Geral, com 98,3 milhões de euros, representa os custos transversais de suporte a atividade do Município.

O Ensino não superior, com 48,6 milhões de euros, e os Transportes rodoviários, com 38,4 milhões de euros, demonstra a prioridade atribuída à educação e à mobilidade. A Proteção do meio ambiente e conservação da natureza absorveu 30,6 milhões de euros, enquanto a Cultura registou 24,4 milhões de euros, evidenciando o investimento na sustentabilidade ambiental e na dinamização cultural. A Polícia Municipal e a Ação Social representaram, respetivamente, 19,5 milhões e 16,7 milhões de euros, refletindo o compromisso com a segurança urbana e o apoio social. As funções de Habitação, Ordenamento do Território e Proteção Civil totalizaram valores entre 14 e 18 milhões de euros, traduzindo intervenções relevantes nestas áreas. As restantes funções — Resíduos Sólidos, Comércio e Turismo, Mercados e Feiras e Turismo — apresentam expressão financeira mais reduzida, correspondendo a atividades mais específicas ou com menor peso orçamental.

Os rendimentos totais ascenderam a 416,4 milhões de euros. Os rendimentos não incorporados no montante de 314,7 milhões de euros, resultam da agregação das rubricas de Impostos e Taxas, Transferências e Subsídios, Rendimentos Financeiros e Outros Rendimentos. Os rendimentos incorporados resultam da imputação direta às funções, cuja estrutura assenta na tipologia da receita dos serviços emissores com atividades.

8.2. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS GERAIS E GASTOS NÃO INCORPORADOS

A norma NCP-27 estabelece a distinção entre gastos e rendimentos incorporáveis e não incorporáveis. Consideram-se incorporáveis aqueles que podem ser imputados diretamente às atividades, funções, bens ou serviços, contribuindo para a determinação do respetivo custo ou rendimento.

Por sua vez, classificam-se como não incorporáveis os gastos e rendimentos que não são atribuídos às atividades, bens ou serviços, incluindo, entre outros, gastos de natureza não recorrente, imparidades e provisões. Estes elementos, pela sua especificidade ou carácter excecional.

Quadro 34. Rendimentos gerais e gastos não incorporados

Un.: euros

Rendimentos Gerais e Gastos Não Incorporados		Total
Rendimentos Gerais		314 674 699,98
Impostos e taxas		209 551 663,95
Transferências e subsídios obtidos		69 040 681,42
Rendimentos financeiros		1 987 225,67
Outros rendimentos e ganhos		34 095 128,94
Gastos Não Incorporados		17 722 019,87
Gastos gerais de funcionamento		11 073 868,40
Transferências e subsídios concedidos		1 249 645,10
Gastos financeiros		226 565,83
Outros		5 171 940,54

Os rendimentos gerais, no montante de 314,7 milhões de euros, resultam da agregação das rubricas de Impostos e Taxas, Transferências e Subsídios, Rendimentos Financeiros e Outros Rendimentos, são os chamados rendimentos não incorporados, por contraponto com os

incorporáveis que podem ser imputados diretamente às atividades, funções, bens ou serviços, contribuindo para a determinação do respetivo custo ou rendimento.

A rubrica **“Impostos e Taxas”** registou 209,5 milhões de euros, representando a componente mais significativa dos rendimentos. Deste montante, 84,3 milhões de euros correspondem a impostos diretos, designadamente Derrama, IMI e IUC, enquanto 112,7 milhões de euros se referem a impostos indiretos, com especial incidência no IMT, que assume particular relevância na estrutura fiscal do Município.

Na rubrica **“Transferências e Subsídios”**, os rendimentos, são os provenientes de transferências correntes ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, do Fundo Social Municipal (FSM), da participação variável no IRS, das transferências de competências previstas na Lei n.º 50/2018 e da participação no IVA.

A rubrica **“Rendimentos Financeiros”** resultantes maioritariamente de juros provenientes de aplicações financeiras e depósitos bancários.

A rubrica **“Outros Rendimentos”** refletindo sobretudo a reversão de imparidades de clientes e de existências, bem como os efeitos associados às provisões constituídas para processos judiciais. Adicionalmente, a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) originou um rendimento relevante que, embora reconhecido nesta rubrica, não integra o desempenho das atividades operacionais principais, por se tratar de resultados provenientes de entidades participadas. Incluem-se ainda nesta rubrica os ganhos resultantes da alienação de ativos e as regularizações contabilísticas relativas a exercícios anteriores, contribuindo positivamente para o resultado económico do período.

Os gastos não incorporados no montante de 17,7 milhões de euros representam uma parcela residual do total dos gastos. Estes gastos distribuem-se pelas rubricas de Gastos Gerais de Funcionamento, Transferências e Subsídios Concedidos, Gastos Financeiros e Outros Gastos.

A rubrica **“Gastos Gerais de Funcionamento”**, incluem designadamente as imparidades de clientes e de existências, os diferimento do subsídio ao investimento e correções de exercícios anteriores.

A rubrica **“Gastos Financeiros”** englobam os juros de empréstimos.

Na rubrica **“Outros Gastos”**, destaca-se a contabilização das provisões de processos judiciais, bem como as menos-valias decorrentes da alienação de ativos tangíveis. Adicionalmente, a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) originou um gasto reconhecido nesta

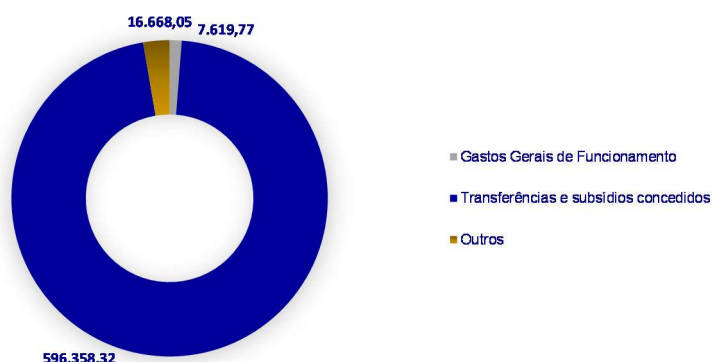
rubrica que, embora contabilizado como tal, não se relaciona com o desempenho das atividades operacionais principais, por resultar da variação de resultados de entidades participadas.

8.3. GASTOS AMBIENTAIS

A Norma de Contabilidade Pública 27 estabelece para os gastos ambientais no parágrafo 38 que a informação sobre a gestão ambiental deve permitir que se identifique se existe uma política de redução de custos ambientais efetivos para melhorar o desempenho ambiental, procurando-se com esta informação melhorar a imagem da entidade pública que relata, face aos *stakeholders*, tais como clientes, utentes, comunidades locais, empregados, Governo e fornecedores.

Na área ambiental os valores são maioritariamente considerados como investimentos/ativo não sendo refletidos em contabilidade analítica.

Figura 28. Gastos ambientais



No ano de 2025, o Município registou 620,6 mil euros em gastos ambientais, refletindo o compromisso com políticas de sustentabilidade e mitigação do impacto ambiental. Estes gastos incluem despesas diretamente orientadas para a redução dos efeitos ambientais adversos, destacando-se o contrato-programa no âmbito do Pacto do Porto para o Clima e da Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com Impacto Neutro no Clima”, iniciativas que visam acelerar a transição climática e promover soluções urbanas mais sustentáveis. Este contrato contribui de forma direta para a proteção ambiental e para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Município do Porto.

8.4. RESULTADOS ECONÓMICOS

Quadro 35. Resultado líquido do período

Un.: euros	
Designação	2025
Rendimentos Diretos	101 720 951,03
Rendimentos Gerais	314 674 699,98
Total Rendimentos	416 395 651,01
Gastos Incorporados	-330 608 455,98
Gastos não Incorporados	-17 722 019,87
Total Gastos	-348 330 475,85
Resultado Líquido do Período	68 065 175,16

A demonstração de resultados procura apresentar o resultado líquido do período atendendo à classificação dada na contabilidade de gestão aos rendimentos e gastos, conforme estejamos perante gastos/rendimentos incorporados ou não incorporados. Deste modo, o quadro apresentado, mostra o resultado líquido do período no montante de 68.065.175,16 euros coincidente com o resultado da posição financeira do Município.

O sistema baseia-se na combinação da unidade orgânica consumidora com a atividade em desenvolvimento gerando o centro de custo (gasto). Para os rendimentos diretos, a estrutura assenta na tipologia da receita dos Serviços Emissores com atividades, e para os rendimentos gerais concorre toda a restante receita não decorrente da atividade, gerando o centro de resultados.

No tocante aos rendimentos designados como diretos, estes são decorrentes da atividade própria do Município. Os rendimentos gerais são os que não podem ser especificamente identificados e que vão diretamente a resultados.

Quadro 36. Mapa de Distribuição de Gastos e Rendimentos por Unidade Orgânica

Atividades	Gastos Diretos					Gastos Indiretos					Total dos Rendimentos diretos					Total dos Rendimentos Diretos (2)	Resultados do Período (3)=(2)-(1)
	Pessoal	Matérias consumidas	Gastos gerais de funcionamento	Transferências e subsídios concedidos	Outros	Gastos gerais de funcionamento	Transferências e subsídios concedidos	Outros	Total dos Gastos Incorporados (1)	Impostos e taxas	Venda de bens e serviços	Transferências e subsídios obtidos	Outros				
Asssembleia	147 124,08	0,00	5 469,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152 592,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-152 592,27	
Executivo	1 521 771,05	0,00	24 849 727,91	15 549 107,26	12 279,39	0,00	0,00	0,00	41 932 886,11	0,00	71 991,26	2 106 006,08	0,00	2 177 999,94	-39 754 886,17	6,42	
DMP	1 739 836,94	0,00	1 869 690,62	30,00	26 853,78	0,00	0,00	0,00	3 636 411,34	0,00	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 636 404,92	
DMFR	3 493 168,44	0,00	7 980 933,27	48 475 888,62	98 264,04	0,00	428 452,43	20 966,34	60 497 673,14	150 841,18	7 297 570,10	90 853,23	8 434 962,67	15 974 257,18	-44 523 415,96	-4 507 390,83	
DMGPO	4 066 959,25	0,00	439 943,77	1 538,00	349,81	0,00	0,00	0,00	4 507 390,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 507 390,83	
DMCP	8 740 270,20	0,00	14 386 668,52	677 565,58	315 685,78	0,00	5 936,36	24 125 778,44	670,67	81 964,89	519 472,57	2 497,37	604 605,50	-23 521 172,94			
DMM	7 373 739,49	160 552,08	21 130 693,16	5 069 836,75	647 120,46	0,00	73 857,03	34 455 798,97	2 655 681,61	1 732 327,83	2 241 616,77	6 938 546,32	13 568 172,53	-20 887 626,44			
DMDU	7 190 021,64	0,00	2 539 266,71	14 474,88	358 697,08	0,00	1 489,70	10 103 950,01	22 756 342,95	101 154,21	1 065 701,49	0,00	23 923 198,65	13 819 248,04			
DMSI	2 442 326,35	0,00	4 972 548,63	0,00	0,00	0,00	0,00	7 414 874,98	0,00	0,00	4 444,50	0,00	4 444,50	-7 410 430,48			
PM	14 844 881,93	0,00	3 979 163,40	19 442,79	405 789,07	0,00	41 631,90	19 290 909,09	0,00	1 104 786,53	0,00	82 795,25	1 187 578,78	-18 103 330,31			
RSBP	10 887 604,77	0,00	1 630 208,80	113 358,00	237 873,75	0,00	10 165,95	12 879 211,27	14 256,00	38 504,82	42 078,54	0,00	84 839,36	-12 784 371,91			
DMSJ	2 365 874,92	0,00	800 208,57	0,00	384,00	0,00	433,74	3 166 901,23	0,00	9 542,20	0,00	0,00	9 542,20	-3 157 359,03			
DME	25 795 857,95	0,00	15 118 663,39	112 590,48	976 855,52	0,00	1 335,44	42 006 332,78	0,00	1 898 794,61	632 777,26	0,00	2 531 541,87	-38 474 790,91			
DMTI	753 525,56	404,85	1 657 886,14	152 540,77	432 987,57	0,00	61,49	12,10	3 267 428,48	31 735 569,88	0,00	0,00	31 735 569,88	-28 487 931,40			
DMF	3 212 711,37	0,00	275 181,68	1 813,64	75 878,26	0,00	0,00	393,30	3 565 978,15	853 167,12	24 958,12	0,00	878 125,24	-2 087 852,91			
DMS	2 616 810,93	0,00	3 272 181,69	984 330,56	215 936,12	0,00	0,00	7 089 259,30	-243,90	84 932,06	0,00	84 688,16	-7 004 571,14				
DMSM	3 330 052,14	0,00	839 805,45	1 937,30	81 051,14	0,00	0,93	2 621,35	4 255 268,91	29 287,18	21 295,00	1 011,00	0,00	51 593,18	-4 203 675,73		
DMPSCVJ	2 007 727,15	0,00	3 796 444,97	65 896,34	109 974,94	0,00	0,00	5 979 143,40	0,00	213 887,50	3 187,80	217 075,30	-5 762 068,10				
SMP	1 286 221,80	0,00	155 327,03	953,91	38 946,00	0,00	0,00	1 481 448,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 481 448,74			
DMPGA	3 592 936,65	0,00	1 532 972,28	603 955,90	116 914,76	0,00	0,00	60 135,26	5 906 914,85	1 797 901,68	538 615,46	23 704,55	3 087,00	2 363 308,69	-3 543 606,16		
DMEVGI	10 467 124,21	234 465,27	11 595 764,76	2 610 796,08	904 876,50	0,00	4 087,14	25 417 113,96	179 203,12	399 212,52	436 388,81	1 014 816,65	-24 402 297,31				
DMEC	916 318,23	0,00	1 258 703,22	180 346,76	51 487,66	0,00	0,00	2 406 854,87	0,00	19 696,63	0,00	0,00	19 696,63	-2 387 156,24			
DMPD	163 908,11	0,00	62 955,31	0,00	0,00	0,00	0,00	226 863,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-226 863,42			
DMEP	3 502 056,43	191 964,09	857 331,14	3 801,54	157 752,21	0,00	0,00	135 218,36	4 848 163,76	4 633 419,62	107 952,00	394 247,83	110 202,30	5 245 821,75	-397 657,99		
DMAE	1 209 951,97	0,00	721 557,43	5 903,26	55 895,02	0,00	0,00	1 993 307,68	26 949,78	0,00	7 328,84	0,00	34 278,62	-1 959 029,06			
Total	123 689 782,16	687 386,29	125 997 696,04	74 646 102,42	4 921 033,36	0,00	428 514,85	357 940,86	330 608 455,98	64 833 080,79	13 029 203,75	7 846 973,97	16 011 692,62	101 720 951,03	-228 887 504,95		
Gastos não incorporados (4)																	17 722 019,87
Gastos gerais de funcionamento																	11 073 868,40
Transferências e subsídios concedidos																	1 249 545,10
Gastos financeiros																	228 595,63
Outros																	5 171 940,54
Rendimentos gerais (6)																	314 674 699,98
Impostos e taxas																	209 551 663,95
Transferências e subsídios obtidos																	69 040 681,42
Rendimentos financeiros																	1 987 225,67
Outros																	34 095 128,94
Resultado Líquido do Período (6)=(5)-(4)+(3)																	68 065 175,16

Relatório de Gestão 2025

— Demonstrações
Financeiras e Anexo

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2025

Un.:euros				
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		31-12-2025	31-12-2024	31-12-2024
		REEXPRESSO		
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	1 591 670 968,18	1 562 899 363,78	1 562 899 363,78
Propriedades de investimento	8	44 180 354,69	39 624 196,08	39 624 196,08
Ativos intangíveis	3	4 371 988,12	4 249 061,61	4 249 061,61
Participações financeiras	18,22	315 561 347,32	295 522 619,38	178 167 218,25
Outras contas a receber	24	1 200 000,00	3 700 000,00	3 700 000,00
		1 956 984 658,31	1 905 995 240,85	1 788 639 839,72
Ativo corrente				
Inventários	10	1 186 425,89	372 695,30	372 695,30
Ativos biológicos	11	100 701,99	323 852,23	323 852,23
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18,23	2 071 342,28	5 795 246,94	5 795 246,94
Clientes, contribuintes e utentes	18,24	19 166 452,05	26 546 291,31	26 546 291,31
Estado e outros entes públicos	26	461,93		
Outras contas a receber	18,25	147 823 462,84	141 877 638,37	141 877 638,37
Diferimentos	27	787 467,81	943 896,67	943 896,67
Caixa e depósitos	1	103 543 461,89	49 958 710,88	49 958 710,88
		274 679 776,68	225 818 331,70	225 818 331,70
	Total do Ativo	2 231 664 434,99	2 131 813 572,55	2 014 458 171,42
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	28	1 114 466 897,57	1 114 466 897,57	1 114 466 897,57
Reservas	28	20 629 198,92	17 161 954,82	17 161 954,82
Resultados transitados	28	529 457 016,16	447 856 755,77	346 223 977,12
Ajustamentos em ativos financeiros	28	9 831 868,28	9 808 973,85	
Outras variações no Património Líquido	28	383 466 021,60	361 092 216,66	361 092 216,66
Resultado líquido do período		68 065 175,16	75 258 530,65	69 344 882,01
	Total do Património Líquido	2 125 916 177,69	2 025 645 329,31	1 908 289 928,18
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	11 338 476,74	10 356 658,78	10 356 658,78
Financiamentos obtidos	7,18	5 566 843,91	6 803 920,33	6 803 920,33
Diferimentos	27	39 646 507,31	37 668 618,73	37 668 618,73
Outras contas a pagar	18,31	9 180 228,39	9 180 228,39	9 180 228,39
		65 732 056,35	64 009 426,23	64 009 426,23
Passivo corrente				
Fornecedores	18,29	7 776,55	213 144,57	213 144,57
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18,3	533 780,35	1 959 283,91	1 959 283,91
Estado e outros entes públicos	18,26	2 391 423,94	2 401 223,28	2 401 223,28
Financiamentos obtidos	7,18	1 237 076,40	1 237 076,40	1 237 076,40
Fornecedores de investimentos	18,29	1 000,00	34 154,83	34 154,83
Outras contas a pagar	18,31	30 563 239,77	30 710 257,71	30 710 257,71
Diferimentos	27	5 281 903,94	5 603 676,31	5 603 676,31
		40 016 200,95	42 158 817,01	42 158 817,01
	Total do Passivo	105 748 257,30	106 168 243,24	106 168 243,24
Total do Património Líquido e Passivo		2 231 664 434,99	2 131 813 572,55	2 014 458 171,42

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

2. Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2025

Un.:euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		31-12-2025	31-12-2024	31-12-2024
		REEXPRESSO		
Impostos, contribuições e taxas	14	270 064 489,20	245 947 211,12	245 947 211,12
Vendas	13	79 933,38	38 016,47	38 016,47
Prestações de serviços e concessões	13	12 949 270,37	13 004 554,86	13 004 554,86
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	64 203 954,02	67 694 050,74	67 694 050,74
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13,14	11 211 434,61	7 422 536,61	1 508 887,97
Variação de inventários da produção	10	436 388,81		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10,11	-587 386,29	-263 518,99	-263 518,99
Fornecimentos e serviços externos	32	-74 807 470,03	-71 256 676,54	-71 256 676,54
Gastos com pessoal	33	-120 372 225,00	-112 104 279,69	-112 104 279,69
Transferências e subsídios concedidos	34	-74 631 157,86	-68 486 784,84	-68 486 784,84
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	25 950,02	-23 507,11	-23 507,11
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-2 013 757,98	3 667 772,05	3 667 772,05
Provisões (aumentos/reduções)	15	-981 817,96	14 247 019,81	14 247 019,81
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		449 519,97	-29 017,07	-29 017,07
Aumentos / reduções de justo valor	11	35 377,23	65 637,32	65 637,32
Outros rendimentos	13,14	49 438 952,19	44 496 761,77	44 496 761,77
Outros gastos	35	-9 269 669,74	-15 423 041,70	-15 423 041,70
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		126 231 784,94	128 996 734,81	123 083 086,17
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-59 408 816,54	-55 741 935,41	-55 741 935,41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		66 822 968,40	73 254 799,40	67 341 150,76
Juros e rendimentos similares obtidos	13	1 468 772,59	2 397 346,80	2 397 346,80
Juros e gastos similares suportados	36	-226 565,83	-393 615,55	-393 615,55
Resultados antes de impostos		68 065 175,16	75 258 530,65	69 344 882,01
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período		68 065 175,16	75 258 530,65	69 344 882,01
		68 065 175,16	75 258 530,65	69 344 882,01

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

3. Demonstração individual das alterações no património líquido no período findo em 31 de dezembro de 2025

Un. euros

Descrição	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Realizado	Outros instrumentos do património líquido	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 31 de dezembro de 2024:	(1)	1 114 466 897,57	0,00	17 161 954,82	0,00	0,00	346 223 977,12	0,00	0,00	361 092 216,66	69 344 882,01	1 908 289 928,18		1 908 289 928,18
Ajustes por mudanças de políticas	(2)						101 632 778,65	9 808 973,84			5 913 648,64	117 355 401,13		117 355 401,13
Posição em 31 de dezembro de 2024 (Reexpresso):	(3)=(2)+(1)	1 114 466 897,57	0,00	17 161 954,82	0,00	0,00	447 856 755,77	9 808 973,84	0,00	361 092 216,66	75 258 530,65	2 025 645 329,31	0,00	2 025 645 329,31
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	(4)													0,00
Posição no início do período, a 1 de janeiro de 2025:	(5)=(3)+(4)	1 114 466 897,57	0,00	17 161 954,82	0,00	0,00	447 856 755,77	9 808 973,84	0,00	361 092 216,66	75 258 530,65	2 025 645 329,31	0,00	2 025 645 329,31
Alterações no período:														
Eleitos de transição para o SNC-AP	5													0,00
Alterações de políticas contabilísticas							15 722 622,48	-9 808 973,84			-5 913 648,64			
Aplicação do resultado líquido do período anterior	28			3 467 244,10			65 877 637,91				-69 344 882,01			0,00
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital	14									18 840 563,78		18 840 563,78		18 840 563,78
Correção de erros materiais														
Subscrições de prémios de emissão														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	14							9 831 868,28		3 533 241,16		13 365 109,44		13 365 109,44
	(6)	0,00	0,00	3 467 244,10	0,00	0,00	81 600 260,39	22 894,44	0,00	22 373 804,94	-75 258 530,65	32 205 673,22	0,00	32 205 673,22
Resultado Líquido do Período	(7)										68 065 175,16	68 065 175,16		68 065 175,16
Resultado Integral	(8)=(6)+(7)										-7 193 355,49	100 270 848,38	0,00	100 270 848,38
Operações com detentores de capital no período:														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	(9)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição em 31 de dezembro de 2025:	(10)=(5)+(6)+(7)+(9)	1 114 466 897,57	0,00	20 629 198,92	0,00	0,00	529 457 016,16	9 831 868,28	0,00	383 466 021,60	68 065 175,16	2 125 916 177,69	0,00	2 125 916 177,69

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

1. Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2025

Un.:euros

011.000.00

Rubricas	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</u>			
Recebimentos de clientes		12 624 149,09	11 873 192,16
Recebimentos de contribuintes		269 877 541,56	227 182 213,36
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		73 378 154,08	62 296 721,29
Recebimentos de utentes		8 094 845,72	5 565 183,77
Pagamentos a fornecedores		-79 691 304,69	-73 819 049,90
Pagamentos ao pessoal		-118 784 782,15	-110 808 700,51
Pagamentos de transferências e subsídios		-87 434 155,86	-77 826 136,31
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerado pelas operações		78 064 447,75	44 463 423,86
Outros recebimentos / pagamentos		12 995 473,17	5 121 735,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		91 059 920,92	49 585 159,66
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-83 091 149,83	-84 500 650,35
Ativos intangíveis		-1 493 323,07	-1 317 317,37
Investimentos financeiros		-330 138,39	-7 412 126,77
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		21 570 659,45	17 154 966,81
Investimentos financeiros		340 082,98	347 709,39
Subsídios ao investimento		25 441 378,61	8 601 473,69
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1 598 711,56	2 252 502,55
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-35 963 778,69	-64 873 442,05
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-1 237 076,42	-1 237 076,32
		-274 314,80	-473 055,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 511 391,22	-1 710 132,03
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		53 584 751,01	-16 998 414,42
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		49 958 710,88	66 957 125,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		103 543 461,89	49 958 710,88
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		49 958 710,88	66 957 125,30
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		49 958 710,88	66 957 125,30
De execução orçamental		44 433 014,06	60 324 285,57
De operações de tesouraria		5 525 696,82	6 632 839,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período		103 543 461,89	49 958 710,88
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	1	103 543 461,89	49 958 710,88
De execução orçamental		98 121 302,78	44 433 014,06
De operações de tesouraria		5 422 159,11	5 525 696,82

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

No cumprimento do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que estabelece o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e em conformidade com os requisitos de divulgação previstos na Norma de Contabilidade Pública 1, apresentam-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas adotadas, bem como outras informações explicativas consideradas relevantes para assegurar uma compreensão rigorosa e fundamentada das demonstrações financeiras relativas ao período de relato.

Em conformidade com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos das demonstrações de contas consolidadas são apresentados em momento próprio e distinto. A informação de desempenho é complementada pelo Relatório de Prestação de Contas de 2025 e pelo Relatório de Sustentabilidade, que o Município tem vindo a desenvolver com base numa análise de materialidade alinhada com as melhores práticas internacionais.

O Município acompanha as metodologias de referência em matéria de reporte de sustentabilidade, assegurando que os seus relatórios são elaborados de acordo com as diretrizes mais recentes da Global Reporting Initiative (GRI), na versão GRI Standards, e em conformidade com os requisitos da norma ISO 37120 – Desenvolvimento Sustentável de Comunidades. Esta norma integra um conjunto de indicadores que permitem avaliar o desempenho económico, social e ambiental dos serviços urbanos, bem como monitorizar a qualidade de vida.

No âmbito do seu compromisso com a Agenda 2030 das Nações Unidas, o Município assume como prioridade a contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial enfoque no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Assim, o Relatório de Sustentabilidade integra uma secção específica dedicada ao acompanhamento dos progressos e iniciativas municipais que concorrem para este objetivo, reforçando a transparência e a prestação de contas perante a comunidade.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras requer um conjunto de divulgações, as quais, passamos a apresentar:

Conforme definido na NCP 1, as notas são apresentadas considerando a sequência numérica indicada no “Modelo de notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras” incluído na referida norma.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas, mantendo-se, contudo o número de ordem das que forem utilizadas, conforme definido na NCP 1 até à nota 22, e na medida em que a numeração tem correspondência com o número da respetiva NCP.

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Na adoção pela primeira vez deste referencial contabilístico, o Município preparou no exercício anterior, o balanço de abertura com referência à data de início da transição, 1 de janeiro de 2020. Neste processo de transição foi necessário:

- i) reconhecer todos os ativos e passivos, cujo reconhecimento seja exigido pelas NCP;
- ii) reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas NCP;
- iii) reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) numa categoria, mas de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- iv) aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP foram reconhecidos no saldo de resultados transitados com referência a 1 de janeiro de 2020. A IPSAS 33.36 estabelece um “período de transição opcional de três anos” durante o qual, na adoção pela primeira vez e em situações fundamentadas e divulgadas, pode estar isento de reconhecer e / ou mensurar ativos ou passivos específicos no período de três anos após a data de início da adoção do novo normativo. De acordo com a IPSAS 33.38, quando se encontram reconhecidos os ativos e / ou passivos, não é necessário alterar políticas contabilísticas no que diz respeito à mensuração até expirar o referido período.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação que contribua para reforçar a otimização de recursos internos, o Município tem trabalhado para aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

A implementação da contabilidade de gestão é um processo recente, é apresentada numa base simplificada atenta à elevada complexidade do Município quer a nível da dimensão quer da diversidade das atividades desenvolvidas. O município com base nesta implementação tem margem suficiente para evoluir nos próximos anos e usar a contabilidade de gestão, para apoiar os processos internos (vertente interna) e contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas (vertente externa).

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

A informação detalhada da entidade encontram-se no final do relato do anexo às demonstrações financeiras, “Caraterização da entidade” e o organograma do Município está disponível no seguinte sítio da internet: www.cm-porto.pt/estrutura-orgânica.

Designação da entidade: MUNICÍPIO DO PORTO

Endereço Postal: Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto

NIF: 501 306 099

Regime financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Período de relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública

Designação da entidade consolidante: MUNICÍPIO DO PORTO

Sede da entidade consolidante: Praça General Humberto Delgado, 4049 - 001 Porto

Recursos Humanos: O número de efetivos, em 31.12.2025 totaliza 4.441, distribuído conforme quadro infra.

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género:

Balanço social

Rubrica	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total Efetivos	M	5	36	311	167	768	313	55	180	71	1 906
	F	6	87	767	587	1 002	0	24	8	54	2 535
	T	11	123	1 078	754	1 770	313	79	188	125	4 441
Comissão de Serviço	M	5	36	0	0	0	1	0	180	5	227
	F	6	87	0	1	0	0	0	8	3	105
	T	11	123	0	1	0	1	0	188	8	332
CTFP por tempo indeterminado	M	0	0	249	167	759	311	55	0	66	1 607
	F	0	0	629	562	905	0	24	0	51	2 171
	T	0	0	878	729	1 664	311	79	0	117	3 778
CTFP a termo resolutivo certo	M	0	0	56	0	4	0	0	0	0	60
	F	0	0	109	7	59	0	0	0	0	175
	T	0	0	165	7	63	0	0	0	0	235
CTFP a termo resolutivo incerto	M	0	0	6	0	4	0	0	0	0	10
	F	0	0	28	17	36	0	0	0	0	81
	T	0	0	34	17	40	0	0	0	0	91
Outra	M	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
	F	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3
	T	0	0	1	0	3	1	0	0	0	5
Representação Percentual	M	0,11%	0,81%	7,00%	3,76%	17,29%	7,05%	1,24%	4,05%	1,60%	42,92%
	F	0,14%	1,96%	17,27%	13,22%	22,56%	0,00%	0,54%	0,18%	1,22%	57,08%
	T	0,25%	2,77%	24,27%	16,98%	39,86%	7,05%	1,78%	4,23%	2,81%	100,00%

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui as Normas de Contabilidade Pública (NCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal até final de abril, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025. A informação financeira

comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025 foi preparada de acordo com o SNC-AP.

No presente exercício, o município procedeu à primeira aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para o reconhecimento e mensuração dos seus interesses financeiros em entidades do grupo, associadas ou empreendimentos conjuntos, em conformidade com os requisitos estabelecidos na NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Esta alteração de política contabilística tem como objetivo reforçar a fiabilidade e relevância da informação financeira, assegurando que os interesses financeiros são reconhecidos pelo valor correspondente à proporção detida nos capitais próprios das entidades participadas.

Em conformidade com o disposto na NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros, a presente alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, tendo sido reexpressas as demonstrações financeiras do período comparativo apresentado. A aplicação do método da equivalência patrimonial implicou:

1. O ajustamento da quantia escriturada das participações financeiras, refletindo a quota-parte do Município relativa à entidade participada, aumentando desse modo o valor do ativo;
2. O reconhecimento, nos resultados do período, da quota-parte do Município no resultado da entidade participada;
3. O reconhecimento de outras variações na participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em ativos financeiros, aumentando desse modo o Património líquido;
4. Ajustamento em resultados transitados referente aos anos anteriores em que não foi reconhecido o MEP.

De referir, porém, que no contexto da aplicação do MEP, não foi realizada a harmonização de critérios contabilísticos com as entidades que não aplicam o SNC-AP, designadamente com a CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M., a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA e a Associação Porto Digital.

As demonstrações financeiras agora apresentadas incorporam os efeitos decorrentes desta alteração, incluindo os ajustamentos ao balanço de abertura e às demonstrações comparativas, devidamente divulgados nas notas.

Para além do referido, não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade:

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as NCP previstas no SNC-AP.

Contudo, em 2025, foi efetuada pela primeira vez, desde a implementação do SNC-AP, a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), o que implicou a reexpressão dos valores relativo ao exercício de 2024.

A aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) no âmbito do SNC AP permite assegurar que a informação financeira apresentada pela entidade é comparável entre períodos. Ao reconhecer a quota parte que detém nos resultados e nos capitais próprios das participadas, a entidade passa a refletir de forma mais fiável o valor económico do Município e passe a representar a evolução real da posição dos capitais detidos.

A natureza desta reclassificação pela aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) resulta da necessidade de ajustar o investimento para que este passe a refletir a quota parte da entidade nos capitais próprios da participada, deixando de estar mensurado ao custo.

Quando o MEP é aplicado pela primeira vez, o valor anteriormente registado ao custo é ajustado para incorporar a participação proporcional nos resultados acumulados e noutras componentes do capital próprio da participada, o que implica uma reclassificação interna entre rubricas de investimento, resultados e capital próprio.

A razão da reclassificação associada à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no âmbito do SNC AP decorre da necessidade de assegurar que o investimento deixa de refletir apenas o valor de aquisição e passa a representar a participação efetiva da entidade nos capitais próprios da participada.

Para o efeito, apresenta-se o seguinte quadro que resume a quantias reclassificadas:

Rubrica	2024	Ajustamento	Un.:euros
			2024 Reexpresso
Participações Financeiras	178 167 218,25	117 355 401,13	295 522 619,38
Resultados transitados	346 223 977,12	101 632 778,65	447 856 755,77
Ajustamentos em ativos financeiros		9 808 973,85	9 808 973,85
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1 508 887,97	5 913 648,64	7 422 536,61
	347 732 865,09	117 355 401,14	465 088 266,22

1.3 - Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Município apresentava os seguintes valores de caixa e de depósitos bancários:

Conta	Un.:euros	
	31-12-2025	31-12-2024
Caixa		
Caixa Central	21 785,50	2 548,93
Serviço Emissor de Cobrança	209 223,59	230 264,51
Fundos de caixa	2 985,00	2 865,00
Depósitos bancários à ordem	98 588 746,39	44 204 718,15
Depósitos de garantias e cauções	4 720 721,41	5 518 314,29
	103 543 461,89	49 958 710,88

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a retenções em numerário e depósitos bancários para garantia da boa execução dos contratos, no âmbito das obras de urbanização e seu licenciamento e contratação pública.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município, exceto no que respeita às participações financeiras reconhecidas através da aplicação do MEP, e ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que sejam formulados julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados no ponto - Principais fontes de incerteza das estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel e fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi apresentada em observação ao período anterior para as quantias reportadas nas demonstrações financeiras, tendo sido reexpressa sempre que afetada pela aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Os ajustamentos efetuados refletem

exclusivamente os impactos decorrentes da adoção desta política contabilística, garantindo a comparabilidade e a consistência da informação entre períodos.

Respeitando o Princípio de Continuidade, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo. Em face de eventuais alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas tendo por base:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe que tenha sido reclassificada;
- O motivo da reclassificação.

Consistência da apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas «Outras contas a receber», «Outras contas a pagar» ou «Diferimentos».

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais políticas contabilísticas:

Ativos intangíveis (NCP3)

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Nos ativos intangíveis gerados internamente, as despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Nos ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que é adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Município necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Acordos de concessão de serviços: Concedente (NCP4)

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32), constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que *“The grantor controls or regulates what services the operator must provide with the asset, to whom it must provide them, and at what price”*, o guia de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

(a) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do *“passivo financeiro”*), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;

(b) compensar o concessionário por outro meio (o modelo do “*atribuição de um direito ao concessionário*”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação (“*modelo misto*”), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de *revenue sharing*, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

Ativos fixos tangíveis (NCP5)

A avaliação dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2000 (data de transição para o POCAL) foi realizada da seguinte forma:

- i) os bens imóveis, bens do domínio público e outras infraestruturas foram registados de acordo com o método do custo ou método de mercado;
- ii) nos restantes bens móveis, utilizou-se como regra, o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor;
- iii) nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2001 até 1 de janeiro de 2020 (data de transição para SNC-AP) encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. Já nos restantes ativos fixos tangíveis, adquiridos através de uma transação sem contraprestação, a sua mensuração foi realizada através de uma avaliação segundo critérios técnicos que se adequavam à natureza desses ativos,

por entidades externas certificadas, ou através do VPT, e ainda internamente pela Comissão Municipal de Avaliação.

Após 1 de janeiro de 2020, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos decorrentes de transações sem contraprestação encontram-se registados pelo seu VPT ou pelo justo valor.

As despesas com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos resultados por natureza nas rubricas de «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Locações (NCP6)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por natureza do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Neste particular, o Município não tem qualquer locação financeira.

Custo dos empréstimos obtidos (NCP7)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Considera-se que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

Capitalização de custos com empréstimos:

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de

empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Propriedades de investimento (NCP8)

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

A mensuração inicial destes ativos quando resultar de uma transação com contraprestação é realizada ao custo de aquisição. Ao invés, caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é o justo valor à data de aquisição.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

Imparidade dos ativos (NCP9)

A imparidade de um ativo reflete uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados por natureza na rubrica de «Perdas por imparidade».

A quantia recuperável é determinada pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

Inventários (NCP10)

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição. Caso contrário, são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido ou o custo de reposição corrente, sejam estes para distribuir sem, ou com, contrapartida, respetivamente.

O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que o Município espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários». Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado para os inventários é o do Custo Médio Ponderado.

Ativos Biológicos (NCP11)

Ativos biológicos são animais ou plantas vivos que resultam de uma atividade agrícola, a qual consiste na gestão por uma entidade, na transformação biológica e da colheita de ativos biológicos com o objetivo de os:

- i) vender;
- ii) distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica;
- iii) converter em produtos agrícolas ou ativos biológicos adicionais para vender ou distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica.

Um ativo biológico deve ser registado pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, exceto quando o justo valor não puder ser mensurado com fiabilidade, pois nesse caso, o mesmo deverá ser registado pelo seu custo deduzido de depreciações ou perdas por imparidade acumuladas.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP13 e NCP14)

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. Por outro lado, nas transações sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Neste âmbito, para se distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Estes rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Transferências e subsídios correntes obtidos:

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como

rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP15)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Nesse sentido, estes passivos são apenas divulgados nas notas anexas, não sendo registados na contabilidade.

Acontecimentos após a data de relato (NCP17)

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

Instrumentos financeiros (NCP18)

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo Município, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual: de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Município.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual: para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente vai depender das características dos ativos e passivos financeiros e

das políticas contabilísticas, podendo ser aplicados o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado, com exceção das participações financeiras controladas, as quais são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Créditos a receber:

Os créditos a receber são ativos financeiros, inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Benefícios dos empregados (NCP19)

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Benefícios a curto prazo dos empregados:

O Município reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

Benefícios pós-emprego - Planos de benefícios definidos:

As responsabilidades pós-emprego correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Município com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, sendo reconhecida para tal, uma provisão para responsabilidades com pensões.

Partes relacionadas (NCP20)

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Mensuração dos investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos (NCP21 e NCP 23)

Nos termos da NCP 21.10 e do número 1.3 do Manual de implementação, nas demonstrações financeiras separadas, uma entidade pode optar pela contabilização dos seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo, de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros, ou segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. O Município

mensura os seus investimentos em entidades controladas de acordo com o método da equivalência patrimonial, e as associadas e empreendimentos conjuntos ao custo.

2.3 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Município e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na Nota 2.

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que o órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i) Perdas por imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

ii) Provisões:

O Município analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

iv) Impostos a receber

A estimativa dos impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base nos seguintes pressupostos:

- a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do portal das finanças.
- b) Derrama: média da cobrança dos últimos 24 meses.
- c) Participação no IVA: como o rendimento de 2025 irá constar no Orçamento de Estado apenas em 2027, a estimativa foi realizada de acordo com a informação reportada através do mapa das transferências para os municípios inscrito no Orçamento de Estado para o ano de 2026.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o

valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras. Relativamente ao futuro mantem-se um cenário de incerteza face ao Conflito Armado na Ucrânia e no Irão, e o seu impacto na economia assim como o aumento da inflação e o impacto das políticas monetárias restritivas implementadas a nível mundial.

Não foram contudo identificadas pelo órgão de gestão situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível, o seu impacto na economia, qualquer outra alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.6 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciable, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

2.7 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 – Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada. O quadro seguinte resume por classe, o número de anos de vida útil esperada:

Rubrica	anos de vida útil
Programas de computador e sistemas de informação	1 a 5
Propriedade industrial e intelectual	1 a 5

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método da linha reta.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Un.:euros

Rubricas	31-12-2024				31-12-2025			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas	30 717 200,22	27 731 145,39		2 986 054,83	32 896 644,91	29 759 083,36		3 137 561,55
Propriedade industrial e intelectual	1 411 753,72	148 746,94		1 263 006,78	1 411 753,72	177 327,15		1 234 426,57
	32 128 953,94	27 879 892,33	0,00	4 249 061,61	34 308 398,63	29 936 410,51	0,00	4 371 988,12

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciação e amortização respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 2.056.518,18 euros.

e) Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Un.:euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Σ
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	2 986 054,83	2 152 262,96	27 181,73				-2 027 937,97			3 137 561,55
Propriedade industrial e intelectual	1 263 006,78						-28 580,21			1 234 426,57
	4 249 061,61	2 152 262,96	27 181,73	0,00	0,00	0,00	-2 056 518,18	0,00	0,00	4 371 988,12

A variação positiva verificada em 2025 justifica-se pelas novas adições do exercício, no montante de 2.152.262,96 euros, registadas na rubrica «Programas de computador e sistemas de informação», deduzidas das amortizações do período e acrescidas das transferências internas no valor de 27.181,73 euros.

No que respeita à coluna Transferências internas à entidade, foram objeto de transferência, entre outros, o projeto de software associado à aquisição de um novo sistema integrado para a base de dados Oracle e à plataforma de gestão do cadastro da rede de fibra ótica.

e.1) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes adições:

Un. euros

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Σ
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação		2 152 262,96								2 152 262,96
	0,00	2 152 262,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 152 262,96

As principais adições ocorridas em 2025, prendem-se fundamentalmente com aquisições e renovações de licenças de *software* e desenvolvimento de sistemas de informação.

Destacam-se, o contrato de manutenção aplicativos: manutenção e suporte do sistema de gestão documental e *workflow* PortoDoc, manutenção de atualização relativo ao licenciamento perpétuo de produtos Oracle, assistência técnica e manutenção corretiva e evolutiva do software SIG.

De realçar, a aquisição de novas licenças associadas: ao software da plataforma de gestão rede fibra ótica, aos serviços de manutenção do Licenciamento do Sistema de Gestão de Processos BPM K2 - Plataforma K2, aos serviços de manutenção e aquisição de licenças de software em regime de subscrição, ao abrigo do Microsoft Enterprise Agreement e Microsoft Open Value Subscription Education a subscrição de software de segurança e os desenvolvimentos do ERP financeiro “PRIMAVERA Public Sector”.

3.2 – Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis relevantes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Município detinha os seguintes ativos intangíveis que, individualmente, se apresentam como relevantes para as demonstrações financeiras:

Un.:euros

Descrição	Período de amortização remanescente (n.º de meses)	Ativo Líquido	
		31-12-2025	31-12-2024
ERP - Primavera	72	916 388,01	825 738,99
Software "Plataforma de Gestão e Cadastro da Rede de Fibra Ótica da Cidade do Porto" (Porto Digital)	12	864 276,08	550 313,92
Palácio São João Novo, antigo Museu de Etnografia e História/Museu de Etnologia (Reconhecimento do Direito)	577	816 000,00	833 000,00
Microsoft Enterprise Agreement (EA) - Licenciamento perpétuo	32	349 278,41	259 266,79
Constituição de Direito de Superfície a favor do MP pela UP, Parque Central da Asprela no Polo Universitário	512	284 480,91	291 161,48
Porto.doc - K2 Blackpearl & Smartforms Licensing (K2 BPM para 2000 utilizadores)	23	166 476,99	111 520,61
Constituição de Direito de Superfície a favor do Município pelo Estado Português (no âmbito do Centro Materno Infantil e Parceria e Antunes)	324	131 881,84	136 781,48
Sistema integrado para base de dados Oracle (SGBD Oracle), Appliance para BD Oracle	26	106 328,70	150 320,35

3.3 – Despesas de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como gasto durante o período

Durante o exercício de 2025, foi reconhecido como gasto do período o montante de 12.615,75 euros, respeitantes à aquisição de serviços de informática genéricos, que não se consubstanciam em pesquisa ou desenvolvimento dos atuais ativos intangíveis.

3.4 – Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso

Un.:euros

Descrição	Valor aquisição
Programas de Computador e Sistemas de Informação	21 342 259,65
Propriedade Industrial e Intelectual	66 815,99
	21 409 075,64

No que respeita aos programas de computador e *software*, está a decorrer um trabalho de reconciliação com os sistemas de informação do Município, no sentido de confirmar o abate de qualquer ativo intangível totalmente amortizado e que não gera benefícios económicos futuros, de modo a proporcionar uma informação mais fidedigna desta rubrica do ativo.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Em 31 de dezembro de 2025 o Município do Porto detinha os seguintes acordos enquadráveis em natureza de concessão de serviços:

Un.:euros

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato (ativos)	Rendas (recebidas até 31/12/2025)	Pagamentos ao concessionário		
						Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento SA	Parque de estacionamento sito na Praça D. João I (a)	01/12/2001 a 30/11/2021	516 716,85	2 061 727,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	ESLI - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praça D. João I (c)	13/11/2020 a 13/11/2040		3 413 702,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praça Lisboa	23/12/1988 a 26/08/2023	2 281 215,60	3 063 906,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praça do Infante D. Henrique (b)	15/10/2001 a 14/10/2021	389 385,96	853 415,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Admirable Avenue, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praça do Infante D. Henrique (c)	15/12/2021 a 15/12/2028		6 468 635,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	BRAGAPARQUES - Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praceta Adelino Amaro da Costa	23/10/2008 a 22/10/2028	1 520 351,89	716 841,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	ESLI - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque público de estacionamento subterrâneo do Amiz	14/11/2020 a 10/11/2041	9 241 685,14	21 371,00			
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	Eporto Estacionamentos Públicos do Porto S.A.	Lugares de estacionamento na via pública	01/03/2016 a 21/02/2029	3 220 140,77	44 855 059,00			
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A	Equipamento específico da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	22/12/2006 a 22/12/2026	42 730 964,49	126 876 649,00			
				59 900 460,70	188 331 305,00	0,00	0,00	0,00

a) De acordo com o Acordo de Entendimento de 31 de novembro de 2021, a data de início da exploração foi adiada por força da arbitragem atualmente em curso

b) Contrato de concessão terminado em 2021

c) Alteração de concessionário

Relativamente aos contratos de concessão acima identificados, correspondem todos a um modelo de atribuição de um direito ao concessionário.

Desde 2020 até 2022 o Município excecionava o contrato com a E-REDES ao qual se aplicou um “modelo misto”.

O concessionário utiliza os ativos de concessão de serviços para prestar um serviço público em nome do Município por um período de tempo contratualizado e o concessionário é remunerado pelos seus serviços durante o período de tempo do acordo de concessão (a E-Redes praticará no Município as tarifas de venda de energia elétrica em baixa tensão oficialmente fixadas de acordo com o preceituado no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de Julho). Em troca do ativo de concessão de serviços, o Município compensa o concessionário pelo ativo de concessão de

serviços ao dar ao concessionário o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, modelo de “atribuição de um direito ao concessionário”. A atividade concedida será exercida em regime de exclusivo, competindo apenas à concessionária o fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

Neste pressuposto do, modelo de atribuição de um direito, em contrapartida do ativo o Município reconhece um passivo como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o Município e o concessionário.

Nos termos da norma, o Município reconheceu um ativo de concessão de serviços, pelo cumprimento dos critérios:

- O concedente controlar ou regular os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço (por via do Regulador); e
- O concedente controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.
- Mensuração em espelho com a informação financeira prestada pela concessionária (valor líquido corresponde ao valor deduzido de participações);

Após o reconhecimento em 2020, anualmente o espelho financeiro é efetuado utilizando a informação previsional disponibilizada pela E-Redes, sendo reajustado, no período seguinte, de acordo com a informação financeira auditada da concessionária. Excecionalmente, em 2024, foi utilizada a informação definitiva, uma vez que esta foi disponibilizada em tempo útil.

Assim, apesar da Orientação técnica nº 1 aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva da CNC a 18 de fevereiro de 2025, foi entendimento do Município manter o reconhecimento, por considerar traduzir uma melhor imagem das contas, pelos motivos mencionados anteriormente.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 1 de janeiro de 2020 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios geralmente aceites até àquela data, deduzidos das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram registados da seguinte forma:

Mensurados ao custo:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação com contraprestação ou construídos para a própria entidade foram registados ao custo de aquisição ou de produção, respetivamente, líquidos das respetivas depreciações. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera vir a incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme o apropriado, somente quando é provável que os benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo poder ser mensurado com fiabilidade. Os custos de manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Mensurados ao justo valor:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação foram registados de acordo com o seu justo valor ou valor de mercado à data da transação, obtidos internamente segundo os critérios e as regras previstas no SNC-AP ou através do seu Valor Patrimonial Tributário (VPT):

Tipologia	Valor Escriturado	
	VPT	Justo Valor
Imóveis do Domínio Privado	3 554 910,00	
Móveis do Domínio Privado		52 735,67
	3 554 910,00	52 735,67

Un.:euros

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gasto do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. O quadro seguinte resume por classe o número de anos de vida útil esperada:

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	10 a 100
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos Biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8

d) Ativos fixos tangíveis e variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Un.euros								
Rubricas	31-12-2024				31-12-2025			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	76 306 757,25	25 828 403,01		50 478 354,24	76 115 721,98	25 828 403,01		50 287 318,97
Edifícios e outras construções	45 054 665,27	15 361 941,71		29 692 723,56	46 427 249,18	17 260 016,05		29 167 233,13
Infraestruturas	605 748 112,78	394 109 214,02		211 638 898,76	634 504 283,87	415 343 147,03		219 161 136,84
Património histórico, artístico e cultural	6 631 656,03	20 593,92		6 611 062,11	7 150 092,78	20 514,11		7 129 578,67
Outros bens de domínio público em curso	24 052 523,55			24 052 523,55	17 188 813,89			17 188 813,89
Ativos fixos em concessão								
Edifícios e outras construções	17 063 378,52	1 952 995,15		15 110 383,37	14 782 162,92	2 205 443,44		12 576 719,48
Infraestruturas	36 710 025,08	15 504 305,52		21 205 719,56	42 730 964,49	17 933 067,76		24 797 896,73
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	509 540 017,77	158 825,69		509 381 192,08	513 357 817,63	158 825,69		513 198 991,94
Edifícios e outras construções	936 406 822,12	415 643 704,14		520 763 117,98	983 148 430,86	441 573 330,57		541 575 100,29
Equipamento básico	32 522 482,40	24 273 188,08		8 249 294,32	37 377 767,21	27 047 856,94		10 329 910,27
Equipamento de transporte	16 754 081,26	12 305 436,84		4 448 644,42	13 757 044,38	9 845 143,11		3 911 901,27
Equipamento administrativo	9 737 796,57	8 768 615,75		969 180,82	9 897 151,97	8 797 210,87		1 099 941,10
Equipamentos biológicos	11 236,00	7 039,94		4 196,06	11 836,00	8 463,29		3 372,71
Outros	3 893 332,71	3 104 349,00		788 983,71	4 041 019,21	3 283 940,63		757 078,58
Ativos fixos tangíveis em curso	159 505 089,24			159 505 089,24	160 485 974,31			160 485 974,31
	2 479 937 976,55	917 038 612,77	0,00	1 562 899 363,78	2 560 976 330,68	969 305 362,50	0,00	1 591 670 968,18

Os ativos fixos tangíveis mais relevantes encontram-se detalhados no Anexo I às presentes demonstrações financeiras.

e) Ativos fixos tangíveis e quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Un. euros										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Variações					Quantia escriturada final
					Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Σ
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	50 478 354,24		-191 035,27							50 287 318,97
Edifícios e outras construções	29 692 723,56	15 493,25	-205 964,54				-1 898 074,34			27 604 177,93
Infraestruturas	211 638 898,76	4 961 847,54	23 788 056,40				-21 227 665,86			219 161 136,84
Património histórico, artístico e cultural	6 611 062,11	524 572,30	-6 055,74							7 129 578,67
Outros bens de domínio público em curso	24 052 523,55	25 091 855,58	-31 955 565,24							17 188 813,89
Ativos fixos em concessão										
Edifícios e outras construções	15 110 383,37						-970 608,69			14 139 774,68
Infraestruturas	21 205 719,56	6 020 939,41					-2 428 762,24			24 797 896,73
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	509 381 192,08	3 792 566,73	413 648,27						-388 415,14	513 198 991,94
Edifícios e outras construções	520 763 117,98	7 978 205,98	38 696 408,03				-25 376 272,80		-486 358,90	541 575 100,29
Equipamento básico	8 249 294,32	2 973 078,35	2 003 209,92				-2 889 487,76		-6 184,56	10 329 910,27
Equipamento de transporte	4 448 644,42	703 920,69	-5 594,55				-1 229 570,72		-5 498,57	3 911 901,27
Equipamento administrativo	969 180,82	325 593,06	31 042,01				-224 565,31		-1 309,48	1 099 941,10
Equipamentos biológicos	4 196,06	600,00					-1 423,35		0,00	3 372,71
Outros	788 983,71	92 381,11	93 443,71				-217 729,95		0,00	757 078,58
Ativos fixos tangíveis em curso	159 505 089,24	39 391 836,30	-38 410 951,23						0,00	160 485 974,31
	1 562 899 363,78	91 872 890,30	-5 749 358,23	0,00	0,00	0,00	-56 464 161,02	0,00	-887 766,65	1 591 670 968,18

No que respeita aos ativos fixos tangíveis, e relativamente ao ano de 2025, estes foram influenciados pelo reconhecimento definitivo de três escolas que, no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, ainda não se encontravam averbadas na matriz

predial. Em 2023, no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, deu-se nesse período o reconhecimento e mensuração dos equipamentos transferidos. Contudo, três dos dezoito equipamentos transferidos não se encontravam averbados à matriz, tendo sido considerada para efeitos de mensuração, naquela data, a melhor estimativa. Em 2025, com a conclusão do processo de inscrição e avaliação na matriz, procedeu-se ajustamento do contabilístico, que no montante de cerca de 3,4 milhões de euros, deduzido das respetivas depreciações.

Os aumentos verificados nos ativos fixos tangíveis explicam-se essencialmente pelas adições registadas nas rubricas de «Infraestruturas», no montante de 11.114.415,25 euros, de «Terrenos e recursos naturais», no valor de 3.626.764,59 euros, e «Edifícios e outras construções», no montante de 17.752.827,99 euros. Nestas duas últimas rubricas inclui-se o ajustamento relativo aos três equipamentos escolares resultante da transferência de competências na área da Educação, no valor de 3.359.389,95 euros, líquidos de depreciações. Acresce ainda o aumento registado na rubrica de «Outros ativos», no montante de 2.160.421,16 euros.

Os ativos fixos tangíveis em curso registaram uma diminuição de 5.882.824,59 euros, resultante da transferência de diversas empreitadas em curso para ativos fixos tangíveis.

e.1) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	Σ
Un.:euros											
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS											
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Edifícios e outras construções		15 493,25									15 493,25
Infraestruturas		4 961 847,54									4 961 847,54
Património histórico, artístico e cultural		524 572,30									524 572,30
Outros bens de domínio público em curso		25 091 855,58									25 091 855,58
Ativos fixos em concessão											
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas										6 020 939,41	6 020 939,41
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		2 733 454,19		1 059 112,54							3 792 566,73
Edifícios e outras construções		5 312 023,48		2 666 182,50							7 978 205,98
Equipamento básico		2 920 342,68		52 735,67							2 973 078,35
Equipamento de transporte		703 920,69									703 920,69
Equipamento administrativo		325 593,06									325 593,06
Equipamentos biológicos		600,00									600,00
Outros		92 381,11									92 381,11
Ativos fixos tangíveis em curso		39 391 836,30									39 391 836,30
	0,00	82 073 920,18	0,00	3 778 030,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 020 939,41	91 872 890,30

Quanto às adições ocorridas em 2025, destacam-se os incrementos registados na rubrica de «Edifícios e outras construções», no montante de 7.993.699,23 euros, valor que em parte resulta da aquisição de terrenos nas zonas das Eirinhas, do Pinheiro Grande e edifício da ANJE sito na Rua Paulo da Gama.

Registaram-se ainda incrementos na rubrica de «Infraestruturas» no total de 10.982.786,95 euros, nomeadamente, resultantes de obras em infraestruturas públicas e da atualização do valor do equipamento específico da rede de distribuição de energia elétrica de baixa tensão associado ao contrato de concessão com a E-REDES.

e.2) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes diminuições:

RUBRICAS	Diminuições					Un..euros
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Σ
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-351 227,77	-37 187,37				-388 415,14
Edifícios e outras construções	-68 831,04				-417 527,86	-486 358,90
Equipamento básico	-4 922,57				-1 261,99	-6 184,56
Equipamento de transporte					-5 498,57	-5 498,57
Equipamento administrativo					-1 309,48	-1 309,48
	-424 981,38	-37 187,37	0,00	0,00	-425 597,90	-887 766,65

Para as diminuições concorreram os movimentos de alienação, no montante de 424.981,38 euros, resultantes da alienação de ativos imóveis municipais.

5.2 – Depreciações reconhecidas nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos

Os gastos e reversões de depreciações respeitantes a ativos fixos tangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 56.464.161,02 euros.

5.3 – Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso

Un.:euros	
Tipo de Bem	Valor Inicial
Edifícios	50 915 879,17
Infraestruturas	137 924 152,05
Móveis	31 257 887,32
Outras Construções	6 587 521,13
Património histórico, Artístico e Cultural	15 679,77
Viaturas	4 849 290,20
	231 550 409,64

b) Ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação

Apesar de, em termos orçamentais, ter sido reconhecida a intenção de alienar ativos fixos tangíveis, entendeu-se por bem que não estavam ainda cumpridos todos os requisitos necessários à reclassificação destes ativos, na medida em que os procedimentos administrativos associados às hastas públicas ainda não estavam concluídos.

c) Ativos fixos tangíveis em curso

Apresenta-se seguidamente, os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31.12.2025, cujo valor contabilístico é superior a 1.000 000,00 euros. Ressalva-se que alguns bens já existiam e que foram ou estão a ser objeto de melhoramentos, reconstruções ou conservação substancial.

Por outro lado, alguns bens foram objeto de encerramento parcial, estando considerados em ativos fixos tangíveis.

		Un.:euros	
Descrição	31-12-2025	31-12-2024	
Mercado do Bolhão - Indemnizações	10 746 253,81	10 746 253,81	
Conservação e reabilitação de imóveis para arrendamento acessível	8 705 717,70	4 136 927,16	
Cerco do Porto	7 766 539,18	17 601 923,04	
Bom Pastor	6 702 536,98	5 007 905,33	
Falcão	6 055 424,08	7 038 194,54	
S. João de Deus	5 732 400,31	5 732 400,31	
Pasteleira	5 159 295,99	5 068 482,24	
Palácio dos Correios	4 772 588,73	4 384 155,55	
Programa Rua Direita - Grupo 1	4 398 566,53	5 839 441,64	
Lordelo Renda Acessível	4 221 393,92	80 283,17	
Mercado do Bolhão	4 079 788,29	4 086 504,72	
Eirinhas	3 739 401,87	242 648,34	
Engº Machado Vaz	3 681 918,45	3 694 599,78	
Paços do Concelho	2 699 148,28	2 530 523,58	
Santa Luzia	2 577 861,40	2 517 498,30	
Lagarteiro	2 230 247,79	2 161 050,24	
Complexo Desportivo Municipal / Campo Municipal de Campanhã - Construção	2 178 614,41	353 770,47	
Reservas dos museus municipais	2 023 752,40	2 018 276,40	
Oficinas da Câmara	1 874 719,65	1 570 615,87	
Construção, e renovação de infraestruturas de produção de energia renovável	1 794 571,80	251 950,10	
Outros edifícios municipais	1 648 733,06	1 436 055,30	
Colónia Operária Vterbo Campos	1 622 199,88	1 607 659,90	
BPMP - Biblioteca Municipal	1 568 470,01	1 366 381,98	
Esc. Sec. Alexandre Herculano - Arranjos	1 396 659,24	40 678,50	
Social da Arrábida	1 380 720,32	1 099 221,94	
Mercado do Bolhão - Equipamentos	1 347 489,87	1 347 489,87	
Aldoar	1 310 415,49	1 285 318,72	
Bairro da Maceda	1 305 388,06	1 062 612,83	
Rua Tomás Gonzaga, nº 16 a 38	1 261 844,34	903 113,29	
S. Roque da Lmeira	1 244 900,77	1 183 152,61	
Bairro da Tapada	1 191 451,16	434 158,39	
Condomínhas	1 153 825,54	1 186 914,58	
	107 572 839,31	98 016 162,50	

Nota 6 – Locações

6.1 - Locações operacionais – locatários

		Un.:euros							
BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Imóveis	21 334 994,17	1 996 625,18		9 439 341,94		2 030 487,37	7 868 539,68		9 899 027,05
Veículos automóveis	15 525 699,06	2 509 639,17		3 482 979,13		3 130 664,03	6 402 416,73		9 533 080,76
Outro equipamento operacional	1 123 400,64	700 738,47		95 835,55		215 866,90	97 358,76		313 225,66
Contentores	574 302,16	85 090,74		446 727,11		42 484,31	0,00		42 484,31
	38 558 396,03	5 292 093,56	0,00	13 464 883,73	0,00	5 419 502,61	14 368 315,17	0,00	19 787 817,78

Face ao elevado número de contratos de locação operacional nos quais o Município é o locatário, no apuramento dos valores apresentados no quadro anterior, foram considerados apenas os contratos mais relevantes e cuja amostra é representativa dos montantes envolvidos. Nesta medida, tendo em conta a despesa paga no ano de 2025, foram considerados as seguintes amostras: Imóveis – 100%, Veículos automóveis – 100%, Contentores e outro equipamento operacional – 99,6%.

6.2 - Locações operacionais – locadores

Un.:euros

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)			
		Período		Acumulado	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes
Terrenos	636 007,08	536 963,18		3 005 288,93	
Espaços	5 115 916,95	6 012 134,27		32 677 840,40	
Equipamentos	0,00	0,00		0,00	
Outras habitações	445 610,52	106 590,70		1 375 597,94	
Materiais e outro bens	0,00	0,00		0,00	
	6 197 534,55	6 655 688,15	0,00	37 058 727,27	0,00

Nos contratos de locação operacional em que o Município é o locador, o valor dos contratos foi apurado com base na informação das rendas anuais registadas no SGOPM. Já o total dos pagamentos acumulados e do período foram obtidos através do somatório dos valores cobrados a cada uma das entidades que, de acordo com a análise da execução orçamental de cada uma das rubricas económicas associadas às locações, se entendeu estarem relacionadas com este tipo de contratos.

Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos foram reconhecidos através do modelo de capitalização, na medida em que foi possível atribuir estes custos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica e, daí resulte, que a sua capitalização alcance benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, tendo sido possível a sua mensuração com fiabilidade.

O montante apurado, relativo à quantia capitalizada durante este exercício, corresponde ao valor dos juros pagos no ano, apresentados no quadro seguinte:

Un.:euros

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato (meses)	Capital		Taxa de juro (%)		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amort.	Juro	Total	Amort.	Juro	Total			
Banco BPI	24/10/2018	28/02/2019	144	39 000 000,00	27 728 520,05	0,68	0,40	19 687 523,32	1 048 448,87	20 735 972,19	1 237 076,42	274 314,80	1 511 391,22	0,00	8 040 996,73	6 803 920,31
				145 500 000,00	27 728 520,05			19 687 523,32	1 048 448,87	20 735 972,19	1 237 076,42	274 314,80	1 511 391,22	0,00	8 040 996,73	6 803 920,31

Em 2018, o Município celebrou um contrato de empréstimo de médio/longo prazo com o Banco BPI, até ao montante de 39.000.000,00 euros, para cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, reabilitação/restauração de edifícios, eficiência energética, intervenções na via pública, entre outros. Até 31 de dezembro de 2025, utilizou-se o montante de 27.728.520,05 euros, tendo sido amortizado até 2025 o montante de 20.924.599,74 euros.

Empréstimo	Exigibilidade	
	Curto prazo	Médio Longo prazo
BPI - Reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética	1 237 076,40	5 566 843,91
	1 237 076,40	5 566 843,91

No decorrer do exercício de 2025, não houve lugar a capitalização juros, uma vez que os investimentos associados ao empréstimo de médio/ longo prazo contratualizado com o Banco BPI, se encontravam concluídos ou substancialmente concluídos para o uso pretendido ou venda, enquadrando-se assim no disposto da NCRF 10 no que respeita a cessação da capitalização, exaltando-se que:

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

(...)

Quando a construção de um ativo que se qualifica for concluída por partes e cada parte estiver em condições de ser usada enquanto a construção continua noutras partes, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar essa parte para o seu pretendido uso ou venda estejam concluídas.

Nota 8 – Propriedades de investimento**8.1 – Propriedades de investimento segundo uma locação financeira ou locação operacional**

As propriedades de investimento do Município estão todas relacionadas com contratos de locação operacional, cujo valor das rendas apuradas através do SGOPM podem ser discriminadas de acordo com os seguintes tipos de imóveis:

Un.:euros

Descrição	Rendas 2025
Locações Operacionais:	
Edifício	
Arrendamentos	1 777 128,00
Cedência em direito de superfície (outras entidades)	90 563,96
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	46 118,40
Concessão de exploração de imóveis municipais	2 936 259,52
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	9 943,37
Equipamento	
Arrendamentos	51 526,08
Cedência em direito de superfície (outras entidades)	0,00
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	8 720,64
Concessão de exploração de imóveis municipais	31 516,20
Ocupação e exploração de quiosques	324 847,20
Cedência em direito de superfície (Águas do porto)	373,68
Outras ocupações de espaço público	123 982,92
Fração	
Arrendamentos	143 613,00
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	47 269,68
Terreno	
Arrendamentos	85 323,75
Cedência em direito de superfície (Coop.Construção e Habitação)	23 033,80
Cedência em direito de superfície (outras entidades)	33 787,05
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	12 134,28
Concessão de exploração de imóveis municipais	299 083,08
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	506 500,50
	6 551 725,11

8.2 – Modelo do custo

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, acrescido de dispêndios de investimento diretamente atribuíveis e deduzidas de depreciações.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Un.euros												
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Rendas			Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)		
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público	2 608 560,24			-32 591,33				2 575 968,91		370 827,36		
Terrenos e recursos naturais	4 494 065,79		1 073 837,00					5 567 902,79		636 007,08		
Edifícios e outras construções	32 521 570,05		4 409 218,84	-855 546,01			-38 759,89	36 036 482,99		5 516 997,39		
	39 624 196,08	0,00	5 483 055,84	-888 137,34	0,00	0,00	-38 759,89	44 180 354,69	0,00	6 523 831,83		
										0,00		

De salientar, na rubrica de edifícios e outras construções classificados como propriedades de investimento, o Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota, cuja quantia escriturada ascende a 12.908.227,14 euros.

As transferências internas à entidade resultam da reclassificação de imóveis anteriormente registados na rubrica de ativos fixos tangíveis, bem como da reclassificação do edifício da ANJE, sito na Rua Paulo da Gama, em consequência do seu arrendamento, cujo valor escriturado à data ascendia a 4.301.000,00 euros.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes diminuições

					Un.:euros
RUBRICAS	Diminuições (modelo do custo)				Total (5)= (1) + (2) + (3) + (4)
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
Edifícios e outras construções				-38 759,89	-38 759,89
	0,00	0,00	0,00	-38 759,89	-38 759,89

Nota 9 – Imparidade de ativos

Não foram identificados indícios de imparidade de ativos que suscitasse a realização de testes de imparidade, não existindo assim qualquer montante a evidenciar.

Nota 10 – Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas e métodos de custeio usados

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção e o valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

10.2 - Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2025, os inventários encontravam-se registados pelas seguintes quantias:

Un.:euros

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	20 099,49		20 099,49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	816 129,71	87 460,23	728 669,48
Produtos acabados e intermédios	437 656,92		437 656,92
	1 273 886,12	87 460,23	1 186 425,89

10.3 - Inventários (movimentos do período)

Durante o exercício de 2025, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Un.:euros

RUBRICAS	Movimentos no período								Quantia escriturada final Σ
	Quantia escriturada inicial (1)	Compras líquidas (2)	Consumos / gastos (3)	Variações nos inventários de produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	20 099,49								20 099,49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	345 392,18	909 246,81	-338 580,68		25 950,02		-273 323,05	59 984,20	728 669,48
Produtos acabados e intermédios	7 203,63			436 388,81			-47 797,57	41 862,05	437 656,92
	372 695,30	909 246,81	-338 580,68	436 388,81	25 950,02	0,00	-321 120,62	101 846,25	1 186 425,89

As perdas por imparidade decorrem da existência em armazém de mercadorias com pouca rotação, defeituosas, deterioradas ou obsoletas.

A variação positiva de 813.730,59 euros, resultante do efeito conjunto de aumentos e reduções, decorre essencialmente dos movimentos registados nos inventários de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como da variação verificada nos inventários de produtos acabados e intermédios associados aos viveiros municipais, nos montantes de 383.277,30 euros e 430.453,29 euros, respetivamente.

Nota 11 – Agricultura

11.1 – Divulgações gerais

Os ativos biológicos registados a 31 de dezembro de 2025 dizem respeito à atividade agrícola associada aos viveiros municipais, uma vez que aí são produzidas e colhidas 90% das plantas (árvores, arbustos e herbáceas) utilizadas na cidade, permitindo desde logo a sua operacionalidade, na manutenção e criação de novos jardins.

Estes ativos biológicos estão mensurados pelo seu justo valor, correspondente ao preço de venda em mercado estabelecido no ponto de colheita.

Durante o exercício de 2025, as quantias escrituradas e os movimentos nos ativos biológicos foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Venda	Diminuições			Variações no justo valor	Quantia escriturada final
		Compra	Transação sem contraprestação	Outros aumentos	Total dos aumentos		Transação sem contraprestação	Outras diminuições	Total das diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)	12=(2)+(6)-(10)+/- (11)
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação											
Viveiros Municipais	323 852,23	5 145,16		30 167,96	35 313,12		-7 259,74	-286 580,85	-293 840,59	35 377,23	100 701,99
Total dos Ativos Biológicos	323 852,23	5 145,16	0,00	30 167,96	35 313,12	0,00	-7 259,74	-286 580,85	-293 840,59	35 377,23	100 701,99
Produtos agrícolas no ponto de colheita											
	323 852,23	5 145,16	0,00	30 167,96	35 313,12	0,00	-7 259,74	-286 580,85	-293 840,59	35 377,23	100 701,99

A rubrica de outras diminuições inclui o montante de 271.713,83 euros, resultante da necessidade de correção do valor dos bens incorporados na produção do Viveiro Municipal.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação**13.1 – Políticas contabilísticas e métodos adotados**

De acordo com a NCP 13, o Município aplica as seguintes políticas contabilísticas nos rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- a) Prestação de serviços – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por natureza com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.
- b) Venda de bens - o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas:
 - Se tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
 - Se não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
 - Se a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
 - Se for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município;
 - Se os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.
- a) Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.
- b) Royalties – o rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.
- c) Dividendos ou distribuições similares – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

13.2 – Rendimentos por tipo de transação

Durante o exercício de 2025, o Município registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Un.: euros

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	
	31-12-2025	31-12-2024
Prestações de serviços e concessões	12 949 270,37	13 004 554,86
Serviços específicos das autarquias locais	2 481 089,09	3 070 961,76
Concessões	4 405 002,81	4 089 710,14
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 899 947,89	1 849 210,02
Aluguer de equipamentos	5 410,23	5 215,54
Arrendamento	4 090 500,34	3 641 356,62
Outros serviços	67 320,01	348 100,78
Vendas	79 933,38	38 016,47
Produtos acabados e intermédios	21 670,38	16 006,67
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	58 263,00	22 009,80
Juros	1 987 225,67	2 745 056,19
Juros e rendimentos similares obtidos	1 468 772,59	2 397 346,80
Dividendos ou distribuições similares:	518 453,08	347 709,39
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	518 453,08	347 709,39
Outros rendimentos	31 785 980,73	26 014 084,07
Rendimentos suplementares	15 032 571,55	13 183 830,21
Rendimentos em investimentos não financeiros	10 379 085,97	5 097 852,98
Outras correções relativas a períodos anteriores	4 700 966,29	5 327 325,68
Outros não especificados	1 673 356,92	2 405 075,20
	46 802 410,15	41 801 711,59

O saldo registado na rubrica de rendimentos suplementares decorre, essencialmente, das rendas recebidas por força dos contratos de concessão em especial da concessão do parque de estacionamento da Praça do Infante D. Henrique, parque de estacionamento da Praça D. João I, parque de estacionamento do Aviz e da concessão com a E-Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 – Divulgação de rendimentos sem contraprestação

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente impostos taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através da melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data do relato.

Durante o exercício de 2025, o Município registou, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação, assim como as respetivas quantias por receber e adiantamentos:

Un. euros										
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em						Quantias por receber		Acréscimos de rendimentos	Adiantamentos recebidos
	31-12-2025		31-12-2024				Início do período	Final do período		
	Resultados	Património líquido	Resultados	Ajustes por mudanças de políticas (MEP)	Resultados Reexpressos	Património líquido				
Impostos, contribuições e taxas	270 064 489,20		245 947 211,12		245 947 211,12		19 840 557,54	13 187 103,29		
Impostos diretos	84 337 472,95		81 780 864,53		81 780 864,53		0,00	0,00		
Derrama	30 872 927,00		30 909 546,00		30 909 546,00				30 872 927,00	
Imposto municipal sobre imóveis	45 808 998,00		43 284 970,00		43 284 970,00				45 808 998,00	
Imposto único de circulação	7 655 547,95		7 586 348,53		7 586 348,53				570 372,31	
Outros	0,00		0,00		0,00					
Impostos indiretos	112 703 762,67		101 456 112,02		101 456 112,02		306 849,83	306 849,83		
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	112 703 762,67		101 456 112,02		101 456 112,02				10 941 513,44	
Taxas	64 833 080,79		57 056 377,03		57 056 377,03		19 404 087,11	12 726 332,20		
Multas e outras penalidades	8 190 172,79		5 653 857,54		5 653 857,54		129 620,60	153 921,26		
Transferências sem condição	64 203 954,02		67 694 050,74		67 694 050,74		5 795 246,94	2 071 342,28		
Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1 287 909,00	1 287 909,00	888 338,19		888 338,19	889 338,19				
Fundo Social Municipal (FSM)	2 002 937,00		1 672 006,00		1 672 006,00					
Participação no IRS	21 426 218,00		24 693 607,00		24 693 607,00				21 426 218,00	
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	30 723 844,00	3 689 910,00	30 350 809,00		30 350 809,00	1 848 153,78				
Participação do IVA	5 855 645,00		6 407 751,00		6 407 751,00				12 263 396,00	
Outras	2 385 464,21	0,00	2 867 148,86		2 867 148,86	1 142 831,62				
Serviços e Fundos Autónomos	471 903,94		100 070,34		100 070,34					
Administração Local	0,00		7 500,00		7 500,00					
Resto do Mundo	50 032,87		706 820,35		706 820,35					
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00		0,00	7 713 135,50				
Subsídios com condição	0,00		0,00		0,00					
Legados, ofertas e doações	0,00	52 735,67	0,00		0,00	0,00				
Outros	35 324 797,64		40 992 371,94	5 940 409,71	46 932 781,65		1 733 735,94	1 858 136,14		
	369 593 240,86	5 030 554,67	354 633 633,80	5 940 409,71	360 574 043,51	11 593 459,09	47 210 097,96	17 116 581,71	121 883 424,75	0,00

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo Município estão relacionadas com os impostos, nomeadamente o IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e os recebidos através do Orçamento de Estado, com especial relevo para a Participação no IRS e a Participação do IVA.

Conforme o descrito na Nota 25 - Outras contas a receber, nos acréscimos de rendimentos são registados os montantes referentes aos impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) e (IVA) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

Por sua vez, as quantias por receber, espelham os valores das dívidas de terceiros em conta corrente, excluídos das dívidas em cobrança duvidosa, descritas na Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis e na Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes.

Os outros rendimentos sem contraprestação incluem, entre outros, as reversões de provisões e imparidades do exercício, no montante de 5.486.445,34 euros; a imputação de subsídios ao

investimento reconhecidos como rendimento numa base sistemática, destinada a compensar os gastos com depreciações dos ativos correspondentes, no valor de 7.846.973,96 euros; bem como rendimentos provenientes de impostos diretos cujas estimativas se revelaram insuficientes, nomeadamente o IMI, no montante de 4.320.169,04 euros, e a participação no IVA, no valor de 4.836.727,40 euros. Incluem-se ainda os rendimentos de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, no total de 11.517.174,93 euros, dos quais 10.581.533,09 euros correspondem aos resultados líquidos das entidades participadas apurados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 – Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Durante os exercícios findos de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total das diminuições
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) + (5)	(7)	(8)	(9)	(10) = (7) + (8) + (9)
Impostos, contribuições e taxas									
Garantias a clientes									
Processos judiciais em curso	6 007 762,82	2 989 866,00			2 989 866,00		1 286 260,18		1 286 260,18
Acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Reestruturação e reorganização									
Outras provisões									
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3 733 833,32				0,00		721 787,86		721 787,86
Outras provisões	615 062,64				0,00				0,00
	10 356 658,78	2 989 866,00	0,00	0,00	2 989 866,00	0,00	2 008 048,04	0,00	2 008 048,04
									11 338 476,74

15.2 – Divulgações por classe de provisões

A rubrica de processos judiciais em curso espelha o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais, que aguardam resolução pelos Tribunais.

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso, conforme o relevado no Anexo II às presentes demonstrações financeiras.

Por outro lado, as “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” traduzem os movimentos ocorridos em 2025 relacionados com a provisão decorrente da responsabilidade do Município pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, de onde subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988, conforme o descrito na NCP 19 – Benefícios dos empregados, assim como os montantes dos encargos associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

15.3 – Passivos contingentes

Un.:euros	
Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Processos judiciais em curso	43 719 248,10
Garantias bancárias prestadas pelo Município	1 740 076,42
	45 459 324,52

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Estes processos encontram-se divulgados no Anexo III às presentes demonstrações financeiras.

As garantias bancárias não financeiras prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização um exfluxo de recursos, têm de igual modo um carácter contingente.

Exemplos destas garantias bancárias, são as garantias solicitadas pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto, associadas à expropriação dos terrenos com vista à execução da ligação da Via de Cintura e a expropriação de dez parcelas de terreno para execução da Frente Urbana do Parque Urbano.

15.4 – Ativos contingentes

Un.:euros

Natureza Ativos Contingentes	Valor
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	7 941 784,73
Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	4 703 079,37
Imposto Único de Circulação (IUC)	2 932 388,86
Contribuição Autárquica (CA)	402 362,91
SISA	9 819 461,45
Garantias bancárias prestadas por terceiros	49 175 653,04
Taxa máxima de estacionamento com parcómetros de 41 537 viaturas, no período compreendido entre 01/02/2020 a 09/01/2023, na Zona Ocidental da Cidade do Porto, sem que tenha sido adquirido o respetivo título de estacionamento ou exibido no veículo (artigo D-6/10.º do CRMP).	164 223,55
	75 138 953,91

Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes.

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelas entidades competentes, nas datas a seguir discriminadas:

Demonstrações Financeiras autorizadas (1)		Outro órgão deliberativo com competência para alterar as DF após emissão
Data	Entidade competente para autorizar	
	Órgão Executivo	Assembleia Municipal

Acontecimentos, após 31 de dezembro de 2025, que apesar de materialmente relevantes, não deram lugar a ajustamentos:

Un.: euros

Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos	
Natureza do acontecimento	Estimativa do efeito financeiro (1)
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - INVESURB	633 445,20

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de que o Município faz parte nos termos e em execução do designado “Contrato do Bairro do Aleixo”, assinado entre o Município do Porto e a Gesfimo em 19 de janeiro de 2010 e alterado em 26 de julho de 2012, em 8 de julho de 2015, em 09 de fevereiro de 2019, sofreu uma nova modificação ao contrato, conforme deliberação em Assembleia Municipal de 07 de fevereiro de 2022.

O objetivo desta modificação visou a substituição das obrigações de construção dos fogos por reabilitar e por construir no Bairro do Leal e nas Eirinhas, por uma compensação financeira na quantia de €6.500.000,00, a liquidar faseadamente, correspondente ao valor de mercado das mesmas.

Por deliberação da Assembleia Municipal de 11 de abril de 2022, foi autorizado o acompanhamento do aumento de capital do INVESURB, na proporção necessária à manutenção de uma percentagem não inferior a 20% de unidades de participação detidas nesse fundo, até ao valor de €1.600.000,00, processo a que foi concedido o visto do Tribunal de Contas em Sessão Diária de Visto, de 17 de junho de 2022.

O Fundo de Investimento Invesurb, deliberou em novembro de 2022, e em outubro de 2023 um aumento de capital no montante de 2.250.000€, respetivamente, a que corresponde por parte do Município do Porto à liquidação do valor de 483.300,00€ (percentagem de participação 21,48%), para cada uma das deliberações, tendo já o Município realizado o montante de 966.600,00 euros.

O aumento de capital deliberado foi “parcial”, de forma a cumprir com a quarta modificação ao contrato. O objetivo desta modificação visou a substituição das obrigações de construção dos fogos por reabilitar e por construir no Bairro do Leal e nas Eirinhas, por uma compensação

financeira no valor de 6,5 milhões de euros, a liquidar faseadamente, correspondente ao valor de mercado das mesmas. Em 2023, o Município recebeu 4,2 milhões de euros.

Nos termos do n.º 1 da cláusula 1.ª da Sexta Modificação ao Contrato do Bairro do Aleixo, o prazo de pagamento da terceira e última prestação pode ser diferido por 6 (seis) meses a contar da data da assinatura da referida modificação, podendo ainda ser prorrogado por mais 6 (seis) meses mediante acordo das partes.

Tendo-se revelado necessário proceder ao ajustamento das tarefas constantes do cronograma que integra o “Anexo D” do contrato, ao abrigo do disposto no n.º 1 da cláusula primeira da Sexta Modificação, a Câmara Municipal, na sua 4.ª Reunião de 16 de dezembro de 2025, deliberou: Autorizar a prorrogação, por mais 6 (seis) meses, do prazo para pagamento da terceira e última prestação, conforme previsto no n.º 1 da cláusula 1.ª do 6.º Aditamento ao Contrato.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

18.1 – Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ativos financeiros são registados da seguinte forma:
 - i) As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, são mensurados ao método de equivalência patrimonial (MEP).
 - ii) As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao custo menos perdas por imparidade ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade. No final de cada período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.
 - iii) Clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.

- b) Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto aos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

18.2 – Quantia escriturada dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

Un.: euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Ajustes por mudanças de políticas (MEP)	Quantia escriturada inicial REEXPRESSA	Compras	Aumentos Reversões de perdas por imparidade	Outros	Diminuições Alienações	Perdas por imparidade	Outros	Quantia escriturada final
Caixa e seus equivalentes:	49 958 710,88		49 958 710,88							103 543 461,89
Caixa	235 678,44		235 678,44			0,00			1 684,35	233 994,09
Depósitos bancários	44 204 718,15		44 204 718,15			54 384 028,24			0,00	98 588 746,39
Outros depósitos	5 518 314,29		5 518 314,29			0,00			797 592,88	4 720 721,41
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado/ MEP:										
Ativo Não Corrente										
Participações financeiras - custo	178 167 218,25		295 522 619,38							315 561 347,32
Investimentos em entidades controladas	167 004 381,22		282 544 569,35							302 117 049,61
Gestão e Obras do Porto, E.M.	500 000,00	860 993,95	1 360 993,95			24 410,76				1 385 404,71
Domus Social, E.M.	500 000,00	825 900,69	1 325 900,69			8 410,22				1 334 310,91
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	80 000 000,00	78 978 964,71	158 978 964,71			12 724 510,62				171 703 475,33
Agora - Cultura e Desporto do Porto, E.M.	2 200 000,00	866 553,96	3 066 553,96			35 050,75				3 101 604,71
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	3 265 566,00	2 921 903,67	6 187 469,67			1 472 883,70				7 660 353,37
Porto Vivo, SRU, E.M.	4 786 208,52	17 130 275,72	21 916 484,24			4 730 078,91				26 646 563,15
Associação Porto Digital	1 885 000,00	1 171 899,01	3 056 899,01					-799 578,29	2 257 320,72	
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	73 867 606,70	12 783 696,42	86 651 303,12			1 557 530,85		-180 817,26	88 028 016,71	
Investimentos em associadas	3 424 072,00	1 815 213,00	5 239 285,00							5 586 612,68
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	2 205 947,00	-333 471,61	1 872 475,39		353 153,94			22 553,97	-26 880,93	2 176 194,43
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	70 625,00	54 458,40	125 083,40			2 717,83				127 801,23
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	1 147 500,00	2 094 226,21	3 241 726,21			53 225,71			-12 334,90	3 282 617,02
Outros ativos financeiros	7 738 765,03		7 738 765,03		123 875,00			4 955,00		7 857 685,03
Outras contas a receber	3 700 000,00		3 700 000,00		0,00				2 500 000,00	1 200 000,00
Ativo Corrente										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	5 795 246,94		5 795 246,94						3 723 904,66	2 071 342,28
Clientes, contribuintes e utentes	26 546 291,31		26 546 291,31		2 966 431,84			4 922 020,27	-5 424 250,83	19 166 452,05
Estado e outros entes públicos	0,00		0,00							461,93
Outras contas a receber	141 877 638,37		141 877 638,37		0,00	8 012 725,82		58 169,55	2 008 731,80	147 823 462,84
	406 045 105,75	119 170 614,13	523 400 506,88	0,00	3 443 460,78	83 005 573,41	0,00	5 007 698,79	2 588 051,48	589 366 528,31

O detalhe dos movimentos na rubrica de caixa e seus equivalentes encontra-se discriminada na Demonstração de Fluxos de Caixa.

As imparidades relativas à rubrica de contribuintes, utentes e outros devedores de curto prazo, foram determinadas de acordo com os créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2025, cujo risco de incobrabilidade é justificado pelos processos em execução fiscal instaurados até 31 de dezembro de 2025, pois considera-se que para estes existe um elevado risco de incobrabilidade. Similarmente, foram consideradas as restantes dívidas de clientes sem processo de execução fiscal ainda instaurado, mas para as quais já tenha sido ultrapassado o

prazo de 90 dias decorridos da data de vencimento da fatura, pois a partir desta data, considera-se que estão reunidas as condições para instauração de um processo desta natureza.

Nesta medida, as perdas por imparidade foram calculadas tendo em consideração a percentagem de incobrabilidade obtida no último ano relativamente aos processos de execução fiscal instaurados para cada um dos créditos em mora, cujas taxas ascendem a 92% para as faturas emitidas até 31 de dezembro de 2012 e 63%, para as restantes emitidas posteriormente. Estas percentagens foram obtidas mediante a informação disponibilizada pelos serviços municipais de execução fiscal.

A componente de Outras Contas a Receber (ativo corrente), conforme o referido na nota 25, inclui os devedores por acréscimos (periodização económica) e os outros devedores de contas a receber.

Encontra-se registada uma imparidade na rubrica de outras contas a receber do ativo não corrente no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda decisão.

18.3 – Quantia escriturada dos passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

Un.:euros								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final	
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor		Outros
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:								
Passivo Não Corrente								
Financiamentos obtidos	6 803 920,33						1 237 076,42	5 566 843,91
Outras contas a pagar	9 180 228,39							9 180 228,39
Passivo Corrente								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00							0,00
Fornecedores	213 144,57						205 368,02	7 776,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 959 283,91						1 425 503,56	533 780,35
Financiamentos obtidos	1 237 076,40							1 237 076,40
Fornecedores de investimentos	34 154,83						33 154,83	1 000,00
Estado e outros entes públicos	2 401 223,28						9 799,34	2 391 423,94
Outras contas a pagar	30 710 257,71							30 563 239,77
Cauções	5 435 987,13						537 900,75	4 898 086,38
Outros credores	25 274 270,58			390 882,81				25 665 153,39
	52 539 289,42	0,00	0,00	390 882,81	0,00	0,00	3 448 802,92	49 481 369,31

No passivo não corrente, a rubrica de outras contas a pagar diz respeito aos valores dos adiantamentos por conta de vendas, que se relacionam com as operações realizadas pelo fundo de Investimento Imobiliário INVESURB.

No passivo corrente, a rubrica dos financiamentos obtidos está relacionada com o empréstimo bancário descrito na nota 7, e a rubrica das outras contas a pagar dizem respeito na sua maioria aos acréscimos das remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos.

18.4 – Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 estavam assim escriturados os outros investimentos financeiros:

											Un.:euros
Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações de capital - ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	4.317.111 u.p.	4 317 111,00									4 317 111,00
Fundação Casa da Música	Dotação	200 000,00									200 000,00
Fundação da Juventude	Dotação	24 939,90									24 939,90
Fundação Portugal África	Dotação	299 278,74									299 278,74
Fundação de Serralves	Dotação	49 879,79									49 879,79
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.366 u.p.	11 830,00									11 830,00
Águas Douro e Paiva, S.A	2.781.220 ações	2 781 220,00									2 781 220,00
Sociedade Metro do Porto, S.A	1 ação	0,60									0,60
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	49.870 ações										0,00
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	49.550 ações	54 505,00			123 875,00				-4 955,00		173 425,00
		7 738 765,03	0,00	0,00	123 875,00	0,00	0,00	0,00	-4 955,00	0,00	7 857 685,03

Nota 19 - Benefícios dos empregados

19.1 – Benefícios definidos

19.1.1 - Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência. Por norma, este tipo de benefícios é geralmente linear porque não são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação ou o custo e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

19.1.2 – Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que sejam pagáveis após o término do emprego. Os benefícios pós-emprego incluem pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida e cuidados médicos pós-emprego.

Para que as obrigações e o gasto possam ser mensurados são necessários pressupostos atuariais, existindo ainda uma possibilidade de obter ganhos e perdas atuariais. Acresce ainda que estas obrigações são mensuradas numa base descontada porque podem ser liquidadas muitos anos após os empregados prestarem o respetivo serviço.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2025 por um perito atuário, autónomo e independente, que

teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, a atualização da provisão que reflete o valor atuarial das responsabilidades.

Descrição	Un.:euros	
	2025	2024
Pensionistas:	2 864 289,37	3 525 842,30
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1 018 746,44	1 026 559,84
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	85 702,71	87 160,91
Responsabilidade atuarial com pensionistas	1 759 840,22	2 412 121,55
Ativos:	147 756,09	207 991,01
Valor atual das quotas em dívida	147 756,09	207 991,01
	3 012 045,46	3 733 833,31

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Mínima	Idade Média	Máxima	Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
Total Ativos:	367	57	62,69	70	438,85	161 058,17
Idade menor a 66 anos	310	57	62,21	65	410,57	127 275,78
Idade maior ou igual a 66 anos	57	66	66,60	70	592,67	33 782,39

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Mínima	Idade Média	Máxima	Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
Total Pensionistas:	80	44	76,73	102	5 794,49	463 559,32
Pensionistas DL n.º 503/99	40	44	65,55	76	1 694,32	67 772,60
Pensionistas Sobrevivência	1	48	48,00	48	3 763,06	3 763,06
Pensionistas	39	67	87,90	102	10 051,89	392 023,66

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
Tabelas:	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
Taxas:	
Taxa de Desconto Ativos	3,00%
Taxa de Desconto Pensionistas	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
Dados Gerais:	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados (*)	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

(*) Percentagem estimada

Relativamente à última avaliação atuarial a 31/12/2024 não houve alteração aos pressupostos:

- A taxa de desconto dos ativos mantém-se em 3,00%;
- A taxa de desconto dos pensionistas mantém-se em 3,00%.

As taxas de desconto utilizadas encontram-se no intervalo das taxas recomendadas para passivos com durações semelhantes, tendo-se optado, neste quadro, por uma duração de 6,15 e 2,46 para pensionistas e ativos, respetivamente.

Em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2025:

Un.:euros		
Provisões para Riscos e Encargos	2025	2024
Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro	3 733 833,32	4 424 703,62
Pensionistas	3 525 842,31	4 203 729,37
Ativos	207 991,01	220 974,25
Ajustamentos do exercício	-721 787,86	-690 870,30
Pagamento de pensões	-582 600,03	-679 565,23
Atualização da estimativa associada aos custos com pensões	-139 187,83	-11 305,07
Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro	3 012 045,46	3 733 833,32

Neste seguimento, e procurando dar resposta às exigências da NCP 19 - Benefícios dos Empregados e no que diz respeito aos benefícios pós emprego, procedemos à seguinte reconciliação do saldo inicial e o saldo final do valor presente da obrigação (sem fundo afeto):

Un.:euros

Responsabilidades com pensões	Ativos	Pensionistas	Total
Valor presente da obrigação no início do período	207 991,01	3 525 842,31	3 733 833,32
Efeitos no período:			
Benefícios pagos	-13 671,50	-574 626,34	-588 297,84
Custo de juros	6 034,66	97 155,87	103 190,53
(Ganhos) / Perdas Atuariais	-52 598,08	-184 082,47	-236 680,55
Valor presente da obrigação no final do período	147 756,09	2 864 289,37	3 012 045,46

Para o efeito, o quadro apresentado corresponde à evolução das responsabilidades de acordo com as rubricas decorrentes desta norma contabilística.

Os ganhos atuariais globais verificadas no exercício, no valor de 236.680,55 euros, são justificados essencialmente por terem ocorrido saídas superiores ao estimado.

Por último, apresenta-se uma relação das quantias reconhecidas como um gasto ou rendimento do período, relativas as plano de contribuição definido:

Un.:euros

Rubrica	Conta da DR	Valor
Custo do serviço corrente	Gastos com pessoal	103 190,53
Ganhos e perdas atuariais	Provisões (aumentos/reduções)	-236 680,55
		-133 490,02

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.1 – Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo Município, encontravam-se escrituradas do seguinte modo:

Un.:euros

Designação	Sede	% Controlo		Valor
		Direto	Indireto	
GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.	Travessa da Bica Velha, 10, 4250-078 Porto	100,00%	0,00%	1 385 404,71
Domus Social, E.M.	Rua do Monte dos Burgos, 12, 4250-309 Porto	100,00%	0,00%	1 334 310,91
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Rua Barão de Nova Sintra, 285, 4300-367 Porto	100,00%	0,00%	171 703 475,33
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M	Rua da Constituição, 2555, 4250-173 Porto	100,00%	0,00%	3 101 604,71
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Rua S. Dinis, 249, 4250-434 Porto	100,00%	0,00%	7 660 353,37
Porto Vivo, SRU, E.M.	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar 4350-158 Porto	100,00%	0,00%	26 646 563,15
Associação Porto Digital	Largo do Dr. Tito Fontes, 15, 4000-538 Porto	80,04%	0,00%	2 257 320,72
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 4350-158 Porto	53,69%	0,00%	88 028 016,71

Município do Porto

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Un.:euros

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)																Saldo no fim do período (4)		Termos e condições (5)
		Prestação de serviços	%	Transferências obtidas e rendimentos de ativos	%	Outros rendimentos	%	Aquisição de ativos fixos	%	Aquisição de serviços	%	Transferências e subsídios concedidos	%	Investimento em ativos financeiros	%	Outros gastos	%	Ativo	Passivo	
GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.	Entidades controlada	68 607,95	0,21%	0,00	0,00%	388 107,31	1,17%	28 719 681,09	86,81%	201 168,13	0,61%	3 705 291,08	11,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	23 298,05	0,00	
Domus Social, E.M.	Entidades controlada	386 562,85	1,33%	13 500,26	0,05%	29 955,50	0,10%	24 080 920,15	82,59%	1 667 415,46	5,72%	2 977 261,58	10,21%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	37 551,24	26 582,52	
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Entidades controlada	263 016,91	2,23%	599,37	0,01%	650 781,50	5,52%	2 672 303,82	22,68%	2 554 584,28	21,68%	5 641 212,95	47,88%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	39 048,27	0,00	
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M	Entidades controlada	349 748,63	1,30%	0,00	0,00%	2 138 125,72	7,94%	0,00	0,00%	7 876 986,87	29,27%	16 547 412,87	61,49%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1 192 764,13	0,00	
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Entidades controlada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	984 620,68	8,23%	0,00	0,00%	7 113,04	0,06%	10 973 132,21	91,71%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3 872,49	0,00	
Porto Vivo, SRU, E.M.	Entidades controlada	1 455 756,35	11,77%	0,00	0,00%	136 755,42	1,11%	6 457 476,18	52,19%	1 942 705,24	15,70%	2 380 765,97	19,24%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	22 635,76	0,00	
STCP	Entidades controlada	61 518,10	0,35%	0,00	0,00%	8 099 011,13	45,99%	0,00	0,00%	6 066,00	0,03%	9 442 877,80	53,62%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4 755,20	0,00	
Associação Porto Digital	Entidades controlada	30 554,79	0,63%	0,00	0,00%	110,18	0,00%	1 945 576,41	40,41%	2 808 683,51	58,33%	30 000,00	0,62%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4 987,98	0,00	
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	Associada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	9 180 228,39	
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	Associada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	140 635,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	Associada	0,00	0,00%	165 750,00	82,40%	597,41	0,30%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	34 807,50	14,75%	0,00	0,00	
Lipor-Serviço Intermunicipalizado de Gestão Resíduos Grande Porto	Pessoal Chave da Gestão	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2 537 252,48	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	
		2 615 765,58		179 849,63		12 428 064,85		63 875 957,65		17 064 722,53		54 375 841,94		0,00		34 807,50		1 328 913,12	9 206 810,91	

20.3 – Pessoas chave da gestão

Em 31 dezembro de 2025, as remunerações das pessoas chave na gestão eram as seguintes:

Cargo	Órgão de Gestão	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos	OBS
Presidente	Executivo	2	31 994,88	23 987,32			Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal.
Vereadores	Executivo	12	261 974,10	111 107,48			Vereadores com Pelouro a Tempo inteiro - Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal.
Vereadores	Executivo	22		13 785,28			Vereadores sem Pelouro - Valores de senhas de presença em reuniões

Nota 21 - Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos. Essas atividades devem ser relevantes o suficiente para justificar a apresentação da informação financeira separadamente de acordo com a norma, apresentando-se este como um subsistema dentro de uma organização onde a divulgação das informações financeiras podem ser apresentadas de forma independente.

Para que um segmento seja devidamente identificado, a entidade deverá ser capaz de distinguir claramente as atividades ou grupos de atividades que a compõem. Essa identificação pode seguir critérios distintos, como áreas de serviço ou áreas geográficas, ou até uma combinação de ambos. Portanto, ao estruturar segmentos, o Município do Porto precisa em primeiro lugar de definir quais as áreas ou serviços que apresentam estas características e que justifiquem o tratamento separado das suas informações financeiras.

No caso concreto do Município, a segmentação por áreas geográficas não reflete uma realidade operacional que justifique a criação de segmentos distintos, pois as necessidades e objetivos são, na sua maioria, voltados para servir uma única região, a cidade do Porto e os seus Municípios. Já a apresentação de relato por segmentos de serviços exigiria que o Município identificasse quais as atividades que se distinguem claramente em termos de competências, necessidades de recursos, e resultados esperados.

No entanto, no contexto atual, isso exigiria uma reestruturação significativa dos sistemas e dos serviços. Uma reorganização conjunta que permitisse destacar um possível segmento conforme os critérios da NCP 25 e que se destacasse pela diferença, autossustentabilidade e resultados significativos. Neste sentido, a criação de segmentos independentes por serviços implicaria que algum destes serviços se destacasse pela criação de receitas e despesas próprias, distinto dos demais segmentos. As atividades não são autossustentáveis a ponto de serem consideradas subsistemas isolados com objetivos e resultados muito distintos.

No entanto, o Município em prestação de contas no âmbito do desempenho orçamental apresenta a execução do orçamento da despesa estruturado pelas Grandes Opções do Plano, onde incorporam objetivos desdobrados em programas, projetos e ações das intervenções setoriais, que nos permite obter uma visão das atividades e o valor económico das mesmas. O mesmo acontece através da contabilidade analítica, que nos oferece uma visão mais detalhada sobre os resultados, rendimentos e gastos por centros de custo.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2025, o Município detinha as seguintes participações financeiras:

Un.:euros

Entidades / Fundos		Participação no final do exercício a 31/12/2025					Observ.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	%	Valor da Participação (1)	Imparidades Acumuladas (2)	Valor Contabilístico (3)	
Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M.	EM	505037238	100%	1 385 404,71		1 385 404,71	a)
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M.	EM	505037700	100%	1 334 310,91		1 334 310,91	a)
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	EM	507718666	100%	171 703 475,33		171 703 475,33	a)
Agora - Cultura e Desporto do Porto E.M.	EM	507718640	100%	3 101 604,71		3 101 604,71	a)
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM	EM	514280956	100%	7 660 353,37		7 660 353,37	a)
Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M.	EM	506866432	100%	26 646 563,15		26 646 563,15	a)
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	EIM	500246467	53,69%	88 028 016,71		88 028 016,71	a)
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	SA	505111780	1,42%	249 350,00	249 350,00	0,00	c)
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	SA	504076574	0,22%	247 154,00	73 729,00	173 425,00	c)
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	SA	501958630	25,50%	3 282 617,02		3 282 617,02	b)
Metro do Porto, S.A.	SA	503278602	0,00%	5,00	4,40	0,60	c)
Águas Douro e Paiva, S.A.	SA	514310774	13,31%	2 781 220,00		2 781 220,00	c)
Adeporto - Agência de Energia do Porto	ASU	507886550	34,58%	127 801,23		127 801,23	b)
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	NS	501814957	0,65%	11 830,00		11 830,00	c)
Associação Porto Digital	ASU	506838730	80,04%	2 257 320,72		2 257 320,72	a)
Fundação Casa da Música	FSU	507636295	3,10%	200 000,00		200 000,00	c)
Fundação da Juventude	FSU	502263342	1,38%	24 939,90		24 939,90	c)
Fundação Portugal África	FSU	503530409	2,63%	299 278,74		299 278,74	c)
Fundação de Serralves	FSU	502266643	0,30%	49 879,79		49 879,79	c)
Fundo Investimento Imobiliário Invesurb	FI	720011914	21,48%	2 176 194,43	0,00	2 176 194,43	b)
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	Fundo	513319182	1,03%	4 317 111,00		4 317 111,00	c)
				315 884 430,72	323 083,40	315 561 347,32	

a) entidade controlada e consolidada (MEP)

b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas (MEP)

c) outras participações (Custo Aquisição)

22.1 – Divulgação de interesses em outras entidades

a) Interesses em entidades controladas consolidadas:

Un.: euros

Designação Social	Tipologia	% Participação	Valor
Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	1 385 404,71
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	1 334 310,91
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	171 703 475,33
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	7 660 353,37
Ágora - Cultura e Desporto do Porto E.M.	Empresa Municipal	100%	3 101 604,71
Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M.	Empresa Municipal	100%	26 646 563,15
Associação Porto Digital	Associação	80,04%	2 257 320,72
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	Empresa Inter Municipal	53,69%	88 028 016,71
			302 117 049,61

b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas:

Un.: euros

Designação	Sede	% Interesses			Mensuração do Investimento	
		Propriedade detidos/quota accionista	%	Direitos de voto	Método da equivalência patrimonial	Custo Aquisição
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	Avenida da Liberdade, 108, 2º Andar Lisboa	2 536 546,97	21,48%	1.621 u.p.		2 536 546,97
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347 Fr.B Est2, Porto	70 625,00	34,58%	565 u.p.		70 625,00
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	Rua Chaves de Oliveira, 181 a 193, Porto	1 147 500,00	25,50%	510.000 ações		1 147 500,00
						3 754 671,97

O Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (INVESURB ou Fundo) é um fundo de distribuição, constituído em 15 de Novembro de 2010 por um período inicial de 10 anos, prorrogável por períodos adicionais de 5 anos. O Fundo é gerido pela Fund Box- Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Coletivos S.A., a mesma assumiu a gestão em 31 de janeiro de 2019, que até então pertencia à Gesfimo- Espírito Santo, Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

O Município do Porto detém uma participação de 21,48%.

c) Interesses em outras entidades não consolidadas:

Un.:euros

Designação	Sede	% Interesses		
		Propriedade detidos	%	Direitos de voto
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa	4 317 111,00	1,03%	4.317.111 u.p.
Fundação Casa da Música	Avenida da Boavista, 604-610, Porto	200 000,00	3,10%	dotação
Fundação da Juventude	Palácio das Artes - Largo de S.Domingos, n.º 21, Porto	24 939,90	1,38%	dotação
Fundação Portugal África	Rua de Serralves, n.º 191, Porto	299 278,74	2,63%	dotação
Fundação de Serralves	Rua D. João de Castro, n.º 210, Porto	49 879,79	0,30%	dotação
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, Porto	11 830,00	0,63%	2.366 u.p.
Águas Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º andar, Porto	2 781 220,00	13,31%	2.781.220 ações
Sociedade Metro do Porto, S.A	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7.º andar, Porto	5,00	0,00%	1 ação
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	Rua O Primeiro de janeiro - Estádio do Bessa Século XXI, Porto	249 350,00	1,42%	49.870 ações
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	Via Futebol Clube do Porto, Entrada Nascente, Porta 15, Piso 3, Porto	247 154,00	0,22%	49.550 ações

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com esta Lei, o Município do Porto estava obrigado a contribuir para este fundo com 6.715.507 euros. Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2018, procedeu-se à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e à diminuição do montante a subscrever por cada Município, resultando numa diminuição de 2.398.396 euros para o Município do Porto.

Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de transferências e subsídios não reembolsáveis tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2025		31-12-2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis:				
Estado	2 071 342,28		5 795 246,94	
	2 071 342,28	0,00	5 795 246,94	0,00

Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2025				31-12-2024			
	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)+(6)-(7)
Ativo corrente:								
Clientes c/c	293 466,91	2 868,39	0,00	296 335,30	252 621,64	1 900,62	0,00	254 522,26
Contribuintes	410 526,25	441 355,87	279 079,57	572 802,55	381 045,03	539 861,12	194 400,17	726 505,98
Utentes	14 738 389,60	14 212 625,14	10 653 700,54	18 297 314,20	21 267 443,65	13 080 610,93	8 782 791,51	25 565 263,07
	15 442 382,76	14 656 849,40	10 932 780,11	19 166 452,05	21 901 110,32	13 622 372,67	8 977 191,68	26 546 291,31

No quadro anterior, os valores em “Cobrança duvidosa” e em “Imparidades acumuladas” são divergentes. Como cobrança duvidosa, foi considerada a totalidade do valor dos débitos em dívida há mais de 90 dias decorridos da data de vencimento da fatura. Por sua vez, os valores em imparidade, foram determinados pela aplicação das percentagens de incobrabilidade nos termos já referidos na Nota 18.

O aumento significativo do valor recuperável líquido em 2025 face ao valor registado no final do ano de 2024 está associado ao aumento da receita proveniente de licenciamento de obras de edificação e loteamentos. O tipo de taxas cobradas apresenta normalmente um prazo de pagamentos mais prolongado, sendo que a maior parte das faturas emitidas ainda não se encontravam vencidas.

Nota 25 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2025				31-12-2024			
	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)+(6)-(7)
Ativo não corrente								
Outros devedores - Emp.Municipais								
Empresas Municipais	802 574,73		802 574,73	0,00	802 574,73		802 574,73	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de investimentos	1 200 000,00		0,00	1 200 000,00	3 700 000,00		0,00	3 700 000,00
	2 002 574,73	0,00	802 574,73	1 200 000,00	4 502 574,73	0,00	802 574,73	3 700 000,00
Ativo corrente								
Devedores por acréscimos (periodização económica)								
Impostos e taxas imputados ao período	121 883 424,75			121 883 424,75	122 917 929,31			122 917 929,31
Devedores por acréscimos de rendimentos	22 526 369,12			22 526 369,12	17 029 649,00			17 029 649,00
Cauções	152 191,97			152 191,97	152 191,97			152 191,97
Devedores por alienação de ativos fixos	2 516 094,75			2 516 094,75	89,05			89,05
Outros devedores	738 456,21	76 492,17	69 566,13	745 382,25	1 775 669,10	13 506,52	11 396,58	1 777 779,04
	147 816 536,80	76 492,17	69 566,13	147 823 462,84	141 875 528,43	13 506,52	11 396,58	141 877 638,37
	149 819 111,53	76 492,17	872 140,86	149 023 462,84	146 378 103,16	13 506,52	813 971,31	145 577 638,37

A rubrica de Impostos e taxas imputados ao período inclui os montantes que foram especializados durante o ano de 2025, e cujo rendimento será reconhecido em exercícios futuros. Neste particular, foram especializados os seguintes impostos:

- i) o IMI de acordo com a média da cobrança dos últimos 24 meses, no montante de 45.808.998,00 euros. O valor apresentado é uma estimativa baseada no montante apresentado no orçamento do Município, para 2026.
- ii) a derrama de acordo com a média da cobrança dos últimos 24 meses, no montante de 30.872.927,00 euros;
- iii) a participação fixa de IRS conforme os valores previstos no orçamento de estado para 2026, no montante de 21.426.218,00 euros;
- iv) a participação dos municípios na receita do IVA conforme os valores previstos no orçamento de estado de 2026, no montante de 5.855.645,00 euros;
- v) o IMT e o Imposto Único de Circulação (IUC), recebidos em 2026, mas cujo rendimento diz respeito ao ano de 2025, no montante de 10.941.513,44 euros e 570.372,31 euros, respetivamente.

De salientar que o saldo apresentado na rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos se deve essencialmente à devolução da parte dos subsídios transferidos pelo Município no decurso do exercício e não executados pelas seguintes empresas municipais e intermunicipais, revertendo novamente a favor do Município:

- STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M.,S.A no montante de 7.951.246,00 euros;

- STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda no montante de 4.212.771,70 euros;
- Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M.,S.A. no montante de 2.929.490,30 euros;
- Gestão e Obras do Porto, E.M. no montante de 634.708,92 euros;
- CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M. no montante de 211.785,55 euros;
- Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana do Porto, E.M.,S.A. no montante de 108.210,52 euros;
- CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manut. do Município do Porto, E.M. no montante de 91.551,22 euros.

Nota 26 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2025		31-12-2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Retenção de impostos sobre rendimentos		736 875,47		673 944,16
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	461,93	914 478,56		1 066 576,25
Outros impostos		73,35		73,35
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		730 921,14		654 187,88
Outras tributações		9 075,42	0,00	6 441,64
	461,93	2 391 423,94	0,00	2 401 223,28

Nota 27 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos ativos tinha a seguinte composição:

Un.:euros				
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	%
Diferimentos ativos:				
Ativo não corrente				
Outros gastos a reconhecer				
	0,00	0,00	0,00	100,0%
Ativo corrente				
Outros gastos a reconhecer				
Contratos de arrendamento	213 034,54	339 226,31	-126 191,77	-37,2%
Seguros	496 962,06	470 323,91	26 638,15	5,7%
Empresas Municipais	66 732,20	0,00	66 732,20	100,0%
Outros Custos Diferidos	10 739,01	134 346,45	-123 607,44	-92,0%
	787 467,81	943 896,67	-156 428,86	-16,6%
	787 467,81	943 896,67	-156 428,86	-16,6%

Nesta rubrica foram registados todas as transferências, subsídios e gastos, cujo reconhecimento só deverá ocorrer em exercícios futuros, como são o caso dos contratos de arrendamento e seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos passivos tinha a seguinte composição:

Un.:euros				
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	%
Diferimentos passivos:				
Passivo não corrente				
Acordos de concessão de serviços				
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	9 760 340,29	10 900 045,56	-1 139 705,27	-10,5%
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão	21 770 268,13	18 028 374,36	3 741 893,77	20,8%
Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota	8 115 898,89	8 740 198,81	-624 299,92	-7,1%
	39 646 507,31	37 668 618,73	1 977 888,58	5,3%
Passivo corrente				
Acordos de concessão de serviços				
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	1 351 940,63	1 564 176,01	-212 235,38	-13,6%
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão	3 027 628,60	3 177 345,20	-149 716,60	-4,7%
Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota	624 299,92	624 299,92	0,00	0,0%
Outros rendimentos a reconhecer	278 034,79	237 855,18	40 179,61	16,9%
	5 281 903,94	5 603 676,31	-321 772,37	-5,7%
	44 928 411,25	43 272 295,04	1 656 116,21	3,8%

Os valores inscritos nesta rubrica estão associados aos contratos de concessão de serviços referidos na Nota 4, e às obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota descritas na Nota 8, e cujo rendimento só será reconhecido em exercícios futuros.

No tocante ao contrato de concessão com E-REDES, foi mensurado o valor líquido dos ativos (líquido de amortizações e participações e subsídios) referente ao reconhecimento dos ativos de concessão no Ativo não corrente – Ativos fixos tangíveis, em Gastos/Reversões de depreciações e amortizações (valor referente à amortização do ano) e em outros rendimentos, pelo reconhecimento do rendimento diferido.

Contribuiu para esta alteração o pressuposto que não se tratando de uma obrigação incondicional (parágrafo 16 da NCP 4), o referido valor não deve ser transferido para a conta 27 (Outras contas a pagar), isto é, deve ficar a totalidade do passivo registado na conta 28 (Diferimentos – Rendimentos a reconhecer).

A E-REDES na sua comunicação menciona o valor provisório de 19.372.273 euros como sendo o *“valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização)”*, referindo de seguida que, no caso de hipotético resgate da concessão, o valor efetivo da indemnização poderá não ser esse valor mencionado, pois irá pressupor um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

Assim sendo, não estão reunidas as condições para classificar este montante como um passivo financeiro e, consequentemente, contabilizar na rubrica de Outras contas a pagar, nos termos do parágrafo 15 da NCP 4.

Consultando a IPSAS 32 (parágrafo 17), para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa o concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, que poderá ser de duas formas ou combinação das duas: (i) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»; e (ii) compensar o concessionário por outro meio (o modelo do “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No contrato em questão a forma como o Município compensa o concessionário corresponde ao modelo de “atribuição de um direito ao concessionário”, confirmando a ideia de que o montante total do passivo deve constar na rubrica de Diferimentos – Rendimentos a reconhecer.

Nota 28 – Património Líquido

Conforme consta do mapa da Demonstração das alterações no património líquido, as variações, em 2025, nesta rubrica do balanço, justificam-se do seguinte modo:

28.1 - Reservas

O aumento nesta rubrica de 3.467.244,10 euros diz respeito à incorporação do resultado líquido de 2024 aprovado em assembleia municipal, conforme proposta apresentada pelo executivo, e mantendo a boa prática apontada pelo ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual refere a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

28.2 - Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2025 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, no valor de 65.877.637,91 euros. Para além deste movimento, foi imputado aos resultados transitados o montante de 117.355.401,13 euros, decorrente do reconhecimento das participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial.

28.3 - Ajustamentos em ativos financeiros

Em 2025, a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros apresenta o montante de 9.831.868,28 euros, resultante do reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, da variação nos capitais próprios das entidades participadas controladas pelo Município. Pelo mesmo motivo, os valores relativos a 2024 foram reexpressos, passando esta rubrica a apresentar um montante de 9.808.973,85 euros.

28.4 - Outras variações no património líquido

Nesta rubrica, o saldo a 31 de dezembro de 2025, no total de 383.466.021,60 euros, justifica-se da seguinte forma:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2024	Aumentos				Diminuições			30-12-2025
		Ajustamentos de transição	Donativos em numerário	Donativos em espécie	Transferências Gratuitas	Subsídios de capital	Reconhecimento de rendimentos com subsídios	Outras Regularizações	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	Σ
Outras variações no património líquido									
Transferências e subsídios de capital									
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	132 685 394,05					25 850 862,34	-8 298 207,56	-74 404,51	150 163 644,32
Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	666 096,99								666 096,99
Outras transferências e subsídios de capital	1 031 361,19					1 287 909,00			2 319 270,19
Doações e transferências									
Doações obtidas	70 609 215,61				3 554 910,00				74 164 125,61
Transferências de ativos									
Obtidas	156 100 148,82				52 735,67				156 152 884,49
Concedidas	0,00								0,00
	361 092 216,66	0,00	0,00	0,00	3 607 645,67	27 138 771,34	-8 298 207,56	-74 404,51	383 466 021,60

No que respeita ao aumento de outras variações no património líquido, de salientar o movimento de transferências gratuitas no montante de 3.554.910,00 euros, resultante da transferência de competências na área da Educação.

Conforme o discriminado, verificaram-se os seguintes aumentos na rubrica de «Outras variações no património líquido»: o montante de 27.138.771,34 euros, relativo ao valor dos subsídios ao investimento, recebidos em 2025.

Por sua vez, esta rubrica sofreu uma redução no montante de 8.298.207,56 euros, relacionada com a especialização dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento aqui registados.

No que respeita aos subsídios ao investimento para a aquisição de ativos, em termos comparativos, estes apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2025		31-12-2024	
	Ativos depreciables	Ativos não depreciables	Ativos depreciables	Ativos não depreciables
Saldo inicial	132 685 394,05	666 096,99	138 183 319,91	666 096,99
Subsídios recebidos	25 850 862,34		2 620 443,10	
Imputação de subsídios a resultados	-8 298 207,56		-7 193 832,19	
Saldo final	150 238 048,83	666 096,99	133 609 930,82	666 096,99

O detalhe dos movimentos anteriores relacionados com os subsídios ao investimento encontram-se detalhados no Anexo IV às presentes demonstrações financeiras.

Nota 29 – Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	Un.:euros
				%
Passivo corrente				
Fornecedores	7 776,55	213 144,57	-205 368,02	-96,4%
Fornecedores de investimentos	1 000,00	34 154,83	-33 154,83	-97,1%
	8 776,55	247 299,40	-238 522,85	-96,5%

Nota 30 - Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	Un.:euros
				%
Passivo corrente				
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	65 361,30	1 453 951,38	-1 388 590,08	-95,5%
Adiantamentos por conta de vendas	468 419,05	505 332,53	-36 913,48	-7,3%
	533 780,35	1 959 283,91	-1 425 503,56	-72,8%

Nota 31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	Un.:euros
				%
Passivo não corrente				
Outros credores				
Adiantamentos por conta de vendas	9 180 228,39	9 180 228,39	0,00	0,0%
	9 180 228,39	9 180 228,39	0,00	0,0%
Passivo corrente				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a Liquidar	15 390 826,05	14 271 016,35	1 119 809,70	7,8%
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	61 269,23	109 041,48	-47 772,25	-43,8%
Outros acréscimos de gastos	9 567 162,45	10 710 132,15	-1 142 969,70	-10,7%
Cauções	4 898 086,38	5 435 987,13	-537 900,75	-9,9%
Outros credores	632 974,96	184 080,60	448 894,36	243,9%
	30 563 239,77	30 710 257,71	-147 017,94	-0,5%
	39 743 468,16	39 890 486,10	-147 017,94	-0,4%

As outras contas a pagar, no passivo corrente, na rubrica de credores por acréscimos de gastos, apresenta como valores mais significativos, a importância estimada relativa às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2025, no montante de 15.390.826,05 euros, bem como o montante de 15.172.413,72 euros, associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2025, mas que só serão liquidados nos anos seguintes.

Na rubrica das Outras contas a pagar, passivo não corrente, encontram-se registados os adiantamentos efetuados até 31 de dezembro de 2025 do Fundo Investimento Imobiliário Invesurb.

Esta rubrica inclui, também, o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, de 4.898.086,38 euros, com destaque para a caução de 1.626.056,54 euros, apresentada pela Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda., relacionadas com processos de licenciamento de obras de urbanização.

Nota 32 - Fornecimentos e serviços externos

Em 2025 e 2024, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Un.:euros				
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Varição 25-24	%
Fornecimentos e serviços externos:				
Subcontratos e parcerias	9 418 825,36	8 318 198,60	1 100 626,76	13,2%
Tratamento de RSU's	43 997,02	386 371,69	-342 374,67	-88,6%
Sinalização e trânsito	6 992,80	408 885,38	-401 892,58	-98,3%
Iluminação Pública	1 879 622,05	1 626 920,34	252 701,71	15,5%
Transportes escolares	226 352,40	37 801,72	188 550,68	498,8%
Cantinas escolares - refeições confeccionadas	6 160 972,65	5 693 106,67	467 865,98	8,2%
Outros subcontratos e parcerias	207 644,35	165 112,80	42 531,55	25,8%
Serviços especializados	28 430 796,98	26 359 466,53	2 071 330,45	7,9%
Trabalhos especializados	12 079 886,15	11 547 092,99	532 793,16	4,6%
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	1 440 322,11	1 743 634,87	-303 312,76	-17,4%
Projetos e serviços de informática	2 792 269,39	2 071 465,21	720 804,18	34,8%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	271 394,37	222 931,97	48 462,40	21,7%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	78 532,17	149 431,98	-70 899,81	-47,4%
Organização de eventos	919 241,27	858 119,73	61 121,54	7,1%
Formação ao pessoal	522 430,96	513 362,93	9 068,03	1,8%
Outros trabalhos especializados	6 055 695,88	5 988 146,30	67 549,58	1,1%
Trabalhos de impressão	247 216,83	261 337,03	-14 120,20	-5,4%
Ensaaios e Análises Técnicas	24 258,43	27 880,06	-3 621,63	-13,0%
Outros	5 784 220,62	5 698 929,21	85 291,41	1,5%
Traduções	55 981,43	45 395,07	10 586,36	23,3%
Instalações de Ramais	0,00	25 612,85	-25 612,85	-100,0%
Outros trabalhos especializados	5 728 239,19	5 627 921,29	100 317,90	1,8%
Publicidade, comunicação e imagem	206 283,38	283 931,68	-77 648,30	-27,3%
Vigilância e segurança	6 009 573,53	4 869 466,46	1 140 107,07	23,4%
Honorários	73 773,63	72 939,22	834,41	1,1%
Comissões- Encargos de cobrança	4 729 332,09	3 382 138,08	1 347 194,01	39,8%
Conservação e reparação	5 331 948,20	6 203 898,10	-871 949,90	-14,1%
Materiais de consumo	1 515 088,31	2 265 226,50	-750 138,19	-33,1%
Energia e fluidos	6 911 212,21	6 649 861,08	261 351,13	3,9%
Deslocações, estadas e transportes	351 559,57	466 936,43	-115 376,86	-24,7%
Serviços diversos	28 179 987,60	27 196 987,40	983 000,20	3,6%
Rendas e alugueres	7 002 635,17	6 064 428,19	938 206,98	15,5%
Comunicação	1 768 463,41	804 963,80	963 499,61	119,7%
Seguros	857 188,13	617 792,40	239 395,73	38,8%
Outros serviços diversos	38 915,66	11 621,78	27 293,88	234,9%
Contencioso e notariado	156 752,80	404 209,59	-247 456,79	-61,2%
Despesas de representação dos serviços	129 866,50	105 805,22	24 061,28	22,7%
Limpeza, higiene e conforto	3 650 679,84	2 724 524,67	926 155,17	34,0%
Outros fornecimentos e serviços externos	14 575 486,09	16 463 641,75	-1 888 155,66	-11,5%
Serviços de Educação	1 509 873,93	1 114 131,42	395 742,51	35,5%
Outros	13 035 115,96	15 349 510,33	-2 314 394,37	-15,1%
Atividades Culturais e Turísticas	8 796 959,93	9 272 410,80	-475 450,87	-5,1%
Trabalhos fotográficos	75 729,31	129 327,37	-53 598,06	-41,4%
Jornais e Revistas	5 938,59	7 590,27	-1 651,68	-21,8%
Refeitórios	40 687,29	21 038,60	19 648,69	93,4%
Serviços Sociais	2 773 472,80	4 526 082,07	-1 752 609,27	-38,7%
Serviços de Reboque	578 338,98	577 572,48	766,50	0,1%
Outros	763 989,06	815 488,74	-51 499,68	-6,3%
	74 807 470,03	71 256 676,54	3 550 793,49	5,0%

A rubrica de serviços especializados engloba diversos gastos relacionados com estudos, pareceres e consultadoria jurídica, projetos e serviços informáticos, vigilância e segurança e conservação e manutenção dos equipamentos e infraestruturas afetas à atividade do Município.

Por sua vez, os serviços diversos, dizem respeito na sua maioria a rendas e alugueres de edifícios e veículos automóveis, gastos relacionados com atividades culturais e turísticas e serviços sociais.

No conjunto observa-se que os aumentos concentram-se sobretudo em subcontratos, parcerias e serviços especializados, nomeadamente em iluminação pública, transportes escolares e cantinas, para os subcontratos, para os serviços especializados assinala-se os gastos com vigilância e segurança. Os gastos em serviços diversos crescem, impulsionados pelas rendas e alugueres, limpeza higiene e conforto e comunicação.

As reduções, por outro lado, concentram-se em áreas de consultoria, publicidade, comunicação e imagem, material de consumo, deslocações e estadas, contencioso e notariado, atividade culturais e turísticas e ainda serviços sociais.

Nota 33 - Gastos com pessoal

Em 2025 e 2024, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Rubrica	Un.:euros			
	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	%
Gastos com pessoal:				
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	600 514,31	576 287,15	24 227,16	4,2%
Remunerações do pessoal	93 056 306,07	86 364 838,96	6 691 467,11	7,7%
Indemnizações	151 349,94	130 496,81	20 853,13	16,0%
Encargos sobre remunerações	21 284 998,09	19 592 499,94	1 692 498,15	8,6%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 198 251,95	1 436 906,63	-238 654,68	-16,6%
Outros gastos com o pessoal	480 292,03	548 685,73	-68 393,70	-12,5%
Outros encargos sociais	3 600 512,61	3 454 564,47	145 948,14	4,2%
	120 372 225,00	112 104 279,69	8 267 945,31	7,4%

Verifica-se um aumento dos gastos com pessoal, resultante, não apenas de atualizações remuneratórias e reforços de valorizações, mas também da especialização económica do exercício, que exige o reconhecimento do mês de férias e subsídio e respetiva assunção de encargos, ainda que o pagamento ocorra apenas no exercício seguinte.

Nota 34 - Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Em 2025 e 2024, a rubrica Transferências e subsídios concedidos e de prestações sociais tinha a seguinte composição:

Un.:euros				
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Varição 25-24	%
Transferências e subsídios concedidos:				
Empresas Municipais	51 667 954,46	42 387 656,12	9 280 298,34	21,9%
Juntas de Freguesia	7 540 260,49	8 418 069,97	-877 809,48	-10,4%
Instituições sem fins lucrativos	6 429 986,41	5 910 157,34	519 829,07	8,8%
Famílias	352 681,68	469 386,42	-116 704,74	-24,9%
STCP Serviços	0,00	1 541 467,86	-1 541 467,86	-100,0%
Fundação Casa da Música	350 000,00	350 000,00	0,00	0,0%
LIPOR	2 537 252,48	2 668 853,65	-131 601,17	-4,9%
Outras transferências e subsídios concedidos	5 753 022,34	6 741 193,48	-988 171,14	-14,7%
	74 631 157,86	68 486 784,84	6 144 373,02	9,0%

Para o aumento das transferências e subsídios concedidos, concorrem entre outros, as verbas transferidas para as empresas municipais, e ainda, no domínio das ações de interesse cultural e turístico.

A rubrica de Outras transferências inclui, entre outras, a transferência efetuada à Área Metropolitana do Porto, no âmbito do Contrato Programa INCENTIVA + TP no montante de 2.111.882,24 euros.

Nota 35 – Outros Gastos

Em 2025 e 2024, a rubrica de Outros gastos tinha a seguinte composição:

Un.:euros				
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Varição 25-24	%
Outros Gastos:				
Impostos e taxas	443 459,41	484 490,28	-41 030,87	-8,5%
Dívidas incobráveis	357 566,01	0,00	357 566,01	100,0%
Perdas em inventários	345 189,93	35 870,06	309 319,87	862,3%
Gastos em investimentos não financeiros	175 365,27	42 797,00	132 568,27	309,8%
Outros	7 948 089,12	14 859 884,36	-6 911 795,24	-46,5%
	9 269 669,74	15 423 041,70	-6 153 371,96	-39,9%

Os Outros gastos e perdas estão influenciados pelas correções relativas a exercícios anteriores relacionadas com taxas de loteamento e obras, multas e outras penalidades reembolsadas, e ainda pelas correções de estimativa de impostos que se mostraram insuficientes.

Nota 36 - Juros e gastos similares suportados

Em 2025 e 2024, a rubrica de Juros e gastos similares suportados tinha a seguinte composição:

	Un.:euros			
Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Variação 25-24	%
Outros Gastos				
Juros e encargos suportados	226 565,83	393 615,55	-167 049,72	-42,4%
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00	0,00	100,0%
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	100,0%
	226 565,83	393 615,55	-167 049,72	-42,4%

O montante apresentado em Juros e encargos suportados é influenciado pelos juros suportados pelos financiamentos obtidos em 226.565,83 euros.

Nota 37 – Outras informações consideradas relevantes

Não dispomos de informação relevante a divulgar.

Índice de figuras

Figura 1 – Projeções do PIB Mundial ^{2,3}	7
Figura 2 - Estimativa do PIB das 10 maiores economias mundiais (2025) ²	8
Figura 3 - Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes ²	9
Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro ^{2, 3, 4, 6}	10
Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro ⁶	11
Figura 6 - Projeções do PIB para Portugal ^{7, 8, 9, 10}	12
Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal ⁷	13
Figura 8. Dívida líquida de curto prazo	15
Figura 9. Resultado líquido do exercício	16
Figura 10. Cultura e Património	22
Figura 11. Economia, Pessoas e Inovação	24
Figura 12. Ambiente, Energia e Qualidade de Vida	28
Figura 13. Urbanismo e Habitação	32
Figura 14. Coesão Social.....	34
Figura 15. Mobilidade	36
Figura 16. Governância da Câmara	38
Figura 17. Regras orçamentais de equilíbrio.....	41
Figura 18. Taxa de execução da receita	45
Figura 19. Evolução da receita cobrada	46
Figura 20. Evolução dos impostos diretos.....	49
Figura 21. Evolução das receitas correntes não fiscais	50
Figura 22. Evolução das receitas de capital.....	51
Figura 23. Taxa de execução da despesa	53
Figura 24. Evolução da despesa paga.....	55

Figura 25. Evolução da dívida bancária	64
Figura 26. Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais.....	74
Figura 27. Evolução do endividamento.....	83
Figura 28. Gastos ambientais	93

Índice de quadros

Quadro 1. Indicadores da receita.....	16
Quadro 2. Indicadores da despesa.....	18
Quadro 3. Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida.....	18
Quadro 4. Indicadores económico-financeiros.....	19
Quadro 5. Despesa por objetivos.....	21
Quadro 6. Saldos orçamentais	40
Quadro 7. Alteração e origem da variação da dotação	42
Quadro 8. Alterações ao orçamento segundo a natureza	43
Quadro 9. Receita por classificação económica.....	46
Quadro 10. Evolução da receita global cobrada	47
Quadro 11. Evolução da estrutura da receita fiscal	48
Quadro 12. Despesa por classificação económica	54
Quadro 13. Despesa paga	55
Quadro 14. Evolução das despesas com pessoal	57
Quadro 15. Evolução das transferências correntes	59
Quadro 16. Juntas de Freguesia.....	61
Quadro 17. Subsídios	62
Quadro 18. Evolução das transferências de capital	63
Quadro 19. Dívida bancária.....	64
Quadro 20. Execução das Grandes Opções do Plano	65
Quadro 21. Evolução das despesas de investimento.....	66
Quadro 22. Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos	68
Quadro 23. Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto	70
Quadro 24. Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos	71

Quadro 25. Resumo da conta de gerência	74
Quadro 26. Ativo	76
Quadro 27. Passivo.....	78
Quadro 28. Patrimônio.....	79
Quadro 29. Gastos.....	80
Quadro 30. Rendimentos	81
Quadro 31. Margem efetivamente disponível para endividamento	84
Quadro 32. Gastos por centro de custo	88
Quadro 33. Gastos por funções	90
Quadro 34. Rendimentos gerais e gastos não incorporados	91
Quadro 35. Resultado líquido do período.....	94
Quadro 36. Mapa de Distribuição de Gastos e Rendimentos por Unidade Orgânica.....	94

Relatório de Gestão 2025

— Anexos

Anexo I - Subsídios

										Ano:	2025
Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Valor a reconhecer em anos seguintes	
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total		
											(4)
(1)	(2)	(3)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	(10) = (6) - (9)	
1.	Ativos fixos tangíveis										
1.1	Edifício e outras construções										
1.1.1	Projecto Bairro Santa Luzia	IORU	29 743 107,25	751 083,36	0,00	751 083,36	410 499,43	15 711,29	426 210,72	324 872,64	
1.1.2	Projecto Integrado do Bairro do Aleixo	IORU	0,00	422 319,71	0,00	422 319,71	422 319,71	0,00	422 319,71	0,00	
1.1.3	Projecto Bairro do Lagarteiro	IORU	10 309 521,91	199 285,09	0,00	199 285,09	173 845,11	6 330,49	180 175,60	19 109,49	
1.1.4	Centro Comunitário de Recursos Condominhas	IORU	3 375 684,53	201 114,91	0,00	201 114,91	104 815,16	4 203,84	109 019,00	92 095,91	
1.1.5	Jovens Espaço Vivo / Quotidianos Urbanos S.Tomé	IORU	396 785,07	378 779,32	0,00	378 779,32	305 076,72	13 400,52	318 477,24	60 302,04	
1.1.6	Bairro Rainha D.Leonor - Modernizar e Desenv. Lordelo do Ouro	IORU	0,00	545 734,78	0,00	545 734,78	545 734,78	0,00	545 734,78	0,00	
1.1.7	Bairro da Pasteleira - Mobilizar e Desenvolver Lordelo do Ouro (1.º Projecto)	IORU	15 522 262,09	3 021 717,66	0,00	3 021 717,66	1 436 782,87	55 978,31	1 492 761,18	1 528 956,48	
1.1.8	Equipamentos Desportivos do Vale de Campanhã	IORU	1 540 855,17	583 593,54	0,00	583 593,54	288 390,43	11 850,36	300 240,79	283 352,75	
1.1.9	Reconstrução do Bairro de Aldoar	IORU	10 928 601,26	132 870,49	0,00	132 870,49	109 616,91	2 171,02	111 787,93	21 082,56	
1.1.10	Bairro da Pasteleira - Mobilizar e Desenvolver Lordelo do Ouro (2.º Projecto)	IORU	11 176 854,00	482 594,45	0,00	482 594,45	459 123,43	2 503,43	461 626,86	20 967,59	
1.1.11	Requalificação Urbana do Bairro do Bom Sucesso	IORU	1 976 763,86	152 708,00	0,00	152 708,00	148 916,66	989,97	149 906,63	2 801,37	
1.1.12	Projecto Piloto Urbano Bairro da Sé - 2.ª Fase	IORU	1 641 644,35	1 170 170,39	0,00	1 170 170,39	830 729,20	90 474,41	921 203,61	248 966,78	
1.1.13	Projecto de Ampliação e Modernização do Arquivo Histórico do Porto	PORNorte OCA II	8 639 961,50	173 717,39	0,00	173 717,39	80 256,32	5 579,76	85 836,32	87 881,07	
1.1.14	Casa do Infante (Torre do tombo)	PARAM	2 138 895,70	748 196,85	0,00	748 196,85	360 987,85	15 592,32	376 580,17	371 616,68	
1.1.15	Ampliação e Remodelação da "Casa do Infante"	IFAT	8 639 961,50	2 551 396,05	0,00	2 551 396,05	1 185 374,16	81 553,56	1 266 927,72	1 284 468,33	
1.1.16	Museu do Vinho do Porto	IFAT	0,00	553 561,27	0,00	553 561,27	553 561,27	0,00	553 561,27	0,00	
1.1.17	Casa do Infante (Programa Ecos-Overture)	Euronorm	8 639 961,50	34 055,00	0,00	34 055,00	0,00	0,00	34 055,00	21 174,40	
1.1.18	Ampliação e Remodelação da Casa do Infante	PRONorte OCA II	10 778 857,20	2 960 771,27	0,00	2 960 771,27	1 429 663,38	86 387,28	1 516 050,66	1 444 720,61	
1.1.19	Núcleo Rural de Aldoar	PRONorte OCA III	2 919 117,42	694 193,25	0,00	694 193,25	408 092,17	28 982,22	437 074,39	257 118,86	
1.1.20	Requalificação e Valorização Urbana do Palácio de Cristal	PRONorte OCA II	24 313 603,76	2 402 668,51	0,00	2 402 668,51	2 329 414,55	1 860,48	2 331 275,03	71 393,48	
1.1.21	Dinamização e Requalificação Bairro do Cerco do Porto	PRONorte OCA II	19 456 765,05	390 426,70	0,00	390 426,70	362 432,64	5 521,43	367 954,07	22 472,63	
1.1.22	Projecto de remodelação da Casa Museu Guerra Junqueiro	PRONorte OCA II	1 293 770,79	38 454,98	0,00	38 454,98	18 950,99	588,06	19 539,05	18 915,53	
1.1.23	Complexo Desportivo do Monte Aventino	PRONorte OCA II	0,00	1 234 524,80	0,00	1 234 524,80	0,00	0,00	1 234 524,80	0,00	
1.1.24	Projecto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural	PRONorte OCA II	11 678 582,66	198 272,16	0,00	198 272,16	105 426,99	4 318,38	109 745,37	88 526,79	
1.1.25	Projecto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural - 1.ª e 2.ª fases	PRONorte OCA II	11 678 582,66	3 740 984,23	0,00	3 740 984,23	1 988 614,25	81 505,56	2 070 119,81	1 670 864,42	
1.1.26	Projecto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural - 2.3.ª e 4.ª fases	PRONorte OCA II	11 678 582,66	2 057 541,32	0,00	2 057 541,32	1 093 549,52	44 836,80	1 138 386,32	919 155,00	
1.1.27	Nó de Ciriaco Cardoso 2.ª fase - obras complementares	PRONorte OCA II	19 262 527,18	1 047 475,58	0,00	1 047 475,58	658 340,14	35 864,04	694 204,18	353 271,40	
1.1.28	Nó de Faria Guimarães 2.ª fase - obras complementares	PRONorte OCA II	1 032 402,39	759 419,80	0,00	759 419,80	394 326,65	29 170,86	423 497,51	335 922,29	
1.1.29	Túnel de ligação da Zona Oriental à VCI - 1.ª fase	PRONorte OCA II	38 440 548,33	1 732 075,69	0,00	1 732 075,69	1 400 818,54	31 548,30	1 432 366,84	299 708,85	
1.1.30	Inventory Património Cultural	PRONorte OCA II	0,00	311 047,87	0,00	311 047,87	311 047,87	0,00	311 047,87	0,00	
1.1.31	Museu Virtual da Memória do Palácio de Cristal	PRONorte OCA II	0,00	28 244,43	0,00	28 244,43	0,00	0,00	28 244,43	0,00	
1.1.32	SITE Internet / CD ROM Interactivo	PRONorte OCA II	0,00	18 655,04	0,00	18 655,04	0,00	0,00	18 655,04	0,00	
1.1.33	Formatação de novas intervenções regeneração urbana	PRONorte OCA II	0,00	17 956,73	0,00	17 956,73	17 956,73	0,00	17 956,73	0,00	
1.1.34	Túneis Urbanos Porto - Túnel 2	PRONorte OCA III	24 191 692,58	15 386 208,67	0,00	15 386 208,67	12 097 318,81	805 442,40	12 902 761,21	2 483 447,46	
1.1.35	Remate Poente Parque da Cidade	PRONorte OCA III	2 919 117,42	641 851,45	0,00	641 851,45	530 545,84	13 344,55	543 890,39	97 961,06	
1.1.36	Construção e Instalação de Redes de Águas Pluviais 1.ª fase	PRONorte OCA III	1 300 426,47	597 214,72	0,00	597 214,72	433 912,16	23 592,78	457 504,94	339 709,78	
1.1.37	Rede Viária Estruturante - Bairro S.João de Deus	URBAN II	1 864 632,64	898 406,87	0,00	898 406,87	348 128,08	424 920,39	393 048,88	505 357,98	
1.1.38	Ligação Rotunda Bairro S. João Deus à Rua Nova Vitória	URBAN II	932 316,32	466 132,72	0,00	466 132,72	180 631,53	23 306,22	203 937,75	262 194,57	
1.1.39	Arranjos Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Social Pio XII	URBAN II	0,00	827 286,82	0,00	827 286,82	0,00	0,00	827 286,82	0,00	
1.1.40	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Contumil	URBAN II	0,00	1 052 858,07	0,00	1 052 858,07	1 052 858,07	0,00	1 052 858,07	0,00	
1.1.41	Equipamento informático nas escolas EB2	PRODEP III	0,00	337 494,59	0,00	337 494,59	0,00	0,00	337 494,59	0,00	
1.1.42	Biblioteca Almeida Garrett - Obra	DGLB	7 345 312,37	1 368 701,43	0,00	1 368 701,43	629 265,77	27 218,52	656 484,29	712 217,14	
1.1.43	Biblioteca Almeida Garrett - Equipamento Informática	DGLB	16 968 291,39	63 335,00	0,00	63 335,00	34 253,43	654,72	34 908,15	28 426,65	
1.1.44	Biblioteca Almeida Garrett	Porto 2001	7 345 312,37	997 595,79	0,00	997 595,79	458 454,88	19 845,72	478 300,60	519 295,19	
1.1.45	Escolas - equipamentos (computadores)	DREN	0,00	181 137,45	0,00	181 137,45	0,00	0,00	181 137,45	0,00	
1.1.46	Conjunto Habitacional das Condominhas	IHRU	3 099 065,13	1 379 550,28	0,00	1 379 550,28	718 098,15	28 790,85	746 889,00	632 661,28	
1.1.47	Conjunto Habitacional dos Choupous	IHRU	739 334,37	390 409,11	0,00	390 409,11	389 616,38	8 325,12	207 941,50	182 467,61	
1.1.48	Conjunto Habitacional do Falcão	IHRU	19 443 944,16	3 134 974,71	0,00	3 134 974,71	2 018 290,69	58 904,06	2 077 194,75	1 057 779,36	
1.1.49	Conjunto Habitacional do Viso	IHRU	13 985 280,84	4 733 359,86	0,00	4 733 359,86	1 116 569,03	116 621,90	1 233 190,93	3 500 168,93	
1.1.50	Conjunto Habitacional das Antas	IHRU	6 914 665,14	3 432 906,69	0,00	3 432 906,69	1 569 892,68	65 572,30	1 635 464,98	1 797 441,71	
1.1.51	Conjunto Habitacional do Ilhéu	IHRU	6 095 307,68	2 738 557,57	0,00	2 738 557,57	1 260 008,60	54 841,32	1 314 849,92	1 423 707,65	
1.1.52	Conjunto Habitacional da Fontinha	IHRU	2 103 008,40	549 984,58	0,00	549 984,58	252 813,20	10 937,34	263 750,54	286 234,04	
1.1.53	Conjunto Habitacional da Travessa de Salgueiros	IHRU	3 399 846,06	1 029 288,05	0,00	1 029 288,05	738 382,18	23 109,36	761 491,54	699 057,87	
1.1.54	Conjunto Habitacional do Monte S. João	IHRU	7 757 069,43	1 062 454,48	0,00	1 062 454,48	128 070,34	22 976,64	151 046,98	911 407,50	
1.1.55	Conjunto Habitacional das Fontainhas I, II e III	IHRU	3 788 516,67	529 002,45	0,00	529 002,45	155 786,62	11 196,48	166 983,10	362 019,35	
1.1.56	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2 971 939,93	976 269,00	0,00	976 269,00	260 476,44	18 925,41	279 401,85	696 867,15	
1.1.57	PROHABITA - Recuperação de 1109 fogos	IHRU	2 213 749,64	4 608 466,24	0,00	4 608 466,24	4 239 621,59	23 445,12	4 263 066,71	345 399,53	
1.1.58	Bairro Parceria Antunes (MS)	Ministério Saúde/IHRU	6 532 312,65	2 898 512,00	0,00	2 898 512,00	1 536 358,82	60 651,64	1 596 990,46	2 099 478,18	
1.1.59	CACE-Centro Apoio à Criação de Empresas	IEFP	35 316 384,05	562 068,69	0,00	562 068,69	248 834,03	19 696,63	268 530,66	293 538,03	
1.1.60	Terminal Rodoviário do Bom Sucesso	DGTT	1 491 206,50	763 138,36	0,00	763 138,36	35 327,75	5 814,72	41 142,47	172 995,89	
1.1.61	Requalificação da Frente Ribeira entre Ponte D.Luís I e o Cais de Estiva	DGOTDU	4 312 336,14	3 253 595,12	0,00	3 253 595,12	2 800 617,73	115 653,84	2 916 271,57	337 323,55	
1.1.62	Requalificação e reabilitação da Avenida da Boavista	Metro do Porto	19 107 421,16	4 215 778,96	0,00	4 215 778,96	2 594 768,52	156 873,00	2 751 631,52	1 464 147,44	
1.1.63	Grande Prémio do Porto - Circuito da Boavista	POIHRU	5 368 087,56	2 459 087,88	0,00	2 459 087,88	1 536 358,82	79 110,48	1 595 465,30	863 622,58	
1.1.64	Sistema de Controlo de Tráfego na VCI	IEP	0,00	1 034 940,96	0,00	1 034 940,96	0,00	0,00	1 034 940,96	0,00	
1.1.65	Acessibilidades - Antas	IEP	82 670 735,48	33 740 182,27	0,00	33 740 182,27	32 379 071,50	169 753,77	32 548 825,27	1 191 357,00	
1.1.66	Acessibilidades - Bessa	IEP	25 013 315,								

Anexo I - Subsídios

Ano:											2025
Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Valor a reconhecer em anos seguintes	
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	(10) = (6) - (9)	
1.1.100	Ampliação da Residência de 3ª Idade - Morro da Sé	POR Norte - ON2	1 083 287,68	523 525,39	0,00	523 525,39	76 856,06	5 095,08	81 951,14	441 574,25	
1.1.101	Bairro do Pereiró (CTT)	CTT - Correios Portugal	2 852 054,50	500 000,00	0,00	500 000,00	15 720,51	5 240,16	20 960,67	479 039,33	
1.1.102	Requalificação do Espaço Público	POR Norte - ON2	5 594 395,44	5 598 474,28	0,00	5 598 474,28	1 122 172,35	325 614,39	1 447 786,74	4 150 687,54	
1.1.103	Centro Escolar EB1/JI Costa Cabral	POR Norte - ON2	2 106 638,42	759 067,55	0,00	759 067,55	84 965,47	22 805,88	107 771,35	651 296,20	
1.1.104	Centro Escolar EB1/JI Mariluz	POR Norte - ON2	2 126 531,23	739 671,75	0,00	739 671,75	87 905,17	32 011,80	119 916,97	619 724,80	
1.1.105	Qualificação do Circuito da Boavista para o Grau 2 da FIA	PIT	5 368 097,56	429 931,80	0,00	429 931,80	353 207,33	6 438,39	359 645,72	70 286,08	
1.1.106	Centro Escolar EB1/JI do Bom Pastor	POR Norte - ON2	2 005 445,84	919 328,60	0,00	919 328,60	366 289,29	34 208,64	400 497,93	518 830,67	
1.1.107	Centro Escolar EB1 JI Campinas	POR Norte - ON2	2 361 926,94	1 003 728,79	0,00	1 003 728,79	367 104,80	35 043,48	402 148,28	601 580,51	
1.1.108	Exporriações para a Ponte do Infante	Metro do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.109	Teatro Campo Alegre, Pavilhão da Água e Planetário		4 797 740,37	3 562 571,75	0,00	3 562 571,75	595 733,00	87 551,00	683 284,00	2 879 277,55	
1.1.110	Criação de Centro Interpretativo: Infante D-Henrique e os Novos Mundos	POR Norte - ON2	8 710 709,40	107 548,82	0,00	107 548,82	59 445,07	2 871,84	62 316,91	45 231,91	
1.1.111	Beneficiação da rede viária - 1 - Eixos centros urbanos e polos geradores de tráfego	POR Norte - ON2	4 439 417,28	984 068,20	0,00	984 068,20	473 185,60	54 732,83	527 918,43	456 149,77	
1.1.112	Qualificação do ambiente urbano do Parque do Palácio de Cristal	POR Norte - ON2	881 464,32	81 338,42	0,00	81 338,42	27 350,89	3 660,12	31 011,01	50 327,41	
1.1.113	Requalificação da Av.Boavista - Fases I, II, III e IV	POR Norte - ON2	19 631 194,27	1 654 393,29	0,00	1 654 393,29	578 067,49	103 549,92	681 617,41	972 775,88	
1.1.114	Arranjo urbanístico junto à Sé e na Rua dos Clérigos	POR Norte - ON2	463 859,05	382 962,87	0,00	382 962,87	25 322,35	2 819,52	28 141,87	354 821,00	
1.1.115	Requalificação da Av.Boavista - Fases V e VI	POR Norte - ON2	19 107 421,16	453 107,02	0,00	453 107,02	101 949,09	33 983,04	135 932,13	317 174,89	
1.1.116	Qualificação do Ambiente Urbano do Parque do Palácio de Cristal (2)	POR Norte - ON2	881 464,32	132 963,45	0,00	132 963,45	95 384,92	2 547,72	97 932,64	35 030,81	
1.1.117	Prog.Reabilitação e Melhoria do Ambiente Urbano de Bairros de Habitação Social Municipal do Porto	POR Norte - ON2	78 308 677,48	1 862 282,91	0,00	1 862 282,91	226 997,01	79 966,91	306 963,92	1 555 318,99	
1.1.118	Escola Básica Paulo da Gama	POR Norte - ON2	1 818 178,96	181 496,97	0,00	181 496,97	50 826,85	5 894,88	56 721,73	124 775,24	
1.1.119	Escola Básica Agra do Amial	POR Norte - ON2	158 788,30	67 267,42	0,00	67 267,42	0,00	5 345,76	5 345,76	61 921,66	
1.1.120	Reparação e beneficiação geral da Escola Básica S.João da Foz	POR Norte - ON2	247 316,36	21 977,16	0,00	21 977,16	0,00	569,64	569,64	21 407,52	
1.1.121	Beneficiação da Rede Viária 2 - Melhoria da Circulação dos Transportes Públicos	POR Norte - ON2	846 069,90	183 298,78	0,00	183 298,78	45 890,61	10 694,40	56 585,01	126 713,77	
1.1.122	Reabilitação do Bairro do Falcão - 1ª Fase	NORTE2020	4 778 421,88	357 952,41	18 834,37	376 686,78	16 372,24	33 319,25	49 691,49	326 995,29	
1.1.123	Beneficiação da Rede Viária 3 - Sinistralidade	NORTE2020	1 794 462,01	258 215,47	0,00	258 215,47	159 011,56	10 425,48	169 437,04	88 778,43	
1.1.124	Ampliação e Requalificação do Quartel do Batalhão de Saparadores Bombeiros do Porto	FEM	4 668 067,34	843 254,27	0,00	843 254,27	133 285,17	23 864,52	157 149,69	686 104,58	
1.1.125	Valorização dos Caminhos de Santiago - O Caminho Português da Costa	NORTE2020	102 073,97	87 197,24	1 067,31	88 264,55	5 301,62	941,17	6 242,79	82 021,76	
1.1.126	FEE - Planos de ação de Eficiência Energética na Administração Pública	FEE	15 985 273,87	5 990,74	0,00	5 990,74	1 310,10	209,28	1 519,38	4 471,36	
1.1.127	Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto - 1ª fase	NORTE2020	9 317 322,71	4 927 099,39	719 898,20	5 646 997,59	139 658,58	145 576,34	285 234,92	5 361 762,67	
1.1.128	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal-2ª fase - Enq.º Machado Vaz	NORTE2020	0,00	836 785,02	37 204,76	873 989,78	0,00	0,00	0,00	873 989,78	
1.1.129	Proteção do Mercado do Bolhão	NORTE2020	40 873 275,06	16 529 590,41	5 635 718,39	22 165 308,80	346 853,64	341 588,39	688 442,03	21 476 866,77	
1.1.130	Requalificação da Quinta da Bonifia	FCD	4 425 327,02	5 786 264,06	0,00	5 786 264,06	2 049 764,31	62 895,78	2 112 660,09	3 673 603,97	
1.1.131	PROHABITA - Recuperação 4700 Focos	IHRU	466 775,51	8 990 566,91	0,00	8 990 566,91	8 978 470,53	716,64	8 979 187,17	11 379,74	
1.1.132	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - 1ª fase	NORTE2020	35 890 535,97	5 990 939,83	439 128,55	6 430 068,38	466 000,60	164 545,68	630 546,28	5 799 522,10	
1.1.133	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - 2ª fase - St.Luiz	NORTE2020	8 772 346,47	576 234,93	460 099,28	1 036 334,21	47 138,84	64 605,94	111 744,78	824 589,43	
1.1.134	Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano	NORTE2020	15 443 009,94	5 883 153,90	4 313 460,48	10 196 614,38	93 057,24	170 455,98	263 513,22	9 933 101,16	
1.1.135	Prom.Efíc.Energética Bairros Hab.Pública Municipal-3ª Fase (Mouteira)	NORTE2020	7 646 387,54	251 973,08	13 261,74	265 234,82	39 154,37	10 386,54	49 540,91	215 693,91	
1.1.136	Prom.Efíc.Energética Bairros Hab.Pública Municipal-3ª Fase (Carvalhido)	NORTE2020	9 008 259,60	669 360,89	36 873,30	706 234,19	122 045,45	30 047,13	152 092,58	554 141,61	
1.1.137	Terminal Intermodal de Campanhã	NORTE2020	16 843 137,49	8 276 972,50	3 283 078,34	11 560 050,84	907 517,40	1 146 620,70	2 054 138,10	4 505 912,74	
1.1.138	ENERPART	INTERREG IV	621 489,13	197 676,09	0,00	197 676,09	9 457,95	14 148,19	23 606,14	174 069,95	
1.1.139	Reparação de Danos Causados pela Depressão Elsa	Fundo de Emergência Municipal	2 321 520,50	2 807,66	0,00	2 807,66	426,07	1,42	427,49	2 038,19	
1.1.140	Escola Básica do Falcão	NORTE2020	2 193 636,97	1 179 074,50	0,00	1 179 074,50	41 585,45	26 729,38	68 315,83	1 110 758,67	
1.1.141	Req.Mod.Instalações Escola Secundária Alexandre Herculano (Acordo 15 2019)	NORTE2020	15 531 698,00	2 757 924,57	0,00	2 757 924,57	56 145,92	35 556,52	91 702,44	2 666 222,13	
1.1.142	Escola Básica do Cerco	NORTE2020	23 212,56	213 330,00	0,00	213 330,00	1 996,89	1 498,25	3 495,14	209 834,86	
1.1.142	Reabilitação do Ateliê António Carneiro	NORTE2020	619 898,62	652 512,22	32 625,60	685 137,82	9 814,86	7 041,71	16 856,57	55 282,25	
1.1.143	Unidade de Saúde de Azevedo Campanhã	PRR	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00	
1.1.144	Reabilitação de 2 fogos - Rua Dr. Alberto de Aguiar, n.º 46 e 48	PRR	286 157,24	49 052,03	129 078,22	178 130,25	0,00	505,33	505,33	177 624,92	
1.1.145	Reabilitação de 4 fogos - Rua da Bainharia 23 a 29 e Rua de Mouzinho da Silveira 146 a 148	PRR	193 777,41	37 684,71	80 002,18	117 686,89	0,00	935,07	935,07	116 751,82	
1.1.146	Reabilitação de 1 fogos - Rua do Barredo, 21 e Escadas do Barredo, 12 a 16	PRR	0,00	30 951,94	86 318,35	117 270,29	0,00	0,00	0,00	117 270,29	
1.1.147	Reabilitação de 5 fogos - Rua Mouzinho da Silveira 133 a 137	PRR	0,00	151 734,73	320 749,84	472 484,57	0,00	0,00	0,00	472 484,57	
1.1.147	Reabilitação de 7 fogos - Rua Francisco da Rocha Soares, 36 a 48	PRR	0,00	321 993,28	560 323,39	882 316,67	0,00	0,00	0,00	882 316,67	
1.1.148	Construção de 32 fogos - Travessa das Eirinhas	PRR	0,00	1 325 412,90	1 837 743,79	3 163 156,69	0,00	0,00	0,00	3 163 156,69	
1.1.149	Reabilitação de 3 fogos - Passagem das Fontainhas, 37-39	PRR	0,00	142 987,09	217 045,94	359 987,09	0,00	0,00	0,00	359 987,09	
1.1.150	Reabilitação de 3 fogos - Rua dos Mercadores, 168 a 172	PRR	0,00	97 155,75	90 063,14	187 218,89	0,00	0,00	0,00	187 218,89	
1.1.151	Reabilitação de 2 fogos - Travessa da Senhora da Lapa, 37 e 39	PRR	0,00	58 064,26	0,00	58 064,26	0,00	0,00	0,00	58 064,26	
1.1.152	Reabilitação de 3 fogos - Rua da Pena Ventosa, 40	PRR	176 137,57	35 208,13	60 830,20	96 038,33	0,00	706,05	95 332,28	17 624,92	
1.1.153	Reabilitação de 16 fogos - Rua da Fonte Taurina, n.º 42/48, 50/56 e 58/62	PRR	398 702,14	82 551,00	210 048,97	292 599,97	0,00	1 787,77	1 787,77	290 812,20	
1.1.154	Reabilitação de 15 fogos - Bairro S. João de Deus	PRR	0,00	258 354,56	200 832,28	459 186,84	0,00	0,00	0,00	459 186,84	
1.1.155	Reabilitação de 1 fogo(s) - Rua do Dr. Barbosa de Castro nº1014, 3º-Hab. B	PRR	0,00	25 246,23	2 437,75	27 683,98	0,00	0,00	0,00	27 683,98	
1.1.156	Reabilitação de 2 Fogo(s) em Rua da Arménia, nº 73	PRR	0,00	0,00	68 014,11	68 014,11	0,00	0,00	0,00	68 014,11	
1.1.157	Reabilitação de 5 Fogo(s) em Rua de S. Brás, n.ºs 251 - 263	PRR	0,00	0,00	155 523,44	155 523,44	0,00	0,00	0,00	155 523,44	
1.1.158	Reabilitação de 9 fogos - Colónia Vitorino Campos	PRR	0,00	0,00	431 185,90	431 185,90	0,00	0,00	0,00	431 185,90	
1.1.159	Reabilitação de 10 fogos - Bairro Social da Arrábida	PRR	0,00	0,00	324 621,92	324 621,92	0,00	0,00	0,00	324 621,92	
1.1.160	Reabilitação de 5 fogos - Rua do Cantor Zeca Afonso	PRR	0,00	0,00	156 725,10	156 725,10	0,00	0,00	0,00	156 725,10	
1.1.160	Reabilitação de 8 fogos - Rua de Tomás Gonzaga, n.ºs 16 - 38	PRR	0,00	0,00	269 671,76	269 671,76	0,00	0,00	0,00	269 671,76	
1.1.161	Redifilicação 8F Rua de S. Miguel	PRR	0,00	0,00	404 982,38	404 982,38	0,00	0,00	0,00	404 982,38	
1.1.162	Reabilitação de 4 Fogos - Rua de Cedofeita nº 475	PRR	0,00	0,00	151 115,36	151 115,36	0,00	0,00	0,00	151 115,36	
1.1.163	Reabilitação 3F Rua de Tomás Gonzaga, n.ºs 43, 45	PRR	0,00	0,00	124 215,25	124 215,25	0,00	0,00	0,00	124 215,25	
1.1.164	Reabilitação de 25 fogos - Bairro da Tapada - Rua da Corticeira, n.º 31 - 33	1º - Direito	0,00	0,00	569 335,02	569 335,02	0,00	0,00	0,00	569 335,02	
1.1.165	Reabilitação de 3 fogos - Travessa de São Nicolau, n.º 6	1º - Direito	0,00	0,00	46 654,75	46 654,75	0,00	0,00	0,00	46 654,75	
1.1.166	Reabilitação de 1 fogo - Travessa do Barredo, n.º 7	1º - Direito	0,00	0,00	47 795,00	47 795,00	0,00	0,00	0,00	47 795,00	
1.1.167	Reabilitação de 40 fogos - Município do Porto (fogos dispersos)	PRR	0,00	0,00	119 009,51	119 009,51	0,00	0,00	0,00	119 009,51	
1.1.168	Reabilitação de 5 Fogo(s) em Rua D. João IV, nº 792	PRR	0,00	0,00	182 976,72	182 976,72	0,00	0,00	0,00	182 976,72	
1.1.169	Reabilitação de 6 Fogo(s) em Fogos dispersos	PRR	0,00	0,00	17 737,16	17 737,16	0,00	0,00	0,00	17 737,16	
1.1.170	Reabilitação de 23 Fogo(s) em Dispersos	PRR	0,00	0,00	75 343,68	75 343,68	0,00	0,00	0,00	75 343,68	
1.1.171	Reabilitação de 28 fogos - Município do Porto (fogos dispersos)	PRR	0,00	0,00	84 576,61	84 576,61	0,00	0,00	0,00	84 576,61	
1.1.172	Reabilitação 55 Fogos (fogos dispersos)	PRR	0,00	0,00	172 017,99	172 017,99	0,00	0,00	0,00	172 017,99	
1.1.173	Juloados de Paz do Porto	PRR	0,00	0,00	1 905,00	1 905,00	0,00	0,00	0,00	1 905,00	
1.1.174	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Ocidental (CPCJ)	PRR	0,00	0,00	2 205,00	2 205,00	0,0				

Anexo I - Subsídios

Ano: 2025										
Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Valor a reconhecer em anos seguintes
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
	(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)
1.2.1	Museu da Cidade do Porto e Qualificação das Reservas	ProMuseus	0,00	7 198,02	0,00	7 198,02	7 198,02	0,00	7 198,02	0,00
1.2.2	Simplex Autárquico da Câmara Municipal do Porto	POR Norte - ON2	2 182 961,20	772 275,09	0,00	772 275,09	766 293,08	1 011,00	767 304,08	4 971,01
1.2.3	Aquisição de Equipamentos Individuais BSB	POR Norte - ON2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4	Crescer Interactivo	POR Norte - ON2	41 937 956,68	133 586,44	0,00	133 586,44	96 847,32	2 558,06	99 405,38	34 181,06
1.2.5	Plano de Promoção de Acessibilidade para todos na Cidade do Porto	POPH	45 964,66	36 479,02	0,00	36 479,02	36 479,02	0,00	36 479,02	0,00
1.2.6	Portal do Turismo 2.1	POR Norte - ON2	0,00	176 739,56	0,00	176 739,56	176 739,56	0,00	176 739,56	0,00
1.2.7	Aquisição de uma Viatura Urbana de Combate a Incêndios - VUCI	POVT	240 404,87	187 486,20	0,00	187 486,20	161 799,00	13 402,02	175 201,02	12 285,18
1.2.8	Histórias à Lupa: ser criança	Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	1 614,79	0,00	1 614,79	1 614,79	0,00	1 614,79	0,00
1.2.9	Europe Direct - Centros de Informação Europeia	Comissão Europeia	5 000,15	3 193,56	0,00	3 193,56	3 193,56	0,00	3 193,56	0,00
1.2.10	Cap@cidade - Inovar para o cidadão	POFC	0,00	191 972,20	0,00	191 972,20	191 972,20	0,00	191 972,20	0,00
1.2.11	Cid@ta - Informação para todos	POFC	0,00	179 115,81	0,00	179 115,81	179 115,81	0,00	179 115,81	0,00
1.2.12	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto	POR Norte - ON2	0,00	8 662,24	0,00	8 662,24	8 662,24	0,00	8 662,24	0,00
1.2.13	Liação à Prelada sobre a VCI (Norte e Poente)	POR Norte - ON2	8 392 825,20	1 179 692,45	0,00	1 179 692,45	666 989,61	70 690,68	737 680,29	442 012,16
1.2.14	Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil do Porto	POVT	4 668 067,34	169 791,21	0,00	169 791,21	26 633,06	4 812,00	31 445,06	138 346,15
1.2.15	Requalificação dos Equipamentos de Promoção e Dinimização Cultural pertencentes ao Município do Porto	POR Norte - ON2	19 518 626,98	226 916,56	0,00	226 916,56	175 961,80	2 421,72	178 383,52	48 533,04
1.2.16	VEC - VInoFood Education and Creation	PROALV	7 201,92	5 984,87	0,00	5 984,87	5 984,87	0,00	5 984,87	0,00
1.2.17	Rádios da redes SIRESP para o BSB do Porto	POVT	0,00	2 880,12	0,00	2 880,12	2 880,12	0,00	2 880,12	0,00
1.2.18	Valorização do Património Cultural do Porto	NORTE2020	4 772 977,53	937 762,71	0,00	937 762,71	233 163,88	22 419,99	255 583,87	682 178,84
1.2.19	Porto Ambiente + Verde	Fundo Ambiental	735 540,00	337 821,00	0,00	337 821,00	180 924,99	22 960,08	203 885,07	133 935,93
1.2.20	Centro de Gestão Integrada	NORTE2020	4 840 393,60	326 165,91	13 165,73	339 331,64	221 546,12	16 678,07	238 224,19	101 107,45
1.2.21	In Focus - Smart Specialisation at City Level	URBACT II	0,00	1 000,50	0,00	1 000,50	1 000,50	0,00	1 000,50	0,00
1.2.22	Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)	IEFP	0,00	2 195,27	0,00	2 195,27	2 195,27	0,00	2 195,27	0,00
1.2.23	Plataforma de dados abertos - Centro inovação para as Cidades do Futuro	NORTE2020	0,00	54 467,51	0,00	54 467,51	54 467,51	0,00	54 467,51	0,00
1.2.24	AtlaSWH	Interreg Espaço Atlântico	0,00	3 751,92	0,00	3 751,92	3 751,92	0,00	3 751,92	0,00
1.2.25	Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	NORTE2020	115 946,89	62 040,37	0,00	62 040,37	57 347,74	4 668,12	62 015,86	24,51
1.2.26	URBINAT	Horizonte 2020	2 590 454,51	2 012,10	420 143,49	422 155,59	2 012,10	22 730,28	24 742,38	397 413,21
1.2.27	Remodelação da cozinha e bufete da Escola Secundária Alexandre Herculano	Ministério da Educação	15 443 009,94	77 183,72	0,00	77 183,72	1 220,80	773,76	1 994,56	75 189,16
1.2.28	Aquisição de equipamento de projecção digital de cinema (DCP) e de vídeo, imagem para cine-teatros e centros de arte contemporânea públicos	PRR	0,00	30 000,00	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00
			105 497 331,47	5 117 989,15	433 309,22	5 551 298,37	3 265 994,89	185 125,78	3 451 120,67	2 100 177,70
1.3	Equipamento Transporte									
1.4	Ferramentas e utensílios									
1.5	Equipamento Administrativo									
1.5.1	SUDOE WAT - "WATER and TERRITORIES"	INTERREG IV	0,00	39 020,96	0,00	39 020,96	39 020,96	0,00	39 020,96	0,00
			0,00	39 020,96	0,00	39 020,96	39 020,96	0,00	39 020,96	0,00
1.6	Outras ativos fixos tangíveis									
1.6.1	Civitas	Fundo Social Europeu	1 779 250,22	117 042,44	0,00	117 042,44	78 955,42	4 743,90	83 699,32	33 343,12
1.6.2	Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE	0,00	765,00	0,00	765,00	0,00	0,00	0,00	765,00
1.6.3	LIFE17	LIFE	2 107 208,26	128 973,85	0,00	128 973,85	0,00	6 663,69	6 663,69	122 310,16
1.6.4	C-Roads Portugal	CEF	15 381,30	5 770,62	0,00	5 770,62	0,00	1 468,30	1 468,30	4 302,32
1.6.5	Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA)	NORTE2020	11 143,87	9 537,94	0,00	9 537,94	9 537,94	0,00	9 537,94	0,00
1.6.6	Bombarda Digital	PRR	0,00	28 175,00	0,00	28 175,00	0,00	0,00	0,00	28 175,00
1.6.7	Baixa Digital	PRR	2 415 440,32	13 055,18	94 239,51	107 294,69	0,00	7 759,46	7 759,46	99 535,23
1.6.8	C-Streets	CEF	2 380 222,82	34 871,71	0,00	34 871,71	0,00	12 440,59	12 440,59	22 431,12
1.6.9	Radar Social	PRR	0,00	61 003,92	22 219,67	83 223,59	0,00	0,00	0,00	83 223,59
			8 708 646,79	399 195,66	116 459,18	515 654,84	88 493,36	33 075,94	121 569,30	394 085,54
2	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
2.1	Edifício e outras construções									
2.1.1	Projecto Urban Rehabilitation Porto	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	37 160 437,19	41 404 496,09	0,00	41 404 496,09	30 787 357,67	1 062 881,97	31 850 239,64	9 554 256,45
2.1.2	Valorização e Requalificação na Frente Marítima da Foz do Douro	POR Norte - ON2	7 522 456,35	525 570,61	0,00	525 570,61	134 042,72	44 680,92	178 723,64	346 846,97
2.1.3	Qualificação do Ambiente Urbano - Fontainhas Setor 5.3	POR Norte - ON2	0,00	623 956,48	0,00	623 956,48	623 956,48	0,00	623 956,48	0,00
2.1.4	Qualificação do Ambiente Urbano - Fontainhas Setor 3.1 e 5.4	POR Norte - ON2	7 847 078,07	408 443,59	0,00	408 443,59	40 844,40	40 844,40	81 688,80	326 754,79
2.1.5	Qualificação e valorização de Jardins Públicos	POR Norte - ON2	1 106 045,33	70 352,81	0,00	70 352,81	39 188,27	2 648,58	41 836,85	28 515,96
2.1.6	Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelos Eventos Climáticos verificados em Jan. e Fev. de 2017	FEM	8 187 169,29	90 575,57	0,00	90 575,57	35 179,67	5 267,08	40 446,75	50 128,82
2.1.7	Criação de uma rede de Interfaces Intermediários - Bom Sucesso	NORTE2020	1 491 206,50	137 277,35	7 225,12	144 502,47	6 015,41	1 274,22	7 289,63	137 212,84
2.1.8	Corredores de Autocarros de Alta Qualidade-Requalificação da Av.Fernão Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto	NORTE2020	15 006 638,08	1 676 087,05	0,00	1 676 087,05	252 465,04	84 155,04	336 620,08	1 339 466,97
2.1.8	Criação de ligações mecanizadas de apoio a percursos pedonais - Miraçoaia	NORTE2020	1 178 936,93	592 488,32	67 817,00	660 305,32	464 693,82	54 317,63	519 011,45	141 293,87
2.1.9	Protocolo para a concretização de Medidas de Apoio dos danos causados por cheias e inundações	NORTE2020	590 521,92	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	0,00	675,96	675,96	999 324,04
2.2	Património histórico artístico e cultural									
2.3	Outros bens de domínio público									
			80 090 489,66	46 529 247,87	75 042,12	46 604 289,99	32 383 743,48	1 296 745,80	33 680 489,28	12 923 800,71
3	Investimentos Financeiros									
3.1	Habituação social									
4	Ativos intangíveis									
4.1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
4.2	Projetos de desenvolvimento									
4.2.1	Estudo caract.sócio-económico população residente hab.municipais	IORU	0,00	60 423,44	0,00	60 423,44	60 423,44	0,00	60 423,44	0,00
			0,00	60 423,44	0,00	60 423,44	60 423,44	0,00	60 423,44	0,00
Total dos subsídios para investimento			1 244 094 710,88	314 466 428,46	25 715 862,34	340 182 290,80	181 781 034,35	8 372 611,99	190 153 646,34	150 028 644,47

Anexo II - Processos Judiciais

Un.:euros

N.º do Processo	Tipo de Ação	Descrição	Valor a 31/12/2025
Natureza Administrativa			2 769 767,91
2025/068	Acção Administrativa	Falta de pagamentos devidos por um contrato de Fornecimento de bens ou serviços feito em 11-12-2023 - Endesa SA	2 234 048,37
Outros com provisão < 300.000,00			535 719,54
Natureza Tributária			4 177 019,65
79/2009	Impugnação	Pagamento de taxas de ocupação da via pública por motivo de obras (Estaleiro do Molhe Norte da Barra do Douro)	1 071 050,69
2017/002 - T	Impugnação	Pagamento de taxas, no âmbito do processo de loteamento nº 515/11/DMU	817 624,73
2022/001	Impugnação	Anulação do ato de liquidação das taxas urbanísticas	1 623 164,54
Outros com provisão < 300.000,00			665 179,69
Cível			704 501,29
2023/008C	Embargo de Terceiros	Penhora do direito de superfície e penhora de estabelecimento	662 787,32
Outros com provisão < 300.000,00			41 713,97
Outras Naturezas			60 079,79
Outros com provisão < 300.000,00			60 079,79
			7 711 368,64

N.º do Processo	Tipo de Ação	Descrição
Natureza Administrativa		
2013/088	Acção Administrativa Especial	Pedido de nulidade do procedimento administrativo para aposentação da Autora por alegada incapacidade para o exercício das suas funções
2013/152	Acção Adm. Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos	O Autor foi notificado que dispunha do prazo de 120 dias seguidos para proceder à cessação da utilização da fração sita na Rua Dr. Alves da Veiga
2015/063	Acção Administrativa Especial	Impugnação do despacho que ordenou a demolição do prédio sito na Rua das Fontainhas, n.º 202
2018/006	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de acidente de viação
2018/024	Providências Cautelares	Suspensão de eficácia do ato administrativo de resolução do arrendamento apoiado, da casa 14, Bloco 14, entrada 155 da Rua do Buçaco
2019/008	Acção Administrativa	Exercício do direito de preferência do prédio sito na Rua Justino Teixeira,228 a 244 e Rua Monte da Estação, 79,85, 97 e 101
2019/061	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais causados por queda do autor
2019/068	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/033	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2020/041	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/046	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por acidente de serviço
2021/001	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2021/006	Contencioso Pré-Contratual	Decisão de adjudicação do procedimento pré-contratual com a referência n.º CPI/15/2019/DMC
2021/009	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de trabalhos na sinalização de trânsito
2021/014	Acção Administrativa	Pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação formulado pela Arrochela e Magalhaes Limitada no processo P/I 53599/16/CMP para o prédio sito na Rua 31 de Janeiro, 69 a 73,
2022/007	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/017	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/055	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2023/007	Acção Administrativa	Impugnação da Deliberação da Câmara Municipal do Porto de 19 de dezembro de 2022
2023/019	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos decorrentes do acidente ocorrido em 9 de Março de 2021, na Rua São Filipe Nery, com o motociclo Honda RC 90 NC750, matrícula 81-XN-19,
2023/046	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos no dia 05/09/2021, no parque de lazer e jardim público, designado e conhecido por Jardim da Cordoaria
2023/052	Acção Administrativa	Reconhecimento do direito de propriedade do prédio urbano sito na Rua do Pinheiro Manso, n.º 587
2023/056	Acção Administrativa	Anulação do despacho proferido em 17 de Julho de 2023 pelo Exmº Vereador do Pelouro do Urbanismo e Espaço Público e do Pelouro da Habitação, Albino Pedro Pereira Baganha
2023/074	Acção Administrativa	Acidente ocorrido em 30/06/2020 na Rua Santos Pousada, junto ao n. 1251/1281 com a viatura 70-LF-96, propriedade de Quadrígonos Fabrico de Quadros Elétricos, Lda.(RCE/134/2020)
2024/016	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em acidente ocorrido no dia 8 de Março de 2021
2024/018	Acção Administrativa	Impugnação do ato administrativo que determinou a remoção da rampa, que se encontrava instalada em frente ao n.º 69 da Rua Rio da Vila
2024/033	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos, decorrentes de acidente de viação ocorrido a 27 de janeiro de 2023, pelas 14h55, na Rua da Reboleira
2024/034	Acção Administrativa	Bairro da Taipada
2024/058	Acção Administrativa	Pedido de indemnização dos danos causados pela aprovação da nova versão do PDM do Porto, que entrou em vigor em 09/07/2021,
2024/072	Acção Administrativa	Responsabilidade civil extracontratual por atos de gestão pública. (processo n.º 1922/23.6Y9PRT do Juízo Local de Pequena Criminalidade do Porto)
2024/075	Acção Administrativa	Pedido de indemnização pelo encerramento da atividade em explanada, no período da empreitada de pedonalização da Rua das Carmelitas e
2024/085	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por queda de árvore em veículo de matrícula 51-SS-20, propriedade de Fernando Alberto Soares Silva, no dia 02.11.2023
2025/007	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos decorrentes do acidente de viação, no dia 11/11/2023, na rua S. Dinis, 245 (cruzamento com a Rua Serpa Pinto),com veículo de matrícula 94-TL-52
2025/015	Acção Administrativa	Ilegalidade da norma H/9º do Código Regulamentar do Município do Porto, bem como a sua inconstitucionalidade, por violação ilegítima do direito de propriedade
2025/020	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos em veículo automóvel de matrícula 36-08-VM, conduzido por Jorge Manuel Martins Pinto, no dia 20/08/2023, na Rua Silva Porto

N.º do Processo	Tipo de Ação	Descrição
2025/021	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos em habitação identificada pela fração B, sita no R/C do prédio sito na na Rua Álvares Cabral nº 20, causados por obras promovidas pelo Município na Rua Pedro Álvares Cabral
2025/025	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por dano sofridos no veículo de matrícula AX-04-CM, em acidente no dia 1 de junho de 2024, na Rua da Beneditina, causado por tampa de saneamento levantada
2025/026	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos causados à autora, decorrentes da prática do ato que obriga a Transdev a abandonar, quase totalmente a exploração do terminal rodoviário (T24) (e entre 22/11/2022 e 22/11/2023, e totalmente a partir de 22/11/2023
2025/032	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos em veículo automóvel de matrícula AT-41-OT, no dia 30/05/2023, no parque habitacional sito na rua Acácio Lino, causados por queda de ramos de árvores
2025/033	Acção Administrativa	Pedido de indemnização Processo de licenciamento - prédio urbano sito na Rua Professor Fernando Magano 64 Fd* 1 habitação 7.1.
2025/034	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por queda ao cruzar a passadeira sita à frente do n.º 1016 da Rua de Oliveira Monteiro, no dia 07/02/2025
2025/037	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por queda na Travessa da Prelada, no dia 22 de novembro de 2022
2025/038	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos em veículo automóvel, de matrícula 93-ST-28, que se encontrava num lugar de estacionamento, na Rua Manuel Pinto Azevedo, próximo do º 173, no dia 13/07/2023
2025/045	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos em veículo automóvel de matrícula 60-OX-31, causados por queda de árvore, no dia 18/10/2023, na rua Manuel Pinto de Azevedo 106
2025/047	Acção Administrativa	Suspensão da eficácia do ato administrativo impugnado de licenciamento do Exmo. Senhor Vereador com o Pelouro do Urbanismo, de 06/04/2022
2025/048	Acção Administrativa	Pedido de indemnização a título de danos emergentes da reparação do veículo propriedade do Autor, com a matrícula 89-TD-79 acrescida de juros de mora vincendos, à taxa legal, de sinistro, ocorrido em 08/07/2022 na Rua das Flores
2025/049	Acção Administrativa	Pedido de idminização por queda de árvore, na Rua do Amial n.º 840 (Praça da República), em 02/11/2023 provoca danos na fachada de edifício e em viatura 28-ZU-06 (RCE/302/2023 e RCE/167/2024)
2025/050	Acção Administrativa	Impugnação de vários atos administrativos
2025/062	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos patrimoniais sofridos
2025/072	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos causados em veículo automóvel, de matrícula 09-PO-70, causados por queda de galho/tronco partiu/cedeu e caiu do topo de uma árvore que se encontrava plantada no Largo da Cruz, 11/11/2025 Contestação do Município
2025/076	Acção Administrativa	Impugnação de atos administrativos que determinaram a aplicação à Autora da sanção disciplinar de suspensão do trabalho, com perda de retribuição, por 180 dias,
2025/082	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel de matrícula 20-MS-26, causados por acidente de viação com outro veículo de matrícula 77-P1-63
2025/083	Acção Administrativa	Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, por danos reclamados na Casa 32, entrada 93, da Rua do Mondego - Bairro do Outeiro
2025/094	Acção Administrativa	Pedido de indemnização referente a danos causados no veículo BE-11-BM por pilarete hidráulico dia 03-03-2024 na Rua de São João, Ribeira
Natureza Tributária		
2019/004-T	Acção Administrativa	Pedido de reconhecimento de direito a isenção de IMT e sua subsequente restituição
2020/004-T	Impugnação	Pedido de restituição de montante pago a título de taxa
2022/002-T	Intimação	Restituição de quantias liquidadas, acrescidas de juros vencidos e vincendos até efetivo pagamento
2023/005-T	Impugnação	Impugnação dos atos de liquidação de taxas municipais de condicionamento de trânsito ou estacionamento
2024/006-T	Impugnação	Impugnação do ato de liquidação de taxa municipal correspondente à Guia n.o 0836 emitida em 22-03-2024,e pedido de reembolso de quantia de EUR 105,00 mais juros
2024/008-T	Acção Administrativa	Pedido de consideração nula por decisão de declaração de prédio devoluto, relativamente ao prédio sito na Rua Dr. Emilio Peres, 27, 31, 35, 47, 57, 69, 61, 85, 95, 101, 109, 121, 137, 139, 145, 351, 357.
Natureza Cível		
2023/010-CC	Processo Comum	Pedido de caducidade de Expropriação Ilígiosa de parcela de terreno. Plano de Urbanização da Zona dos Combatentes. entre a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Rua da Alegria e Travessa Costa Cabral, integrado no Plano Urbanístico a Oeste das Antas
2023/014-CC	Pedido de Indeminização	Pedido de indemnização por danos no imóvel (classificado, à data dos factos, como "Imóvel com Interesse Patrimonial"),sito na Avenida Brasil, 72, causados por duas obras distintas levadas a cabo pelas Rés



RELATÓRIO
FUNDO MUNICIPAL DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E URBANÍSTICA

Dezembro de 2025

Enquadramento

Em conformidade com o estabelecido na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto (PDMP), aprovado pela Assembleia Municipal em 31 de maio de 2021, veio definir mecanismos para a perequação da edificabilidade e dos encargos urbanísticos, bem como os instrumentos e incentivos para as operações concordantes com os objetivos do Plano, adotando mecanismos para fomento da diversidade social no Centro da Cidade (Zonamento Inclusivo), da regeneração de áreas de habitação social, da qualificação ambiental e da vitalização urbana.

Para além destes instrumentos equitativos relativos à edificabilidade e aos encargos urbanísticos foi, ainda, aprovada pela Assembleia Municipal, na mesma sessão, a constituição de um Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU), que consta do Regulamento nº 617/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 131, de 8 de julho de 2021, com os seguintes objetivos:

- Operacionalização dos processos de redistribuição de mais-valias segundo princípios de equidade e justiça, previstos no PDMP;
- Apoio fundiário e financeiro à concretização do PDMP, nomeadamente operações de salvaguarda e valorização ambiental e/ou urbanística;
- Disponibilização de solo destinado a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes públicos e ao desenvolvimento da política municipal de habitação;
- Facilitação de operações urbanísticas, especialmente das que forem entendidas como estratégicas para o desenvolvimento ordenado do Concelho, através de permuta de terrenos ou de outros imóveis.

As receitas do FMSAU, como dispõe o artigo 3.º do regulamento, decorrem das cobradas no âmbito de operações urbanísticas¹, relativas a:

- a. Compensações pecuniárias por excesso de edificabilidade ou por insuficiente cedência para infraestrutura geral;
- b. Cedências de terrenos com edificabilidade;
- c. Compensações pecuniárias por insuficiente afetação a habitação acessível em área de “zonamento inclusivo”;
- d. Venda de terrenos que lhe tenham sido afetos.

¹ De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do FMSAU - “A CMP pode decidir afetar-lhe outras verbas ou terrenos com edificabilidade.”

Os encargos a suportar pelo FMSAU, constam do artigo 4.º, do referido Regulamento, designadamente:

- Compensação a promotores de operações urbanísticas que, por imposição do PDMP, não possam atingir a edificabilidade abstrata que este lhe atribui;
- Compensação a promotores de operações urbanísticas que cedam solo para infraestrutura geral com área superior à cedência média que lhe é devida;
- Disponibilização de solo para fins de utilidade pública referidos no seu artigo 2.º;
- Eventual apoio financeiro a operações de valorização ambiental, urbanística e/ou habitacional.

Por seu turno, o n. 2 do artigo 5.º do Regulamento do FMSAU prevê a elaboração de um relatório anual, que integra o Relatório de Gestão do Município, do qual deverá constar a explicitação autónoma das receitas a ele afetas e correspondentes encargos.

1. Receita do FMSAU de natureza monetária

O quadro abaixo resume os movimentos de receita do FMSAU desde a sua criação e até 31 de dezembro de 2025, identificando-se a quantidade de operações urbanísticas que concorreram para a cobrança da receita afeta a este fundo.

Quadro 1. Evolução anual da receita cobrada

IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA COBRADA - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS										TOTAL	
	2021		2022		2023		2024		2025			
	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANTIDADE	VALOR (€)
Compensação (artigo 5.º do RPEEU²)	1	79,99 €	92	1 049 577,11 €	180	2 682 110,39 €	258	4 674 490,15 €	320	7 117 086,14 €	851	15 523 343,78 €
Zonamento inclusivo (artigo 9.º do RPEEU³)	0	- €	0	- €	5	28 642,79 €	3	19 422,89 €	2	7 209,26 €	10	55 274,94 €
Compensação por défice/excesso de cedência (artigo 9.º do RPEEU)	0	- €	27	306 827,52 €	73	1 321 353,74 €	132	2 495 066,69 €	177	3 390 991,42 €	409	7 514 239,37 €
TOTAL	1	79,99 €	119	1 356 404,63 €	258	4 032 106,92 €	393	7 188 979,73 €	499	10 515 286,82 €	1 270	23 092 858,09 €

² Regulamento Perequativo de Edificabilidade e de Encargos Urbanísticos: Regulamento n.º 616/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 131, de 8 de julho de 2021;

³ As receitas provenientes do Zonamento Inclusivo dizem respeito às autorizações deliberadas em Reunião de Executivo para pagamento pela compensação proporcional à edificabilidade que deveria ser afeta à habitação acessível sempre que o aumento de área resultante da operação urbanística seja inferior à área mínima para tipologias habitacionais definida no artigo 67.º, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), isto é, menor que 35 m2;

A evolução anual da receita do FMSAU, bem como a quantidade das operações urbanísticas que contribuíram para o valor total do fundo encontra-se traduzida nos seguintes gráficos.

Gráfico 1. Evolução anual da receita cobrada

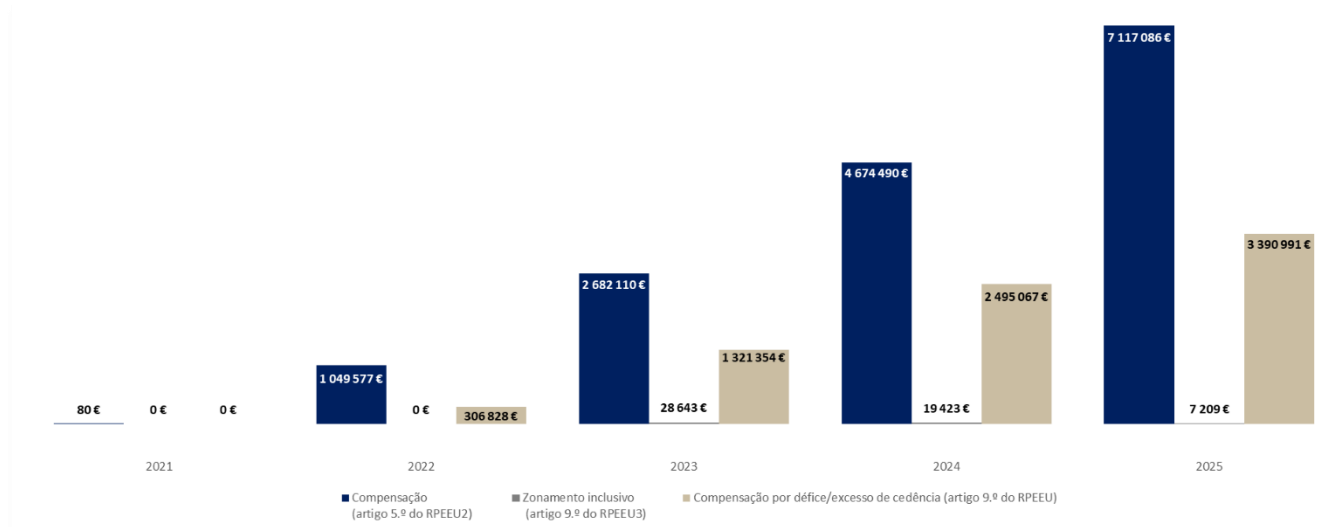
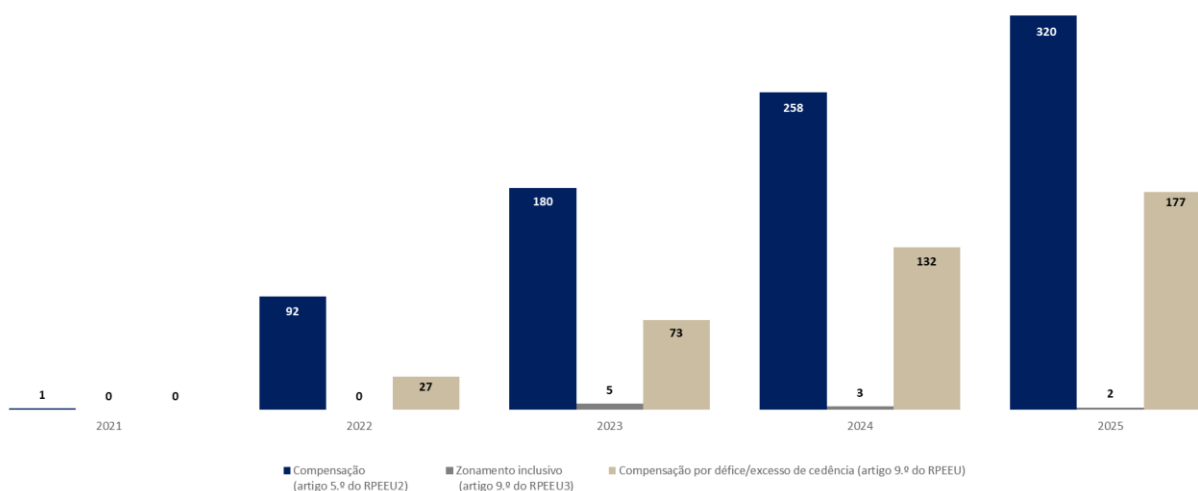


Gráfico 2. Evolução anual da quantidade de operações urbanísticas



2. Receita do FMSAU por Freguesia e União de Freguesia

No quadro seguinte procede-se à distribuição do valor total da receita do FMSAU pelas Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto, verificando-se que, em termos globais, é na área de circunscrição territorial da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória que se concentram cerca de 28% das operações urbanísticas em que se verificou a cobrança das correspondentes receitas que integram o FMSAU, sendo que estas representam apenas cerca de 39% do seu valor.

Quadro 2. Distribuição da receita do FMSAU por freguesia/união de freguesia (2021-2025)

FREGUESIA	RECEITA COBRADA - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS							
	Compensação (artigo 5.º do RPEEU)		Zonamento inclusivo (artigo 9.º do RPEEU)		Compensação por dáfice/excesso de cedência (artigo 9.º do RPEEU)		TOTAL	
	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)	QUANT.	VALOR (€)
Bonfim	53	1 174 565,95 €	0	- €	33	674 024,39 €	86	1 848 590,34 €
Campanhã	34	674 988,67 €	0	- €	41	677 273,35 €	75	1 352 262,02 €
Paranhos	112	4 307 840,95 €	0	- €	79	1 921 816,25 €	191	6 229 657,20 €
Ramalde	48	1 180 522,91 €	0	- €	30	542 678,00 €	78	1 723 200,91 €
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	153	2 343 684,93 €	0	- €	73	909 249,16 €	226	3 252 934,09 €
União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	371	4 277 822,83 €	8	48 065,68 €	114	2 085 168,66 €	493	6 411 057,17 €
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	80	1 563 917,54 €	2	7 209,26 €	39	704 029,56 €	121	2 275 156,36 €
TOTAL	851	15 523 343,78 €	10	55 274,94 €	409	7 514 239,37 €	1270	23 092 858,09 €

Gráfico 3. Distribuição da receita do FMSAU por freguesia/união de freguesia (2021-2025)

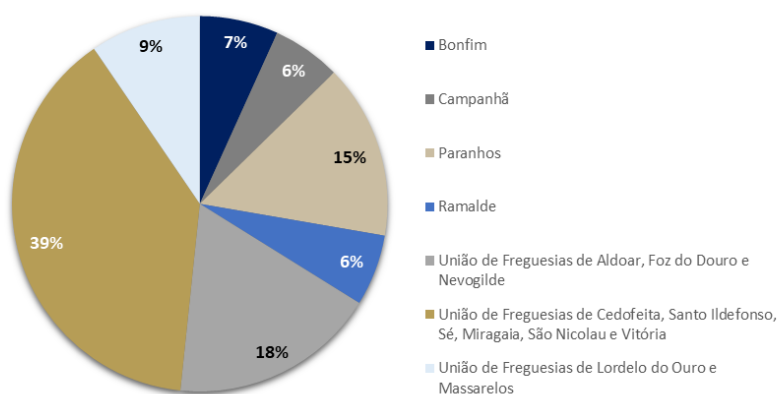
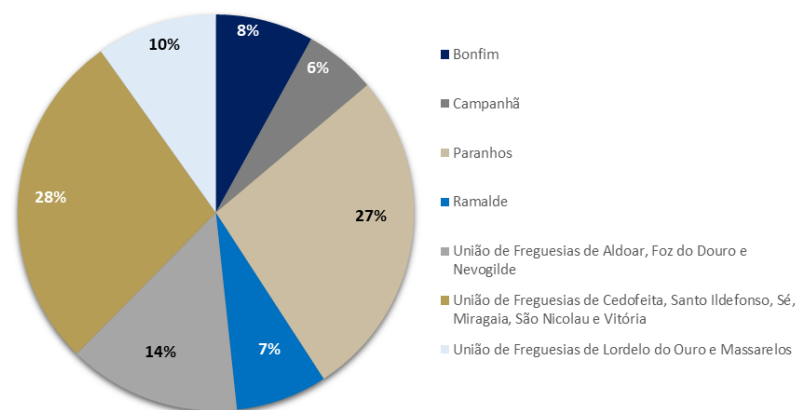


Gráfico 4. Distribuição da quantidade de processos urbanísticos freguesia/união de freguesia (2021-2025)



3. Receita do FMSAU de natureza imobiliária

No período não há registo de cedências de terrenos com edificabilidade, nos termos da alínea b), do artigo 3.º do Regulamento do FMSAU.

4. Despesas/encargos do FMSAU

No período não há registo de operações urbanísticas em que o município tenha procedido ao pagamento de uma compensação financeira ou à cedência de imóveis ao respetivo promotor decorrente da assunção de encargos, nos termos do artigo 4.º do Regulamento do FMSAU.

Relatório de Gestão **2025**

— Certificação Legal
de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município do Porto (adiante também designado por Município ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2 231 664 435 euros e um total de património líquido de 2 125 916 178 euros, incluindo um resultado líquido de 68 065 175 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município do Porto em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

A certificação legal das contas de 2025 da participada CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM, contém uma reserva por limitação de âmbito, que decorre do facto do levantamento cadastral e referencial no SIG - Sistema de identificação geográfica, dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da participada estar substancialmente concluído, com exceção dos ramais de água e saneamento e dos contadores, dada a dificuldade de referenciação técnica no SIG, cujo valor líquido em 31 de dezembro de 2025, ascende a cerca de 13 850 000 euros e 3 000 000 euros, respetivamente. O registo contabilístico pelo método de equivalência patrimonial ocorreu pela primeira vez em 2025, estando o processo de harmonização contabilística com as participadas ainda em curso, prevendo-se a sua conclusão no exercício de 2026. Neste contexto, conforme divulgado na nota 1.2 do anexo às demonstrações financeiras, o Município procedeu igualmente à reexpressão dos valores comparativos com referência a 31 de dezembro de 2024, pelo que o ativo e património líquido foram aumentados em 117 355 401 euros e o resultado líquido em 5 913 649 euros. Deste modo, não nos é possível determinar o impacto destas situações nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2025.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase

Conforme divulgado na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, o Município tem atualmente acordos de concessão de serviços que se enquadram no âmbito da Norma de Contabilidade (NCP 4). Relativamente ao acordo de exploração da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, o Município procedeu à respetiva contabilização no exercício de 2020, tendo sido mantido o procedimento de registar contabilisticamente este acordo no presente exercício, apesar da emissão da Orientação técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística, em 18 de fevereiro de 2025, por considerar traduzir uma melhor imagem das demonstrações financeiras, utilizando para a atualização do registo a informação previsional do ano de 2025 fornecida pela entidade concessionária. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Município do Porto que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 476 929 229 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 378 807 927 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, com todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguintes, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

Conforme referido no ponto 8 do relatório de gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Porto, 21 de abril de 2026



Paulo Jorge de Sousa Ferreira
(ROC n.º 781, inscrito na CMVM sob o n.º 20160414)
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.

